

MEMÓRIA
DE VICTORIA CHRISTIANORVM
(SALADO - 1340)

Edição crítica, tradução e estudo
do manuscrito Alcobacense
CDXLVII/114 [fl. 354 (346)r - 363 (355)r]

MANUEL FRANCISCO RAMOS



PORTO – FLUP

2019

MEMÓRIA
DE VICTORIA CHRISTIANORVM
(SALADO - 1340)

Edição crítica, tradução e estudo do
Manuscrito Alcobacense
CDXLVII/114 [fl. 354 (346)r - 363 (355)r]

MANUEL FRANCISCO RAMOS

PORTO – FLUP
2019

FICHA TÉCNICA

<i>Título</i>	Memória <i>De Victoria Christianorum</i> (Salado - 1340). Edição crítica, tradução e estudo do manuscrito Alcobacense CDXLVII/114 [fl. 354 (346)r - 363 (355)r]
<i>Autor</i>	Manuel Francisco Ramos
<i>Editor</i>	Universidade do Porto. Faculdade de Letras
<i>Local de publicação</i>	Porto
<i>Data de publicação</i>	Dezembro de 2019
<i>Execução gráfica</i>	Gráfica Diário do Minho Rua de São Brás, 1 - Gualtar, 4710-073 BRAGA
<i>Depósito Legal N.º</i>	465714/19
<i>ISBN</i>	978-989-8969-37-8
<i>DOI</i>	https://doi.org/10.21747/9789898969378/tit
<i>URL</i>	https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1695&sum=sim
<i>Imagem</i>	Batalha do Salado de Roque Gameiro, 1917 (extraída do Google Imagens a partir de “ http://ensina.rtp.pt/artigo/a-batalha-do-salado/ ”)
<i>Natureza da publicação</i>	Surgido primeiro sob a forma de tese de mestrado em Literaturas Clássicas, defendida na FLUC em 1997, foi agora atualizado e melhorado para efeitos de publicação e divulgação

AUTOR

Manuel Francisco Ramos, professor auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, DEPER, área de Estudos Clássicos. Doutor em Literaturas Clássicas. Docente das unidades curriculares de Latim, Literatura Latina, Métodos e Técnicas de Pesquisa e supervisor na formação de Professores de Português. Membro da U&I Instituto de Filosofia e colaborador do CITCEM – FLUP. Tem na edição de textos latinos medievais e na retórica clássica e medieval as principais áreas de interesse e é aí que está a maioria das suas publicações.

AGRADECIMENTOS

Prof. Doutor José Geraldes Freire

Prof. Doutor Aires Augusto Nascimento

Dr. João Emanuel Cabral Leite

A presente *Memória da Batalha do Salado* ou *In sancta et admirabili Victoria Cristianorum*, de autor anónimo, mas talvez clérigo, é um texto coevo dos acontecimentos, quiçá do ano de 1341. Descreve a participação portuguesa no Salado antes e durante a batalha e põe em destaque, não o Prior do Hospital e a Vera Cruz do Marmelar, como a *Lide de Tarifa*, mas sim a ação destemida do devoto rei D. Afonso IV, sob o comando de quem os portugueses alcançaram a vitória. Também exalta a intervenção *in loco* de três santos guerreiros: Tiago, Vicente e Jorge. Impregnada da mentalidade de cruzada, nela o mouro é hostilizado e demonizado por razões religiosas, regozijando-se o seu autor com a sua destruição. Fez parte de uma memória celebrativa da *Victoria Cristianorum* e acompanhou o ofício divino do dia 30 de outubro, aniversário da batalha, na Sé de Lisboa. Conhecida de Rui de Pina, foi uma das fontes principais para os eventos do Salado na sua *Crónica de D. Afonso IV*. Chegou ao nosso conhecimento pela intervenção de Fr. António Brandão, cronista-mor do reino. O presente livro consiste numa edição crítica acompanhada de tradução e estudo histórico-literário.

A questão do conflito entre o muçulmano e o cristão remonta à invasão da Península, em 711, e depois dessa data passou a ser um conflito duro e permanente até à sua expulsão definitiva, do qual emergirá o reino de Portugal. O Salado (1340) foi, para os portugueses, a última batalha campal da Reconquista, numa altura em que os mouros pretendiam recuperar e colonizar territórios que vinham a perder há séculos. A resposta passou pela união dos povos peninsulares, esquecendo os desentendimentos e rivalidades que entre eles havia, e acabou para sempre com as pretensões do Islão na Península Ibérica. Na *Memória do Salado* o autor anónimo incentiva-nos a responder à agressão do muçulmano com vigor e determinação, em salvaguarda da liberdade, da herança dos antepassados e sobretudo do credo cristão.

PREFÁCIO

O meu primeiro contacto com a memória *In sancta et admirabili Victoria Christianorum*, texto coevo da batalha do Salado, data das aulas de Latim Medieval, a cargo dos Professores Doutores José Galdes Freire e António Manuel Rebelo, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, precisamente quando eram apresentados os autores portugueses do século XIV que escreveram em Latim. Mais tarde, aquando do Mestrado em Literaturas Clássicas, foi o texto por mim escolhido para estudo.

Para o efeito foi muito útil a ajuda facultada pelo Prof. Doutor José Galdes Freire, meu orientador, que logo me facultou a edição de Fr. Fortunato de S. Boaventura, contida nos seus *Commentariorum de Alcobacensi Manuscriptorum Bibliotheca Libri Tres* (Coimbra, 1827, pp. 586-604), feita a partir de um códice de Fr. António Brandão que se acha na Biblioteca Nacional. Todavia, convictos de que um estudo sério teria de ser feito a partir do manuscrito, decidimos ambos procurá-lo na Biblioteca Nacional.

O estudioso de Alcobaça apontava (p. 586) o códice CDLVII/125 como aquele a partir do qual transcrevera o texto em causa, mas, percorrido o códice, verificámos que o relato não se achava aí. Convictos de que poderia existir um erro de informação de Fr. Fortunato na indicação do códice, decidimos procurá-lo na colecção completa dos códices de Fr. António Brandão na Biblioteca Nacional; e, colocados com tanta perspicácia no recto caminho – numa jornada de estudo à secção de códices alcobacenses –, tivemos nós a alegria de o encontrar, não com o número CDLVII/125, mas antes no meio de muitos apontamentos do códice CDXLVII/114. Com a descoberta do manuscrito, o nosso estudo, sobretudo no trabalho de edição, poderia agora ser levado avante com outra correcção.

Depois de uma breve introdução, dividimos o nosso trabalho em quatro capítulos.

No Cap. I, indagámos acerca do autor anónimo, da data do texto e da sua função: uma memória celebrativa da vitória dos cristãos no Salado.

No Cap. II, em que se abordam as fontes do Salado, tivemos em conta quer a influência que este texto exerceu sobre a *Crónica de D. Afonso IV*, quer a sua comparação com outra influente descrição do Salado: a *Lide de Tarifa*, contida no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro.

No Cap. III, indagámos acerca da *Memória do Salado* como texto historiográfico e literário em latim do séc. XIV escrito por um autor nacional. Tivemos em conta o género de texto, a forma como está organizado, o seu conteúdo histórico e o destaque que nele é dado ao rei de Portugal. Depois, a questão ideológica de espírito de cruzada e de guerra santa entre cristãos e muçulmanos, incluindo a demonização e a hostilização que é feita do mouro, regozijando-se o autor com a sua destruição. A questão do maravilhoso cristão e as particularidades linguísticas do texto latino de um autor nacional do séc. XIV também mereceram a nossa atenção.

O Cap. IV, que é o principal, foi dedicada ao trabalho de edição crítica a partir do manuscrito único, de tradução e de notas, tanto de aparato crítico, como notas de conteúdo e de fontes.

No final, apresentámos a Conclusão, uma Bibliografia actualizada e os Índices Remissivos, tanto o onomástico e toponímico, como o de palavras dignas de registo, especialmente latinas.

Agradeço penhoradamente ao saudoso Doutor José Galdes Freire, da FLUC, toda a ajuda facultada; e ao Doutor Aires Augusto Nascimento agradeço as sugestões que me fez.

INTRODUÇÃO

Acerca da evocação do Salado em território nacional, conhecida pelo nome de Batalha do Salado ou ainda Lide de Tarifa – “Fahs Tarif” (Batalha de Tarifa) nas crónicas muçulmanas – sabe-se que foram escritos durante o séc. XIV pelo menos três textos, os quais foram mais tarde fonte da *Crónica de D. Afonso IV*. Perdeu-se o *Poema de Afonso Geraldes* (apenas se conservam 56 versos e seria mais um poema biográfico acerca de D. Afonso IV) e sobreviveu a descrição literária contida no terceiro *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro¹, título XXI, na refundição que a obra sofreu por volta de 1380, “texto que figura na parte final da biografia do prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira, e que terá sido redigido sob os auspícios da sua família.” (SOUSA, 2005: 217). Ambos faziam parte da evocação profana e de uma literatura profana que celebrava a batalha.

De entre as fontes portuguesas em latim, a presente *Memória In sancta et admirabili Victoria Cristianorum* é o único sobrevivente. Tem em comum com a *Lide de Tarifa*, de autor anónimo, contido no *Livro de Linhagens* o enquadramento na ideologia de cruzada, mas distinguem-se pelo facto de o primeiro, ligado ao ofício divino do dia 30 de outubro, fazer parte de uma evocação religiosa e de uma literatura celebrativa na Sé de Lisboa; e de o segundo fazer parte de uma literatura profana acerca da batalha².

Quanto ao nome do relato em estudo, há dos títulos a ter em conta: *In sancta et admirabili Victoria Cristianorum* é o nome que o autor anónimo colocou ao seu texto, a que no prólogo chama “scriptura” e no desenlace designa por “opusculum”; *Memória da Batalha do Salado* é tí-

¹ ANÓNIMO (1980) - “*Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro”. In José MATOSO, *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*, II/I. Lisboa: Academia das Ciências, pp. 241-256.

² No ponto 3 do Cap. II faz-se o confronto entre os dois textos.

tulo magno em português que Fr. António Brandão lhe pôs quando copiou o relato para o seu códice CDXLVII/114 da BNP (fundo alcobacense). Nenhum deles deve ser confundido com a designação *De Victoria Christianorum* ou simplesmente *Victoria Christianorum*, que é o nome pelo qual o triunfo do Salado ficou a ser conhecido em Portugal nos meios religiosos: sés e mosteiros que passaram a celebrar tal vitória no ofício litúrgico (Breviário) do dia 30 de outubro. O título que decidimos atribuir a este livro: *Memória “De Victoria Christianorum” – Salado 1340* faz, por assim dizer, um cruzamento ou síntese dos três títulos anteriores e julgamos que é mais explícito do que qualquer um deles, além de mais apropriado.

O relato *In sancta et admirabili Victoria Cristianorum* descreve os eventos dos portugueses no Salado antes, durante e depois da batalha e põe em destaque a figura profética do devoto rei D. Afonso IV, sob o comando de quem os portugueses alcançaram a vitória. Impregnado do espírito de cruzada, também exalta na sua parte final, não a Vera Cruz (que é uma ideia construída na *Lide de Tarifa*), mas a participação *in loco* de cavaleiros gigantes e de três santos guerreiros: Tiago, Vicente e Jorge, que favoreceram a vitória dos cristãos frente à multidão infindável de inimigos. Por razões religiosas, o mouro é hostilizado e demonizado (visto como um sub-homem na sua fisionomia, fé e costumes, enfim, civilização), alegrando-se o seu autor com a sua destruição, pelo que este texto possui uma forte componente xenófoba e anti-islâmica.

Desde o início, a *Memória da Batalha do Salado* fez parte de uma memória celebrativa quando foi associado às celebrações do ofício divino, dia 30 de outubro, aniversário da batalha, nas capelas de D. Afonso IV e D. Beatriz na Sé de Lisboa. No entanto, desconhecemos se o texto foi escrito simplesmente para descrever os eventos do Salado ou se com uma finalidade litúrgica; e se, com uma finalidade litúrgica, foi associado ao ofício litúrgico do dia 30 de outubro nas capelas de D. Afonso IV, na Sé de Lisboa, pelo próprio autor ou por outrem. É possível que neste dia fosse lido na Sé de Lisboa em voz alta ou simplesmente consultado pelos clérigos que quisessem conhecer os factos que envolveram a participação portuguesa naquela batalha. Esse carácter celebrativo em

meios religiosos ajuda a explicar a natureza deste texto, sobretudo o seu teor anti-islâmico.

Em 1472, Pedro de Abreu, provedor e administrador das capelas e bens de D. Afonso IV e de D. Beatriz, achou-a aí, na Sé de Lisboa, acompanhada do ofício divino do dia 30 de outubro, aniversário da *Victoria Christianorum*: com vésperas, matinas e completas, hinos, antífonas, responsórios, capítulos e versículos... Isso significava que a *Memória do Salado* tivera uma função celebrativa, mas que em 1472 talvez já houvesse perdido tal uso e que fosse simplesmente uma memória histórica.

Como esta *Memória* era, de entre o *dossier* litúrgico descoberto, documento único e ignorado, D. Pedro de Abreu decidiu, mediante autorização do vigário da Sé, Estevão Gomes, fazer o seu registo notarial para a poder divulgar no exterior. Fazendo-se acompanhar de algumas testemunhas: D. João de Freitas, escudeiro; D. Fernando Rodrigues, cónego de Ceuta; e D. Vasco Gil, seu familiar, e do *dossier* litúrgico, a *In sancta et admirabili Victoria Christianorum* foi escriturada pelo notário João Rodrigues no cartório da Sé de Lisboa. Pretendia certificá-la como autêntica relação histórica da batalha do Salado e receber cópias em pública-forma, tanto para ficar arquivada nesse cartório, como para poder divulgá-la noutros arquivos.

Chegou, por isso, ao conhecimento do autor da *Chronica d'el Rei D. Affonso IV*, quer esse autor tenha sido Fernão Lopes ou Rui de Pina, quer tenha consultado a escritura arquivada no cartório da Sé, quer alguma pública-formada deixada nalgum arquivo. É um dado indubitável que esse cronista, autor da *Crónica de D. Afonso IV* (PINA, 1977: c. LILIX, pp. 427-454), fez um largo aproveitamento da sua história, como claramente demonstramos (RAMOS, 1997). A partir da crónica oficial de D. Afonso IV, o relato *In sancta et admirabili Victoria Christianorum* acabou por ser fonte indirecta das restantes descrições acerca do Salado.

Frei António Brandão (1584-1637), cronista-mor do reino - que gastou dez anos na consulta de documentos em cartórios de mosteiros, igrejas, cidades e vilas de todo o país e sobretudo na Torre do Tombo -,

encontrou-o num cartapácio do cartório da Sé de Lisboa³. Era efetivamente o texto que D. Pedro de Abreu aí registara cerca de 150 anos antes e única cópia sobrevivente. Encontrando-se em mau estado de conservação, decidiu copiá-lo para o seu códice de cópias - o Alcobacense n.º CDXLVII (actual n.º 114 da BNP), com o título “Memoria da Batalha do Salado”.

Frei Francisco Brandão (1601-1680), sobrinho do anterior e também ele cronista-mor do reino, qualificou esta *Memória*, na Parte V da sua *Monarquia Lusitana*, da forma mais elogiosa: “Esta escritura do Cartório da Sé de Lisboa⁴ é a mais autêntica relação que temos daquela batalha” (BRANDÃO, 1976: 25-26). Não sabemos, porém, se o contacto que teve com esta *Memória* foi através da escritura da Sé de Lisboa ou da cópia que o seu tio havia feito algumas décadas antes.

E não encontramos até ao século XIX mais nenhuma referência a tal escritura, pois o códice membranáceo do cartório da Sé de Lisboa deve ter desaparecido no terramoto de 1755, ao qual se seguiu um incêndio, e o traslado de Fr. António Brandão passou despercebido no meio das suas inúmeras cópias em vários códices. A partir da cópia fornecida por este cronista, D. Fr. Fortunato de S. BOAVENTURA fez uma transcrição, que publicou nos seus *Commentariorum de Alcobacensi Manuscriptorum Bibliotheca Libri Tres* (Coimbra, 1827, pp. 586-604). A sua decisão foi motivada, como o próprio afirma⁵, pela convicção de que não tinha sido publicado por nenhum autor peninsular que abordou a batalha do Salado.

Nós decidimos procurar o manuscrito de Fr. António Brandão para

³ Veja-se o que a este propósito diz Fr. Fortunato de S. BOAVENTURA (1827: 586): “...Quam Fr. Antonius Brandanus in Cartophylacio Sedis Olisiponensis a se repertam, in secundum aduersariorum suorum uolumen, inter Codices Alcobacenses (n.º 457; queria dizer antes n.º 447) intulit.”

⁴ Ainda que Fr. Francisco Brandão não se refira diretamente à *Memória*, sabemos que essa escritura do cartório de Lisboa é a *Memória do Salado* por uma longa citação que faz dela: “Cuius uexillum portabat miles quidam in armis strenuus Gonsaluus Gometii [uocatus] de Azeuedo, qui nepos fuit Domni Pelagii Correa, olim Magistri Sancti Iacobi de Velez” (Título III).

⁵ “Eam in omnibus fere Hispanis harum rerum Scriptoribus frustra quaesiui, ac proinde iam alicubi editam fuisse uix credam.” (BOAVENTURA 1827: 586).

o editar de novo, estudar e sobretudo traduzir, dada a pouca divulgação da documentação que se encontra em latim. Seguimos, por isso, a indicação fornecida por Fr. Fortunato na introdução à publicação que dele fez, o qual apontava o códice CDLVII de Alcobaça como aquele a partir do qual fez a sua publicação. No entanto, nós vimos todo esse códice (o Alcobacense 125 da BNP) e constatámos que o documento não se encontrava aí. Num segundo momento, conjecturando que poderia ter havido um erro de Fr. Fortunato na transcrição do número do códice, decidimos procurar a escritura na colecção de códices de Fr. António Brandão na Biblioteca Nacional (114-128 da BNP da colecção alcobacense); e foi aí que, após estimulante consulta, o encontrámos no CDXLVII/114 [fl. 354 (346)r - 363 (355)r], sob o título *Memoria da Batalha do Salado*. Foi esta cópia que serviu de base à publicação de Fr. Fortunato de S. Boaventura em 1827 e à nossa edição.

I - AUTORIA, DATA e FUNÇÃO

1. Autor: português, mas anónimo, porventura clérigo

É desconhecida a identidade do autor do relato *In sancta et admirabili Victoria Cristianorum* e não é fácil descortinar se acompanhou ou não a expedição portuguesa ao Salado. É mais certo que não tenha acompanhado por depender de fontes orais, cristãs e mouras, para a construção da sua *Memória*.

Mais difícil é intuir se o autor era ou não clérigo. É certo que há no relato inúmeras referências à divindade de Jesus Cristo (o nome de Deus e de Jesus é citado 74 vezes), citações bíblicas (especialmente do livro dos *Salmos*) e da doutrina cristã (p. ex., recitação do Credo; enumeração e definição dos sacramentos), apelo à fé cristã, antipatia pelo muçulmano e regozijo pela sua destruição, sobretudo por razões religiosas – parece haver, de facto, uma perspectiva clerical do narrar -, mas isso não prova que o seu autor fosse um clérigo por essas referências serem básicas e fazerem parte da doutrina e da escolaridade de todo o aprendizado. Todavia, não é comum um leigo dar tanto destaque ao elemento religioso como este texto dá e invocar tanto a divindade como este texto invoca. Entrando no campo da liturgia, chega a referir (o que Rui de Pina dispensa no mesmo lugar da sua *Crónica*) que foi uma “missam de Sancta Trinitate” a que foi celebrada na manhã do dia da batalha, segunda-feira, na tenda de D. Afonso IV⁶, que é um pormenor mais do gosto de um clérigo. De igual forma, é mais do gosto de um clérigo do que de um leigo dar destaque ao pregão do confessor do rei, Fr. Francisco, e ainda que a figura de D. Afonso IV seja construída à imagem de um profeta do Antigo Testamento.

Mais certo é o seguinte: pela exaltação da figura de D. Afonso IV, *o Bravo*, e pelas várias citações em discurso directo da sua mensagem, à

⁶ Ver início do Título II da tradução.

volta do qual tudo gira, talvez fosse alguém próximo do rei. Tão próxima que, na celebração da eucaristia, na madrugada do dia da batalha, após a comunhão, o autor parece ouvir o rei, comovido, a falar a sós com o Cristo comungado sobre o momento de perigo que vai seguir-se [Título I]. No entanto, essa aparente proximidade também não prova que tenha estado no arraial real na madrugada do dia da batalha por poder depender de um dos muitos clérigos que acompanharam os portugueses na expedição. Por conseguinte, talvez fosse um secular ou, mais certo, um clérigo da Corte, ao serviço do rei D. Afonso IV; ou então um clérigo ou civil ligado às capelas de D. Afonso IV e de D. Beatriz na Sé de Lisboa, que em 1334 já estavam concluídas, e às quais esta *Memória* andou ligada⁷.

Todavia, não parece certo tratar-se da figura de Fr. Francisco, franciscano e confessor do rei⁸, que rezou a eucaristia na tenda do monarca na madrugada do dia 30 de outubro de 1340, como defendeu o Doutor José Geraldês Freire, em aulas de Latim Medieval. O nome de Fr. Francisco ocorre duas vezes nesta *Memória*: a primeira, quando se diz que celebrou Missa da Santa Trindade para o rei e lhe deu a comunhão [Título II]; a segunda, quando se dirige aos nobres, depois da eucaristia, e aconselha os temerosos a guardarem o *arrayal* [Título II]. Diz-se, ainda, que já foi ministro de Portugal (ou seja, Ministro Provincial da Ordem

⁷ Afonso IV foi “o primeiro monarca português a escolher uma Sé para ser enterado, enquanto todos os seus antecessores optaram por diferentes instituições monásticas (S.^{ta} Cruz de Coimbra, Abadia de Alcobaça, Mosteiro de D. Dinis em Odivelas)” (BARROCA 2000: 1717), eis porque aí mandou construir as suas capelas com vista à sua tumulação. A lápide comemorativa da conclusão das obras tem a data de 1334 (BARROCA 2000: 1568-71).

⁸ Fr. Francisco, natural de Évora, professou a vida franciscana na antiga província de Santiago, que então abrangia os conventos de Galiza, Leão e Portugal. Dessa sua província foi ministro em 1318, e parece que no governo dela continuou até cerca de 1328. A rainha Santa Isabel trouxe-o em serviço na sua casa. Foi testemunha no seu primeiro testamento, em 1314, e no de 1327, ano do segundo e último testamento, ficou nomeado testamenteiro. E à morte da santa rainha (ano de 1336) andou diligente na execução da sua vontade, e continuou na corte em serviço dos reis, dos quais já era confessor. Acompanhou el-rei Afonso IV ao Salado, em 1340, e na madrugada da batalha celebrou a missa e deu-lhe a comunhão. (LOPES, Fernando Félix (1969) - “Fr. Francisco de Évora”. In *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* 8, col. 156).

Franciscana de Santiago, que nesse tempo incluía o reino de Portugal) e que é “devoto confessor do rei” [II]. Esta última expressão, pelos elogios que contém, afasta da autoria a figura do seu confessor, pois não estamos a ver Fr. Francisco elogiar-se a si próprio nesses termos.

Há uma outra situação que, de igual forma, nos permite afastar da autoria a pessoa de Fr. Francisco e até a figura de um clérigo culto: é quando o autor se refere ao maná bíblico em termos incorretos. Efetivamente, o dia da batalha, que amanheceu radioso, foi precedido de dias de escuridão que atemorizaram os cristãos. O rei de Portugal, para lhes elevar o moral, disse que era o maná que Deus enviou: “Esta neblina cerrada não é outra coisa senão o maná, que o Nosso Senhor Jesus Cristo, pela sua misericórdia, manda para reconfortar o ânimo dos fiéis...” [Título I]. De igual forma, não estamos a ver Fr. Francisco comparar as trevas do dia ao maná bíblico – o alimento milagroso e quotidiano, de cor branca e surgido do orvalho da manhã, de que o povo de Israel se alimentou na travessia do deserto.

A *Memória do Salado* é, por conseguinte, um texto de autor anónimo, que não terá participado na expedição, e é mais provável que seja um clérigo com ligação à corte, ou às capelas de D. Afonso IV na Sé de Lisboa, do que um leigo. Mas não é um texto de Fr. Francisco, ainda que o confessor do rei possa ter sido uma das fontes do autor anónimo, quer por ter participado na expedição e ser conhecedor dos factos, quer pelos rasgados elogios que o autor lhe rende, revelando ser seu conhecido.

2. Data: texto coevo, quiçá 1341

Se o autor é desconhecido, a data, porém, é fácil de indagar a partir do próprio relato. Trata-se de um texto coevo da batalha do Salado, podendo ter sido terminado ainda no ano de 1341. Os termos *a quo* e *ad quem* são, respectivamente, 1340 e 1472: o ano da batalha e o ano em que D. Pedro de Abreu, administrador das capelas de D. Afonso IV e alferes-mor de D. Afonso V, levou esta *Memória* ao cartório da Sé de Lisboa para dela mandar extrair uma pública-forma.

É com base na seguinte argumentação que é estabelecida a data coeva, quiçá 1341:

a) Ao abrir a sua narração, no prólogo, no momento em que fornece o tema da sua *scriptura*, o autor diz que é digno louvar: “Gesta, *iis temporibus*, era MCCCLXXVIII uidelicet acciderunt.” [Prólogo]. Ou seja, “Os feitos que *nestes tempos* aconteceram, isto é, na Era de 1378.” (A.D. 1340). “*Iis temporibus*” significa ainda, “nos tempos que correm”, “na altura em que escrevo”, “nos nossos tempos”, elemento que só por si bastaria para datar o início da sua redacção quer no ano de 1340, quer pouco depois.

b) A certo passo da sua relação e para maior credibilidade da verdade que vem expondo, o autor deixa escapar uma nota do seu tempo. É quando descreve a parca recompensa material que D. Afonso trouxe da batalha, num gesto de total desinteresse: “Também trouxe cinco estandartes dos Sarracenos, que foram tomados no combate e agora (*nunc*) pendentes na igreja Catedral de Lisboa, como sinal de vitória e de triunfo” [Título IX]. Ora, sabe-se que os estandartes expostos na Sé Catedral de Lisboa como sinal de vitória foram levantados, provavelmente em março de 1341, para serem enviados em embaixada ao Papa Bento XII de Avinhão (1334-42)⁹, o qual muito acarinhou a luta contra os mouros na Península e a quem Portugueses e Espanhóis enviaram embaixadas durante a primeira metade de 1341.

Houve duas embaixadas ao Papa Bento XII do lado português: a primeira foi conjunta a portugueses e espanhóis, ocorreu nos seis dias de permanência do rei português em Sevilha e levaram-lhe notícias e algumas recordações da batalha¹⁰; a segunda (que, como a primeira, pode ter sido igualmente uma embaixada conjunta) ocorreu em abril-maio de 1341 e teve como embaixadores: D. Martinho, bispo de Évora, Lobo Fernandes Pacheco, senhor de Ferreira de Aves, e o cavaleiro Lourenço Gomes de Abreu. A sua principal função foi trazer a bula da cruzada: *Gaudemus et exultamus* (30 de abril de 1341), que concedia de futuro a D. Afonso IV os dízimos da Santa Sé por dois anos para prosseguir o

⁹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* 19, s. v. “Pacheco, Lopo Fernandes”, pp. 895-896.

¹⁰ “Chronica del rei D. Afonso Quarto”. In *Crónicas dos Reis de Portugal, reformadas pelo licenciado Duarte Nunes de Leão*. Porto: Lello & Irmão, 1975, p. 290.

êxito alcançado no Salado - a guerra defensiva e ofensiva contra os Mouros -, aproveitando o clima de euforia reinante¹¹.

c) Relativamente à problemática da datação, também dispomos do testemunho de Fr. Fortunato de S. BOAVENTURA (1827: 586), que assevera que é um autor coevo, mas anónimo: “Breuem commentationem ab auctore coaeuo sed anonymo”.

3. Função: memória celebrativa da *Victoria Christianorum*

Quando D. Pedro de Abreu encontrou o relato *In sancta et admirabili Victoria Cristianorum* na Sé de Lisboa, ela achava-se apenso ao ofício litúrgico do dia 30 de outubro, que comemorava a *Victoria Christianorum* nessa Sé: “um ofício da admirável Victoria Christianorum com Primeiras e Segundas Vésperas próprias, com Matinas e Completas e com as outras horas diurnas, hinos próprios, antífonas e responsórios, capítulos, versículos e com a oração e a própria história” [Registo notarial]. Isso significa que o texto tinha uma função litúrgica e comemorativo da vitória dos Cristãos no Salado na Sé e/ou nas capelas de D. Afonso IV. Não era, porém, o texto histórico do próprio ofício divino do dia, o qual era muito mais curto, mas antes um texto auxiliar e histórico, bastante extenso, que podia elucidar os clérigos da Sé acerca dos eventos históricos do Salado. Talvez tenha até chegado a ser lido colectivamente e em voz alta no aniversário da batalha (30 de outubro).

¹¹ As bulas de cruzada castelhana e portuguesa chegaram depois do conflito, o que revela não só a pressa da preparação militar, como também o facto de não terem sido pregadas nos respetivos países. A portuguesa, de nome *Gaudemus et exultamus*, tem a data de 30 de Abril de 1341. Encontra-se em *Monumenta Henricina*. Vol. I. Coimbra, 1960, pp. 178-186, doc. 84. Aí se encontram outra documentação relativa ao Salado trazida pelos embaixadores: carta dirigida ao arcebispo de Braga, executor da bula (vol. I, pp. 186-194, doc. 85); carta dirigida a todas as autoridades eclesiásticas a pedir que contribuíssem para a luta que se pretendia mover aos Sarracenos (pp. 194-199, doc. 86); e as letras *Mente Laeta* (16 de Maio 1341), dirigidas a el-rei D. Afonso IV, de satisfação pelo êxito alcançado no Salado e a animá-lo a prosseguir na luta contra os Sarracenos. (pp. 199-201, doc. 87).

Como recordam vários autores¹², desde cedo foi constituído na Hispânia um ofício litúrgico para comemorar a *Victoria Christianorum*, de pressa estendido a quase todas as dioceses, tal como a batalha de Navas de Tolosa (1212) teve idêntica comemoração em Espanha, e até em Portugal quando as duas coroas se uniram (1580-1640)¹³. Solange CORBIN (1947: 210-213) refere várias dioceses nacionais e espanholas que celebraram a *Victoria Christianorum*, à frente das quais coloca Coimbra por possivelmente ter sido aí que mais cedo se celebrou tal festividade. Para lá da sé de Coimbra, refere a de Évora (1548), Sintra, Braga, Leiria e Óbidos. A estas sés, podemos nós acrescentar a de Lisboa, pois é certo que também aí foi celebrada tal festividade antes de 1472, como é comprovado por esta *Memória* e pelos hinos e orações do ofício divino, dia 30 de outubro, que a acompanhavam; acresce S. Miguel de Torres Vedra¹⁴. Segundo M. Robert RICARD (1947: 45; ver também Solange CORBIN 1947: 128, n. 2), o ofício da *Victoria Christianorum* encontrava-se entre os textos litúrgicos que eram pertença do infante D. Fernando.

Em Espanha, com o nome de *Triumphus Belli de Benamarin* ou

¹² José Filipe MENDEIROS (1953: 21), citando Jorge CARDOSO (1666: 51), recorda como no tempo dele (1666), no dia 30 de Outubro, aniversário da batalha, o acontecimento era recordado nas orações do ofício divino daquele dia: “da qual se rezou muitos oaios nas Sés de Lisboa, i Evora, com o titulo *De Victoria Christianorum*. E ainda hoje na de Coimbra...”.

António Pereira de FIGUEIREDO acrescenta (1825: 257): “Esta vitória celebrou-se muitos anos com reza própria na Igreja de Braga, como consta dos seus breviários de mão, que muitos anos tive em meu poder por concessão do sereníssimo senhor D. Gaspar, Arcebispo Primaz.”

A semelhança da Sé de Lisboa, sabemos (por informação transmitida por J. M. Silva MARQUES, 1940: 101-107) que também na igreja de S. João do Mocharro, em Óbidos, havia no séc. XV textos históricos similares, acompanhados de hinos e orações, com a clara finalidade de recordar a *Victoria Christianorum* no dia 30 de outubro.

¹³ A vitória cristã alcançada em Navas de Tolosa, em que Portugal também participou, era comemorada na liturgia no dia 16 de julho com o nome de *Triumphus crucis*. Há registos de comemorações nas dioceses de Guarda, Lamego, Porto, Algarve, Miranda, Funchal e até no mosteiro de Santa Maria de Refojos de Lima...

¹⁴ Agradeço esta informação ao Prof. Doutor Aires Augusto Nascimento.

Triumphus Sanctae Crucis de Benamarin, a mesma festividade foi celebrada nas sés de, por exemplo, Toledo, Granada e Cádiz.

No final do séc. XVI, confirma Pedro de MARIZ (1758), a festividade da *Victoria Christianorum* achava-se muito estendida em Portugal e assim continuará até meados do séc. XX, com as respectivas impressões tardias de Breviários, até que o Concílio Vaticano II proibiu a continuidade destas celebrações, depois de seis séculos de comemoração tanto em Portugal como em Espanha.

Solange CORBIN (1947: 210-213) editou, a partir do saltério *Catenatum*, que se guardam no arquivo da diocese de Coimbra, os hinos do ofício denominado “*In festo Victoriae Christianorum*” (no fol. 172). Dados de entre 1340 e 1360, são os mais antigos conservados em território nacional sobre a *Victoria Christianorum*. Nós reproduzimo-los aqui por nos darem uma ideia do que seriam esses textos musicais e de oração que acompanhavam esta *Memória*.

Primeiras Vésperas

Ihesu saluator fidei
Qui ueri natus es Dei,
Tuo redempti sanguine
Belli fer opem agmine.

Ó Jesus, salvador da fé,
Que do verdadeiro Deus nasceste,
A nós, resgatados pelo teu sangue,
Traz auxílio nas lutas da guerra.

Operatur Christus mira
Contra Mauros furens ira
Christi flameis ignitis
Agarenis cunctis tritis¹⁵

Cristo pratica feitos notáveis,
Inflamado em ira, contra os mouros,
Triturados todos os agarenos
Pelas chamas ardentes de Cristo,

Et saluauit per hyspanos
Reges cunctos christianos.
Ergo Christo ecclesia
Secla psallat per omnia.

E pelos reis hispânicos
Todos os cristãos foram salvos.
Portanto, que a Igreja a Cristo
Cante por todos os séculos.

Cedat Christo Machometus
Iam tollat peccatum uetus
Nam Christi est uictoria
Triumphali cum gloria.

Que Maomé ceda a Cristo,
E que perdoe já o velho pecado,
Pois a vitória é de Cristo,
Com glória triunfal.

¹⁵ Ms.: *atritis*.

Gloria tibi, Domine,
Qui natus es de uirgine,
Cum patre et sancto spiritu
In sempiterna saecula.
Amen.

Glória a ti, Senhor,
Que nasceste da Virgem,
E ao Pai e Espírito Santo
Pelos séculos sem fim.
Ámen.

Completas

Ihesu saluator Domine,
Nos omni munda crimine
In hac nocte nos protege
Et semper immunes rege.

Ó Senhor Jesus salvador,
Limpa-nos de todo o pecado,
Protege-nos nesta noite
E guarda-nos sempre imunes.

Adesto nunc fidelibus
Et parce supplicantibus
Tu dele nostra crimina,
Tu tenebras ilumina.

Assiste agora os teus fiéis
E perdoa aos suplicantes,
Apaga Tu as nossas faltas,
Ilumina Tu as trevas.

Ne mente sompnis rapiat
Nec hostis nos subripiat
Nec illis caro sordibus
Maculetur atrocibus.

Que em sonhos o inimigo não nos tome
O pensamento, nem nos derrote,
Nem a carne seja manchada
Por imundícies atrozés.

Te nostrum rector omnium
Votis precamur cordium
Vt puri castis mentibus
Surgamus a cubilibus.

A Ti, que a todos nós governais,
Pedimos com aspirações do coração
Que do leito nos levantemos
Puros e castos de pensamento.

Gloria tibi, Domine...

Glória a Ti, Senhor,...

A Laudes

Gratuletur Hispanis
De sollempni uictoria
Quam Christianis Dominus
Contulit unus et trinus.

Alegrem-se os Hispanos
Pela solene vitória
Que o Senhor, uno e trino,
Concedeu aos Cristãos.

Christi mater preciosa
Plaudat celis gloriosa
Ubi tenet palatia
Cum ingenti letitia.

A mãe preciosa de Cristo,
Com ingente alegria,
Aplauda, gloriosa, nos Céus,
Em cujos palácios habita.

tritis infidelibus¹⁸,
Portugalia Castella
dum uincunt mira bella.

IV. In Tarife fuit castro
triumphus mirabilis:
Cetus Maurorum prostratus
fuit et est flebilis,
Erit semper in eternum
possidendo infernum¹⁹.

V. Sed si forsan conuertatur
ad fidem chisticolam
Gratia sibi donatur,
sectam linquens friuolam
Poterit saluari cito
Zabulone deuicto²⁰.

VI. Gloria Patri sit nato
Christo et Paraclito
Pro triumpho tali regis
Vtriusque inclito,
Cui²¹ sit laus et potestas
Vt uult tua maiestas.
Amen.

Enquanto Portugal e Castela
vencem batalhas admiráveis.

IV. No castelo de Tarifa
deu-se um triunfo admirável:
A multidão dos mouros foi vencida.
Está agora em pranto,
Por para todo o sempre
ir habitar o Inferno.

V. Mas, se porventura se converter
à fé cristã,
Ser-lhe-á dada a graça.
Abandonando a frívola seita,
Poderá logo ser salva,
vencido Zabulão.

VI. Glória seja dada ao Pai,
a Cristo filho e ao Paráclito
Por tão ínclito triunfo,
de um e de outro rei,
A Vós seja dado louvor e poder
como requer a Vossa majestade.
Ámen.

COMENTÁRIO e VERSIFICAÇÃO - Tal como na *Memória do Salado*, nestes hinos de celebração litúrgica e de origem clerical existe a mesma imagem xenófoba e hostil relativamente ao Mouro e ao Islamismo, naturalmente por motivos religiosos, a mesma satisfação pela sua destruição e o mesmo apelo à sua conversão. De igual forma, os poderosos inimigos da Cruz são *Mauri*, *Agareni*, sem conotação negativa, mas também são *dracones*, *Zabulon*²², *infideles* e *pagani*; a sua religião é uma

¹⁸ Ms.: *trictis*.

¹⁹ Ms.: *et erit semper*.

²⁰ Ms.: *inuicto*

²¹ Tomámos aqui a liberdade de alterar para *cui* o *qui* do texto que seguimos.

²² Zabulão: sexto filho de Jacob e de Lia; também é o nome da sua tribo e da sua capital.

secta friuola e secta uana; Maomé é o grande *inimicus*. Há também a mesma alegria pela destruição dos inimigos de Cristo: “esmagados”, “triturados”, “prostrados”, “vencidos” e “habitantes o Inferno”. De igual forma, a vitória dos cristãos frente aos infiéis foi um triunfo admirável: “*triumphus mirabilis*” e “*mira bella*”. Há também o mesmo apelo à conversão: “se porventura se converter / à fé cristã, / Ser-lhe-á dada a graça. / Abandonando a frívola seita, / Poderá logo ser salva.”

As Primeiras Vésperas, Completas e Laudes, correspondentes às três primeiras horas do ofício divino, são adaptadas da melodia dos hinos do Dia de Todos-os-Santos (8.º modo, *Salutis aeternae sator*); a letra das Completas é elaborada sob o original: *Ihesu redentor Domine*. Compõem-se de estrofes de quatro versos de seis (ou sete) sílabas métricas e de rima emparelhada (aabb, ccdd...); a métrica é a intensiva e o acento recai habitualmente na 3.ª e 5.ª sílabas. Porém, tal adaptação não se aplica às Segundas Vésperas, cujas estrofes se compõem em conjuntos de três vezes 11 (ou 12) sílabas (versos de 7 + 4 [ou 5]). Na verdade, a quarta parte do ofício divino é uma adaptação do canto de triunfo de Fortunato de Poitiers (séc. VI), de nome *Pange lingua*. No entanto, se os versos de Fortunato são em versos métricos, estes são em versos intensivos, ritmados pelo acento (irregular) e pela rima cruzada e emparelhada (ababcc, dedff, ghghii...), o que denota a sua origem tardia.

II - FONTES DO SALDO

1. Fontes do Salado

Sabe-se que, acerca da batalha do Salado em contexto nacional, foram escritos três textos histórico-literários durante o séc. XIV. Perdeu-se o *Poema de Afonso Geraldês* (excepto 56 versos) e sobreviveu, além da presente *Memória*, a descrição literária contida no terceiro *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, na refundição que a obra original sofreu por volta de 1380, 40 anos depois dos acontecimentos, e que tem por título *Lide de Tarifa*²³. Pode ser encontrada, em reedição moderna e aperfeiçoada, no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, ed. crítica por José MATTOSO²⁴. Ambas as narrativas foram as principais fontes da *Crónica de D. Afonso IV* para os eventos do Salado, mas é desconhecida a importância que terá tido o *Poema de Afonso Geraldês*; de igual forma, ambas se enquadram na “ideologia de cruzada”, a forma, porém, como cada autor anónimo organizou o seu texto, a matéria que seleccionou e a ênfase dada aos eventos é bastante diferente. É por isso oportuna a sua comparação. Acresce ainda, como fonte menor, a lápide da Sé de Évora (BARROCA, 2000: 1605-14).

Do lado espanhol, acham-se várias fontes:

(1) a *Crónica de D. Afonso XI* de Fernán Sánchez de Valladolid, 1344, que constitui uma versão concisa quando confrontada com a fonte seguinte;

(2) a *Gran Crónica de D. Afonso XI*, que é uma versão mais longa

²³ É voz corrente que o *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro sofreu, após a sua morte, dois acrescentos de dois cronistas desconhecidos, um dos quais é a “Lide de Tarifa”, encontrando-se no título XXI, que aborda a biografia do Prior do Hospital. O cronista-refundidor do texto original, após a morte de D. Pedro, deve ter contado com fontes orais, pois o seu acrescento aconteceu cerca de 1380.

²⁴ *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série, II/I*. Lisboa: Academia das Ciências, 1980, pp. 241-256.

da anterior crónica [acrescenta os cap. 328-330], de c. 1375, a qual também depende do poema a seguir;

(3) *El Poema de Alfonso XI*, de Rodrigo Yañez, 1348, o qual depende da referida *Crónica de D. Alfonso XI* e foi uma das fontes do português *Poema de Afonso Geraldês* e da *Gran Crónica*.

(4) Conservam-se ainda duas cartas escritas no dia da batalha pelo arcebispo de Toledo, Gil Albornoz: uma dirigida ao cardeal Annibaldo di Ceccano, bispo de Frascati; a outra, dirigida a Bento XII (edição respectivamente em UGOLINI, 1941: 119-120 e 121-122; cf. GOÑI, 1958: 327, n. 31; cf. SEGURA GONZÁLEZ, 2005: 9-15).

As fontes muçulmanas acham-se em: IBN KHALDOUN, 1956: 225-232 (o mais pormenorizado e de autor contemporâneo) e em AL-MAKKARÍ, 1834: 356: citação extraída de um autor africano não referido; a batalha é apresentada como uma notícia sucinta de um facto distante (AMARAL, 2010: 57-82; AMADO, 1993: 303-304).

2. A Memória como fonte da *Crónica de D. Afonso IV*²⁵

A *Memória do Salado* foi uma das principais fontes da *Crónica de D. Afonso IV* no que aos acontecimentos do Salado diz respeito (PINA, 1977: c. LI-LIX, p. 427-454; cf. *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal II*, c. LII-LXII, p. 299-349, a qual nestes capítulos depende inteiramente da crónica de Rui de PINA [cf. MOREIRA, 2010: 17]), quer esta crónica tenha sido redigida pelo próprio Pina - o historiador encarregado por D. Manuel de pôr em crónica a história dos reis portugueses -, quer por Fernão Lopes. Entre as razões desse facto contam-se tanto a qualidade deste relato, como também o interesse de Rui de Pina por fontes nacionais.

Também foram fontes da crónica portuguesa, para os eventos do

²⁵ Para o paralelismo entre a *Memória In sacra et admirabili Victoria Christianorum* e a *Crónica de D. Afonso IV* (PINA 1977: c. LI-LIX, p. 427-454), vd. o nosso artigo “A *Memória In sancta et admirabili Victoria Christianorum* como fonte da *Crónica d’el Rei D. Afonso IV*” (RAMOS 1997: 157-172), o qual trata especificamente acerca deste assunto e apresenta em quadro sinóptico a intertextualidade entre os dois textos. Também pode ser consultado *on-line* em Academia.edu (<http://www.academia.edu/8169181>).

lado castelhano, a *Cronica de Alfonso XI* (ano de 1344); a *Lide de Tarifa* contida no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, título XXI, foi usada para descrever o desenrolar da batalha. Dessa forma, os eventos do Salado na *Crónica de D. Afonso IV* foram contruídos tanto a partir de fontes nacionais como espanholas.

Não é conhecida a relevância que terá tido, como fonte, o *Poema da Batalha do Salado*, de Afonso Gualdes²⁶, por só em fragmentos ter sobrevivido. Talvez tenha tido muito pouca. Mário MARTINS (1980: 70-76), que desconhecia a *Memória do Salado*, assevera que quem escreveu a *Crónica dos Sete Reis de Portugal* se deve ter baseado no *Poema de Afonso Gualdes* e apresenta algumas frases de uma possível intertextualidade, só que essas, sabemos nós, foram extraídas desta *Memória*.

Em termos de intextualidade e de relato do discurso, o texto de Rui de Pina assume muitas vezes a forma de tradução e transcrição *ipsis verbis* da *Memória do Salado*, aproveitando nestes casos a redacção e o estilo da fonte latina, outras vezes é feito dela um resumo. Por vezes, também se afasta da fonte latina, porque Rui de Pina quer atualizar o seu texto que, temporalmente, é escrito mais de 150 anos depois. Por isso, provoca determinadas modificações, de entre as quais destacamos:

(1) Sem prescindir das referências religiosas, Rui de Pina simplifica ou abrevia as referências à divindade e à liturgia, que na *Memória* são mais abundantes.

(2) Afonso IV já não surge tantas vezes inspirado pelo Espírito de Deus e, ainda que a sua liderança se destaque, na *Memória* ainda surge mais destacada.

(3) A luta dos portugueses é na *Crónica* mais pela defesa da pátria e já não tanto pela defesa da religião católica, embora essa ideia também surja.

(4) O maravilhoso cristão que na *Memória* ocorre, pelo destaque dado aos santos guerreiros (S. Tiago, Vicente e Jorge), já não surge na *Crónica* (nem nas fontes castelhanas, nas quais quase nunca surge o maravilhoso), mas simplesmente que “sucederam cousas assaz milagrosas,

²⁶ Seria melhor chamar-se “Poema de Afonso IV”, já que parece tratar da biografia deste rei.

porque se acharam muitos mouros e seus cavalos e camelos mortos de tais feridas que não pareciam ser dadas por mãos humanas” [p. 452].

(5) Ao contrário da *Memória*, Rui de Pina não se regozija pela destruição dos mouros, combatentes e não combatentes, pelo que o anti-islamismo foi atenuado, tal como a luta religiosa.

(6) A seguinte diferença corresponde a uma efetiva alteração de costumes: na *Memória*, antes da batalha, os soldados cumprimentam-se beijando-se; em Rui de Pina cumprimentam-se abraçando-se.

A *contaminatio* entre os dois textos abarca os seguintes conteúdos²⁷:

(1) Perda da frota cristã, em que Portugal participava na guarda do Estreito, por uma violenta tempestade.

(2) Assédio do rei mouro aos náufragos cristãos para que se convertessem ao islamismo. A *Crónica* (p. 433-34) fornece alguns exemplos de individualidades castelhanas porque neste ponto a sua fonte é a *Crónica de Afonso XI* e não a *Memória*.

(3) A “sereníssima” Maria, a chorar, vem a Évora suplicar por ajuda militar terrestre a seu pai.

(4) D. Afonso IV não tem em conta o parecer do seu conselho, que era desfavorável à mobilização, e decide avançar para a guerra por livre iniciativa.

(5) Depois da formosíssima Maria, também Afonso XI (por conselho de sua mulher) veio ao encontro do seu sogro, tendo reunido todos em Juromenha. Afonso IV renovou a ajuda militar e Afonso XI pede urgência na mobilização.

(6) Estado de exaltação com a chegada do rei português a Sevilha, na companhia da sua filha, rainha de Castela, e dos seus cavaleiros.

(7) Conselho dos reis cristãos em Sevilha. D. Afonso IV opõe-se a que Tarifa seja entregue a Abu al-Hassan em troca do seu regresso além-mar, quando Afonso XI já se inclinava para a sua entrega.

²⁷ Não fazemos aqui referência à *Crónica de 1419*, também chamada *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal II*, c. LII-LXII, p. 299-349, por esta crónica, no que aos fólhos sobre o Salado diz respeito (ff. 183-206), ser uma cópia da crónica de Rui de Pina [cf. MOREIRA 2010: 17].

(8) Embaixada aos reis mouros, na véspera da batalha, para deixarem o terreno escarpado em que haviam procurado refúgio e virem bater-se na planície em igualdade de terreno.

(9) Dias de escuridão precederam o dia da batalha; céu limpo no dia 30 de outubro.

(10) Armação de cavaleiros na madrugada do dia 30; pregão de Fr. Francisco, confessor do rei, e a resposta dos cavaleiros.

(11) O alferes do pendão real é o mesmo: Gonçalo Gomes de Azevedo.

(12) O dia e a hora da batalha são os mesmos.

(13) Fuga do rei de Granada e comentário depreciativo de Abu al-Hassan.

(14) O rei de Castela entra na batalha com a sua guarda.

(15) Fuga do rei de Marrocos.

(16) Perseguição dos vencidos por entre o terreno acidentado.

(17) Maravilhoso cristão.

(18) Príncipes mouros cativos.

(19) A rica presa de guerra encontrada nos acampamentos, quer de Abu al-Hassan, quer de sua nobreza.

(20) Inúmeras baixas humanas entre os muçulmanos, sobretudo feitas na retirada desordenada dos muçulmanos; a morte das mulheres dos haréns.

3. *Memória do Salado* versus *Lide de Tarifa*

Influenciado pela historiografia, o autor da *Memória* optou por um texto de cariz historiográfico, tendo organizado os eventos *ab initio*, a começar em 1338. Seguindo uma ordenação cronológica e ordenada, própria do método historiográfico, o seu interesse reside em relatar os principais acontecimentos, quer antes, quer durante, quer ainda depois do desfecho da batalha terrestre e suas consequências. As brevíssimas referências à estratégia militar e aos combates parecem denunciar tanto a sua ausência do combate, como a falta de interesse por assuntos de tipo militar. O destaque que o seu autor dá à enumeração e administração dos sacramentos e à Missa de Santa Trindade como forma de motivação e

preparação para o combate pode denunciar a sua origem clerical; o destaque que dá à liderança de D. Afonso IV pode denunciar a sua proximidade do rei. O discurso do narrador é de terceira pessoa e o seu texto é quase todo formado por narração, sendo escassas as descrições, os diálogos e os monólogos.

A *Lide de Tarifa*, pelo contrário, é um rico texto literário, está dotado das características formais do texto ficcional e abunda em figuras de estilo²⁸. Começa *in medias res*: na madrugada do dia da batalha, quando Alcarac, comandante das tropas de Abu al-Hassan, observava, receoso, a formação bélica dos Hospitalários e contra essa “az do corral” decidiu arremeter uma “az em cunha”, e termina quando general e sultão lamentam a perda do combate e do destroço da numerosa e valorosa cavalaria. Há nele um fio condutor: o prior do Hospital (que militarmente substitui o rei) e o “*lignum crucis*”; e um clímax: a vitória dos cristãos.

Relativamente à construção da narrativa, a *Lide de Tarifa* organiza o seu texto em função das seguintes estratégias:

(1) os cristãos são colocados em grande dificuldade, prestes a renderem-se, quando os mouros já gritavam “Cativos, cativos!” (p. 248), para sobrevalorizar o auxílio da relíquia mágica – a Vera Cruz, que lhes traria a vitória;

(2) antes da batalha é apresentada a predição do Prior do Hospital dirigida ao rei: “havedes de vencer estas lides, e vós havedes de vencer primeiro” (p. 244) e o leitor está sempre na expectativa de quando isso vai acontecer, pois parece ser impossível;

(3) a confiança inicial de Abu al-Hassan e do comandante turco, contrasta com a desilusão final, em longo e miserando diálogo entre eles, ante a derrota que atribuem à presença da relíquia sagrada e à fraqueza do seu Deus. De facto, Alcarac esperava vencer rapidamente a hoste portuguesa e de seguida atacar a retaguarda do exército espanhol, mas foi precisamente o contrário que aconteceu.

Como texto literário denso e cinético, superabunda na descrição, no

²⁸ As principais figuras de retórica que lhe dão cor são: anáfora, enumeração, gradação, contraposição, pergunta retórica e hipérbole.

pormenor visual e em dramatismo²⁹: estratégia militar que cristãos e mouros adoptaram, topografia do local da batalha, descrição do armamento e ordenação das tropas em azes, alvoroço dos combatentes, luta encarniçada corpo a corpo, introspecção do ânimo dos combatentes, exortações à luta, gritos de interajuda naquela hora de aperto e a desilusão dos inimigos perante o desfecho do combate, tão desfavorável.

Segue-se um belo exemplo de descrição da luta encarniçada corpo a corpo (p. 245-246):

Ali se volueo a lide dos reis cristãos e dos Mouros mui danosa e mui crua e sem piedade. Os Mouros eram muito esforçados e feridores de todas partes. Aos ãus davam azagaiadas, ós outros de lançadas a mantenede, e ós outros a espadadas, e ós outros de frechadas d'arcos torquies, que eram tam espessas que tolham o Sol. [Ali cañam cavaleiros e cavalos mortos, da ãa e da outra parte, ali [veri]ades cavalos sem senhores andar soltos, e os cavaleiros que eram em terra filhavam-se pelos lazes das capelinas e dos bacinetes, e davam-se das brochas, que as poinham da outra parte] (...) Ali se renovou a lide mui doorida de crueza e de sanha. Ali s'esmalhavam fortes lorigas e britavam e especeavam e talhavam escudos, capilinas, bacinetes, per os grandes e duros golpes que se davam. As chagas eram muitas, de que se vertia muita sangue. (...) E os gritos deles e das trombas e anafiis e d'altâncaros e atavaques e gaitas assi reteniam que parecia que as montanhas se arreigavam de todas partes.

O narrador é onisciente e de tipo heterodiegético (não participa na acção como personagem) e o seu discurso tanto é de terceira como de primeira pessoa. Em razão da abundante focalização do lado cristão e mouro - coisa que na *Memória* só com parcimónia acontece – este texto literário implicou a criação de personagens e, por isso, de vivos e abundantes diálogos: os diálogos fictícios entre o rei e o Prior do Hospital e os diálogos dos cristãos entre si, animando-se na refrega, mas sobretudo entre o comandante Alcarac e o Sultão, revelando no início a esperança que tinham em vencer e, no final, a grande desilusão.

O maravilhoso cristão está presente nos dois textos, mas de forma

²⁹ Sobre a literariedade deste relato, diz António José SARAIVA: “Não tem paralelo na prosa contemporânea e anterior. É uma prosa sábia, para a qual só encontramos nível igual no século XVI.” (SARAIVA 1971: 1).

assaz diferente³⁰. Grande diferença entre os dois textos é, na *Lide de Tarifa*, a ética cavaleiresca: o respeito pelo inimigo, sua cultura, raça e religião, ao passo que na *Memória* prevalece a intolerância e xenofobismo racial, cultural e religioso, chegando o autor, em razão da mentalidade de cruzada, a regozijar-se com o extermínio dos mouros combatentes e não combatentes: mulheres, idosos e crianças.

O destaque que o autor dá à Vera Cruz do Marmelar, da Ordem do Hospital³¹, e à estratégia de combate desta ordem militar (“az do corral”) parece denunciar tanto um autor que amava a guerra ou participou na lide, como um autor pertencente aos hospitalários (ou pelo menos impregnado dos seus valores guerreiros) e próximo do prior Álvaro Gonçalves Pereira, que poderá ter sido a sua principal fonte, tão próximo do prior como o autor da *Memória* está do rei Afonso IV.

Por último importa referir a ausência de referências à arenga militar antes da batalha na *Memória* (em seu lugar surge a santa eucaristia, a armação de cavaleiros - é aí que os portugueses encontram alento - e o pregão do confessor do rei), ao passo que na narrativa do *Livro de Linhagens* é dado um resumo (p. 243-244), que acabará por ser a fonte de Rui de PINA (p. 447), e que, em razão da sua beleza, muito valoriza a narrativa do cronista-refundidor.

Depois da fórmula de introdução, em que insere um verbo *dicendi*: “Ele de todo bom contenente falou ali com os seus e disse-lhes assi”, o discurso é ordenado em vocativo, *narratio* e *peroratio*:

³⁰ Ver ponto 5 do Cap. III.

³¹ A relíquia da Vera Cruz ou do santo lenho foi trazida por Afonso Pires Farinha, antecessor de Álvaro Gonçalves Pereira no priorado da Ordem do Hospital, quando participou na 7.^a Cruzada, e depositada no convento de Marmelar (MENDEIROS 1953: 259-298). Diz-se que foi levada ao Salado e mostrada aos cavaleiros pouco antes da peleja e no meio do combate (“*Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro”..., vol. II/I, 1980, pp. 247-248; *Monarquia Lusitana*, Parte VII, Livro IX, p. 474; cf. J. CARDOSO 1666: 55). Segundo Jorge CARDOSO (1666: 53-56), havia em Portugal oito relíquias do santo lenho que eram objecto de culto). Além do Salado, a Vera Cruz também surge como relíquia mágica na conquista de Lisboa aos Mouros em 1147 (ALVES 1989). Foi pelo nome desta relíquia que primeiramente o Brasil foi conhecido (Terras de Vera Cruz).

(a) Vocativo dirigido, não a todas as tropas, mas simplesmente aos cavaleiros do rei: “Meus naturais e meus vassallos”, que é a nobreza senhorial.

(b) *Narratio* sem orientações táticas e carregada do ideal de cruzada anti-islâmica, D. Afonso destaca a acção da reconquista, liderada pelo rei e com a participação da nobreza, na qual se funda o reino de Portugal: tocando a perdição da Hispânia no tempo do último rei godo, D. Rodrigo, e como foi difícilimo reconquistá-la, suplicou que agora, num só dia, não se voltasse a perder tudo - o território, as prerrogativas senhoriais que os reis desde D. Afonso Henriques até si distribuíram para que os nobres vivessem honrados³², além dos bens pessoais, mulheres e filhos de cada um, que é um *topos* das arengas militares; se os cristãos não vencerem, tudo isso reverterá para os mouros. Eles vieram com grande poderio para ganharem a Hispânia e ganhá-la-ão se os cristãos não lutarem agora com fervor.

(c) Peroração: é feita a exortação final ao combate com a mesma determinação com que os antepassados lutaram quando reconquistaram a Hispânia; e promessa de imortalidade em caso de vitória: “os que i morrerem e viverem serão salvos e nomeados pera sempre”.

Depois da prolação da arenga, em que é clara a habitual tópica das arengas militares, é costume descrever-se a reacção dos ouvintes e dizer qual o seu sucesso em termos de eloquência e eficácia. Como habitualmente, a arenga convenceu os ouvintes, como se vê pela reacção dos fidalgos portugueses que responderam ao rei: “Senhor, os que aqui estão hoje este dia vos farão vencer ou i todos prenderemos morte” (p. 244).

Portanto, a narrativa contida no terceiro *Livro de Linhagens*, apesar de mais curta, é muito mais intensa e emotiva do que a *Memória*, em razão de o seu autor, culto e experiente na arte militar e oratória, ter dotado a sua narrativa de elementos do texto ficcional, parecendo ser um bom leitor da literatura épica do seu tempo, nomeadamente de livros de cavalaria, e conhecedor da *ars* retórica. Desta forma, os dois textos acabam por ser complementares, pois se a *Lide de Tarifa* é riquíssima nos

³² Tal como na historiografia de Zurara, tem sido assinalada nesta arenga a exaltação dos valores senhoriais.

aspectos de estratégia, combate e comoção interior dos soldados lusos e comandantes inimigos, coisa de que a *Memória* carece, já esta é rica em conteúdos históricos: antes, durante e depois da refrega.

III - PLANO HISTÓRICO - LITERÁRIO E IDEOLÓGICO

1. Género de texto, organização e conteúdo

Em termos de género, o relato *In sancta et admirabili Victoria Christianorum* é designado por diferentes nomes. O seu autor designa-o no prólogo por *scriptura* e na conclusão, pelo facto de não ser extenso, por *opusculum*; e Fr. Francisco Brandão chamou-lhe *relação*: “relação da batalha do Salado”, com o sentido de ‘narrativa’, ‘relato’ ou ‘descrição’ daqueles acontecimentos. Fr. António Brandão atribuiu-lhe o nome de *memoria*: “Memoria da Batalha do Salado”, designação que é a nossa preferida, tanto pelo uso desta palavra no campo da história, como no campo da litúrgia.

De facto, a palavra *memoria* tem em latim e em português o significado de ‘recordação’ ou ‘memória escrita’ de um acontecimento; no ofício divino, também significa ‘comemoração’, ‘aniversário’ ou ‘celebração’. A *In sancta et admirabili Victoria Christianorum* é, por conseguinte, uma memória histórico-literária no sentido de narração cuidada de um acontecimento com finalidades memorativa e de comemoração litúrgica da festa *Victoria Christianorum* (nome pelo qual ficou a ser conhecida em Portugal a vitória do Salado), dia 30 de outubro, na Sé de Lisboa e/ou nas capelas de D. Afonso e D. Brites. Essa função comemorativa ajuda a explicar tanto o louvor da figura do rei, como a exaltação da fé cristã e o gozo que o seu autor sente pela destruição dos inimigos de Cristo.

A *Memória do Salado* não é iniciada pelos eventos do Salado, mas começa e termina com o texto notarial do notário João Afonso a atestar a autenticidade da memória histórica que D. Pedro de Abreu, administrador das capelas de D. Afonso IV na Sé de Lisboa, levou ao seu cartório para mandar extrair dela uma cópia em pública-forma. Temos, portanto,

a seguinte organização, em que a *Memória* propriamente dita encaixa dentro do texto notarial:

- Título de Ant3nio Brand3o: *Mem3ria da Batalha do Salado*,
- Texto notarial inicial,
- Texto *In sancta et admirabili Victoria Christianorum* subdividido em: invoc3o, t3tulo, pr3logo, narra3o em XI t3tulos e conclus3o.
- Texto notarial final.

No t3tulo (“*In sancta et admirabili Victoria Christianorum*”), o *in* tem valor de *de* e indica assunto. A palavra “*uictoria*” tem em concord3ncia dois modificadores: “*sancta et admirabili*”. Pela segunda (“*admirabili*”), o autor pretende referir-se ao maravilhoso crist3o e 3 proeza de os crist3os, com o patroc3nio da divindade e dos seus santos guerreiros: Tiago, Vicente e Jorge, terem arrebatado uma estrondosa vit3ria frente a um inimigo mais numeroso e superior militarmente. A qualifica3o da vit3ria como “*admirabilis*” ou “*mira*” tamb3m se acha nos hinos do of3cio “*In festo Victoriae Christianorum*”, na S3 de Coimbra antes referidos. Pela palavra “*sancta*” (pr3ximo do conceito de *bellum iustum*), pretende o autor referir-se ao esp3rito de cruzada ou de guerra santa e integr3-la entre as guerras de cruzada, ali3s a 3ltima³³. Pela express3o “*Victoria Christianorum*”, entende-se o nome pelo qual viria a ser conhecida a vit3ria dos crist3os no Salado, sobretudo na sua celebra3o lit3rgica.

Segue-se o pr3logo, em que o autor, em discurso de terceira pessoa e sem se identificar, diz quando escreve, porque escreve, o que vai contar e como 3 que vai estruturar a sua narrativa. Numa clara refer3ncia ao Salado, diz tratar-se dos “combates entre os crist3os e os inf3is b3rbaros” que ocorreram no ano de 1378/1340. Pelo plural “combates”, somos advertidos acerca dos dois tipos de confrontos: uma batalha naval (3 qual

³³ Constru3do a partir da no3o de “guerra justa” de Santo Agostinho, o termo “guerra santa” vai mais al3m. Era a guerra que era leg3tima, agrad3vel a Deus e em que os seus agentes agiam de forma “moralmente aceit3vel”, merecendo, por isso, o favor divino. No Salado, a guerra defensiva contra os inf3is, que se propunham conquistar e islamisar a terra dos crist3os, integra os conceitos de “guerra justa” e de “guerra santa” (cf. CONTAMINE 1980: 444, 451).

se seguirá a destruição da armada cristã por uma tempestade) e uma batalha terrestre e final; pela palavra “infideles”, ficamos a conhecer as motivações religiosas do autor do relato. A referência a que é importante confiar tais eventos à memória escrita, em razão da frágil memória dos homens, é um *topos* dos prólogos de muita documentação cronística e notarial, que atesta um grande respeito pela palavra escrita e que lembra o aforismo latino “uerba uolant, scripta manent” e a antiga distinção entre *phonê* e *gramma*³⁴.

Influenciado pela cronística, o autor organiza o seu texto em títulos (“sub certis titulis”), os quais nós numerámos para simplificar. São onze, escritos a tinta preta e assinalados no texto com a palavra *rubrica*, razão pela qual no códice membranáceo deviam estar a vermelho. À rubrica segue-se o desenvolvimento do título, o que faz lembrar a estruturação da crónica medieval em capítulos. Há algum desequilíbrio entre eles por o Título I, dedicado a todos os acontecimentos prévios ao combate terrestre, ser bastante mais extenso do que cada um dos restantes.

Sob o ponto de vista literário, vale a pena falar acerca da ordenação dos factos e da estratégia retórico-literária que está subjacente à construção da narrativa. Quanto à ordenação dos factos, o autor, começando *ab initio*, segue a ordem cronológica, que é a preferida na história; e não se restringe unicamente à batalha terrestre no dia 30 de outubro, como a *Lide de Tarifa*, mas começa por contextualizar os eventos do Salado. Não há no seu relato elementos típicos da ordenação literária como: lançamento da narrativa *in medias res*, prolepses ou analepses.

É igualmente bela, mas breve, a descrição acerca da batalha terrestre, de que a *Lide de Tarifa* tira encantadores efeitos literários. A *Memória do Salado* pouco diz, sugerindo que o seu autor não esteve presente, nem apreciava a arte guerreira, mas não deixa de ser uma encantadora síntese: “Mas foi tanto o fragor das armas e o estrépito das mesmas, a

³⁴ Sobre o apelo ao registo por escrito dos factos, *vide* Leontina VENTURA (1992: 24, nota 4). Veja-se, também, o exórdio da carta concedida em 1174 por Guy, Conde de Nevers, aos habitantes de Tonerre, em LE GOFF (1984: 29). *Crónica Geral de Espanha de 1344* (II, 1954: 4 [prólogo]). *Documentos Medievais Portugueses*, publ. pela Academia Portuguesa de História, I, Doc. Régios, I, nº 295. Aqui o escriba diz que a escrita é “o guarda fiel da memória...”. Etc.

vozearia terrível de um e do outro lado, que um grande número das gentes do exército do rei de Castela por duas vezes recuou” [Título V].

Literariamente, há uma série de contraposições que o autor pretende fazer. Passagem da dupla perda marítima dos cristãos à vitória definitiva na batalha terrestre e passagem da humildade dos cristãos à exaltação com a vitória final. Pelo contrário, passagem da prosperidade à infelicidade de Abu al-Hassan, da arrogância ao desespero: estava radiante pelos sucessos marítimos alcançados, mas a batalha terrestre e decisiva aniquilou-o. O ímpio sultão tem a sua contraposição no devoto rei D. Afonso IV, tal como a infelicidade dos mouros está contraposta à felicidade final dos cristãos, tal como ainda a falsa Lei maometana é contraposta à autêntica Lei de Cristo. Humilhação daquele que se exaltou e exaltação do humilde. Após o regresso a África de Abu al-Hassan, terá concluído, por inquérito realizado além-mar, que perdeu 450 mil homens entre mortos, feridos e cativos; cem mil deles eram colonos sarracenos, como o autor tem o cuidado de lembrar.

Na conclusão, é de novo passada uma mensagem de cariz religiosa que o autor quer fazer passar por entre um texto de carácter histórico: “em razão dos factos precedentes, contidos neste opúsculo, que são inteiramente verdadeiros e dignos da admiração, todas os povos deveriam converter-se à Fé do Senhor Jesus Cristo” [Título XI]. E tal como o texto é iniciado por uma invocação cristã, que é uma profissão de fé na pessoa de Cristo, assim é terminado por uma profissão de fé na pessoa de Cristo, do Pai e do Espírito Santo: “Pois que Ele é Deus, Ele só faz grandes maravilhas, Ele que com o Pai e o Espírito Santo vive e reina por todos os séculos dos séculos. Ámen.” [Título XI].

A *Memória do Salado* é, em primeiro lugar, um texto histórico e o seu autor participa do conceito medieval de história como curso dos acontecimentos orientados pela divindade e seus santos, sendo o homem um instrumento nas suas mãos. Também a graça divina recai sob certos homens providenciais (é o caso de D. Afonso IV) para operarem maravilhas e, ainda que tardiamente, Deus não falha com a sua ajuda para salvar os que o amam e veneram.

É um texto histórico porque relata para conhecimento dos vindouros, de forma clara e ordenada e apoiado na sua experiência e suas fontes orais os eventos do Salado (1340) nas suas diferentes fases: antecedentes (com a apresentação do rei agressor e tentativas vãs de lhe fazer frente), mobilização de um exército terrestre, tentativa de negociação, preparação para a batalha, a batalha propriamente dita, perseguição, o saque dos acampamentos e as consequências do confronto. As suas fontes impessoais foram, como o próprio refere: cativos mouros, cavaleiros cristãos, cristãos conhecedores do árabe e, quiçá, Fr. Francisco.

Em resumo, são os seguintes os factos seleccionados:

(1) Alebohacen (Abu al-Hassan), não contente com as conquistas no Norte de África, decidiu expandir o seu reino para a Península, onde os muçulmanos já tinham sido donos quase absolutos, em aliança com Fand de Granada (Yusuf-Abul Hagiag). A sua primeira intervenção no Sul de Espanha teve início com a recuperação de Gibraltar por parte de seu filho Amohali (Abu Malik), no ano de 1333.

(2) No ano de 1338, o Sultão começou a enviar para cá do Estreito soldados, armas, víveres e colonos, localizando-se a sua base na zona de Algeciras - Gibraltar, as quais, ao contrário de Tarifa, permaneciam nas mãos dos mouros.

(3) A esquadra castelhana, comandada pelo almirante Jofre Tenório, foi enviado para o Estreito de Gibraltar para impedir o trânsito de homens, armas e víveres. Apesar de menor, de estar mal equipada e de não poder contar com o apoio da de Aragão, o almirante Jufre Tenório decidiu atacar a esquadra Benimerine, que facilmente a desbaratou (4 de abril de 1339).

(4) Derrotada a esquadra castelhana, o rei de Castela depressa se refez do desastre naval e, em pouco tempo, de novo ergueu sobre o mar uma nova esquadra, agora com o apoio da prestigiada armada portuguesa³⁵. Não é referido o número de barcos de Portugal, nem as restantes

³⁵ Afonso IV achava que a segurança do reino, especialmente do Algarve, se jogava na aliança com os reinos cristãos da Península e que, se os mouros vencessem a lide, mais tarde Portugal não poderia defender-se sozinho.

fontes são unânimes acerca do seu número³⁶, mas apenas que era uma “poderosa esquadra” e que houve a perda de “oito galés de Castela e três naus e duas galés de Portugal” por uma violenta tempestade (outubro de 1339), facto que a historiografia castelhana desvaloriza ao dizer que a esquadra não foi além de Cádiz e que não houve naufrágio de navios portugueses³⁷. O autor anónimo chega inclusive a contar o episódio do português Lourenço Vasco da Fonseca, então vassalo do rei de Castela, que foi recolhido na galé do almirante Manuel Pessanha com outros marinheiros.

(5) Perante o duplo desastre naval e a passagem contínua para cá do Estreito de soldados, armas, víveres e colonos, Afonso XI decidiu pedir de novo auxílio a seu sogro na luta contra o inimigo comum. Para o efeito, mandou como embaixadora a Évora a sua mulher, a “sereníssima” Maria, filha de Afonso IV, a qual, “a chorar”, solicitou auxílio terrestre a seu pai (final de setembro de 1340)³⁸.

(6) Apesar de os conselheiros do rei e do reino serem desfavoráveis ao auxílio militar, já que – afirmam – “a prontidão do socorro não permitia a mobilização do exército”³⁹, D. Afonso IV, distanciando-se, concede apoio, não só pela autoridade de quem lho pedia, a sua filha, mas também porque melhor é combater agora os mouros no exterior do que haver-se mais tarde com eles *intra muros*.

(7) D. Afonso XI, por conselho de sua mulher, decide visitar o sogro

³⁶ A *Crónica de Afonso IV*, c. LII, p. 430, refere 15 embarcações; A *Nova História Militar* refere apenas 10; cf. *Gran Crónica II*, p. 320. Talvez fossem entre 10 e 15 navios.

³⁷ Cf. *Gran Cronica*, p. 322.

³⁸ Dada a distância temporal entre o desbarato das esquadras (outubro de 1339) e a solicitação de apoio militar terrestre a D. Afonso IV (setembro de 1340), é razoável pensar que já antes terá havido contactos entre Castela e Portugal com vista a um possível confronto terrestre a Sul. É até possível, como conjectura Oliveira MARQUES (1956: 135) que o assunto tenha sido abordado nas Cortes de Santarém em abril-maio de 1340 (cf. *Gran Crónica II*, p. 364).

³⁹ Talvez a recente guerra entre castelhanos e portugueses seja a principal razão para negar o auxílio a Castela e não tanto a questão temporal.

em Juromenha (primeiros dias de outubro)⁴⁰. Aí D. Afonso IV, perante a filha, e numa altura em que a expedição portuguesa já devia estar a ser organizada, renovou-lhe o auxílio na luta contra o inimigo comum e deve ter-lhe dito que uma expedição de escol partiria em breve. Antes de Afonso XI regressar ao seu reino, combinaram que era preferível que D. Maria ficasse com o pai e que entrassem ambos juntos em Sevilha dias depois.

(8) O rei de Portugal e a rainha de Castela, na companhia de “os mais ilustres cavaleiros e barões”, foram recebidos com alegria na capital do reino, Sevilha, e cidade que corria mais perigo (cerca de 12 de outubro). No Conselho de reis e nobres – conta o autor anónimo, interessado em destacar o papel de D. Afonso IV -, o rei de Castela estava inclinado a negociar com o Sultão a entrega de Tarifa, para que cessasse as hostilidades e regressasse a Marrocos, mas o rei de Portugal opôs-se e foi o seu parecer que acabou por prevalecer.

(9) Partida dos dois exércitos de Sevilha (meados de outubro) ao encontro dos inimigos, os quais tinham montado cerco a Tarifa⁴¹. O itinerário seguiu pelo “famoso castelo de Jerez” e chegou à orla do mar no lugar de Torre dos Vaqueiros (actual Valdevaqueros), onde a retaguarda do exército acampou; a vanguarda desceu junto à costa 2,2 Km, e acampou na Penha do Cervo, actual La Peña, perto do rio Salado, a 4,5 Km a NO de Tarifa. Aí os cristãos viram a imensidão do acampamento mouro e como eram superiores em número de combatentes⁴².

⁴⁰ Sabemos pela *Crónica* (p. 437; cf. *Gran Cronica*, p. 322) que foi por conselho de D. Maria que Afonso XI o fez: “& lhe aconselhou... que todavia antes de elRey seu Padre mouer de Portugal, lhe viesse falar”.

⁴¹ No dia 14 de agosto de 1340, depois de dar por terminado o transporte de homens, víveres e colonos, o sultão de Marrocos desembarca em Algeciras; e em meados de setembro põe cerco a Tarifa. Pretendia depois subir para Norte e tomar as maiores e melhores cidade da Hispânia – Sevilha e Córdoba.

⁴² A assídua referência à superioridade numérica dos mouros não é um *topos* historiográfico. Huici de MIRANDA (1956: 378) estima em 22 mil o número de soldados dos dois Afonsos, contra um exército de 80 mil homens. Aliás, os cristãos parecem ter sido sempre inferiores, em número de combatentes, em todas as fases da Reconquista. A historiografia apresenta números muito díspares sobre a quantidade do exército português. Os números podem ir de 1000 cavaleiros - segundo Huici Miranda;

(10) Os reis cristãos enviaram uma embaixada aos dois reis mouros, que estavam acampados na margem esquerda do Salado, em acampamentos distintos e no alto de outeiros, para que abandonassem o lugar escarpado em que se encontravam e que viessem bater-se em terreno plano e igual, mas eles recusaram (29 de outubro).

(11) Preparação para o combate (30 de outubro, segunda-feira) com a celebração apressada da missa da Santa Trindade no acampamento de D. Afonso IV por Fr. Francisco, confessor do rei; armação de cavaleiros e recebimento das insígnias militares e lançamento do pregão pelo confessor: que os soldados temerosos permanecessem na guarda do acampamento. Entre os barões de Portugal, o autor dá destaque a Lopo Fernandes Pacheco, senhor de Ferreira de Aves. Na vanguarda do exército português foi erguido o estandarte da cruz, mas não a Vera Cruz, que nunca é referida. O estandarte real era transportado por um sobrinho-bisneto de D. Paio Correia⁴³.

(12) Batalha nas margens de um “arroyo” de nome Salado (4 Km a NO de Tarifa). Os reis cristãos e mouros lutaram separados: Afonso IV (reforçado por tropas castelhanas) lutou a montante contra *Fand* de Granada, cujo exército também tinha sido reforçado por tropas Benimerines; Afonso XI lutou a jusante contra Abu al-Hassan. Ao contrário da *Lide de Tarifa*, que se centra na batalha, a *Memória* quase não a refere.

(13) O rei de Portugal foi o primeiro a vencer, facto relevante tanto para a moralização dos castelhanos, como para a desmoralização do sultão de Marrocos⁴⁴. Nessa altura, Afonso XI, animado, entra pessoal-

passando por 4000 lanças (um total de 12 000 homens) - Oliveira MARQUES (1987: 353); até 20 000 homens - Hernâni CIDADE e Carlos SELVAGEM (1967: 33).

⁴³ Acerca da inscrição da Sé de Évora, vd. BARROCA 2000: 1605-14. Como o porta-estandarte na batalha foi sem dúvida Gonçalo Gomes de Azevedo, o alferes Gonçalo Esteves Carvoeiro, referido na Sé de Évora, deve ter sido o comandante do contingente de Évora, formado por “cem cavaleiros e mil peões” (MARTINS 2011: 246).

⁴⁴ Não menos relevante foi a surtida coroada de êxito que, a meio da batalha, as tropas castelhanas aquarteladas em Tarifa (homiziados e tropas de escol, que formavam a principal força e que foram lá introduzidas na véspera da batalha) fizeram, ao atacarem ou a retaguarda do exército mouro ou (mais provável) o alfanegue do Sultão,

mente em combate com a sua guarda e impele todos à luta. Com a obtenção da vitória, os cristãos perseguem os vencidos até ao rio Gadamecil (Guadalmesí), não muito longe de Algeciras⁴⁵.

(14) Maravilhoso cristão: a vitória cristã foi conseguida com o auxílio extraordinário de Deus, manifestado na aparição em plena batalha – de acordo com o relato de informantes mouros - de cavaleiros gigantes e dos bem-aventurados Tiago, Vicente e S. Jorge.

(15) Captura pelo exército português de dois príncipes muçulmanos: Almofacem (Abu-‘Umar Tasufin), filho do Sultão, que foi entregue a Afonso XI; e Hatá (‘Ali b. ‘Umar), filho do rei de Sujurameca (Sijil-massa), que Afonso IV trouxe consigo.

(16) Saque dos acampamentos e descrição da presa de guerra. Lamento dos reis cristãos e dos mouros pela morte de não combatentes (mulheres dos haréns, idosos e crianças), especialmente da rainha *Forra* (Fátima Tunecia). O cálculo do número de mouros que passaram o Estreito, entre combatentes e não combatentes, foi calculado pelo autor anónimo em 450 mil, de entre os quais 100 mil eram colonos. A grande maioria morreu ou foi feita prisioneira. Regozijo do autor pela destruição dos mouros e apelo à conversão de toda a gente à fé dos cristãos.

Relativamente à informação selecionada pelo autor, é verdadeira e pode ser comprovada pela restante historiografia do Salado; nalguns pontos em que as fontes do Salado não são unânimes, quer por omissão, quer por diminuição da participação portuguesa, a presente relação dá um contributo valioso. Relativamente às fontes portuguesas do Salado, a Memória foi a primeira e exerceu indelével influência na já referida *Crónica de D. Afonso IV*. Foi este o seu maior contributo para a historiografia do Salado.

mas acerca das quais o autor anónimo nada diz (cf. *Gran Cronica*, II, p. 411, 415-416).

⁴⁵ Os vencedores não aproveitaram o momento de vitória e de perseguição para tomar Algeciras, talvez porque os reis cristãos carecessem de mantimentos, pois Afonso XI só havia garantido alimentos para 15 dias. Porém, a Memória (Título X) afirma que foram encontrados no acampamento mouro grande quantidade de víveres. A praça de Algeciras permanecerá em poder dos mouros por mais quatro anos.

Colhe-se na historiografia moderna do Salado que o êxito dos cristãos foi alcançado, tanto por estarem bem armados e de terem adotado a estratégia correta⁴⁶, quanto por terem beneficiado e tirado partido dos erros militares de Abu al-Hassan em diferentes momentos da conjuntura:

1) A demora de Abu al-Hassan no cerco de Tarifa (setembro e outubro), importante praça que não chegou a ser tomada, deu tempo a Afonso XI de reunir apoios castelhanos, portugueses e aragoneses e, com a bula da cruzada que chegou poucos dias antes da batalha, algum pouco apoio além-Pirenéus.

2) Na véspera da batalha, a coberto da noite, Afonso XI introduziu *intra muros* de Tarifa vários milhares de homens (a grande maioria deles peões) com o propósito de no dia seguinte, durante a batalha, unidos aos sitiados, atacarem o alfeaque do sultão e a própria retaguarda do exército benimerine. Aqui reside, pela surpresa que teve (pois o Sultão havia descurado a retaguarda), uma das causas do sucesso dos cristãos.

3) Enquanto Abu al-Hassan, feita a travessia de homens, mantimentos e colonos, dispensou a sua armada, a armada cristã nunca abandonou as imediações de Tarifa. No dia da batalha, os seus marinheiros, aliando-se à coorte numerosa de Tarifa, foram atacar o alfeaque do Sultão e a retaguarda do exército marroquino.

4) Acredita-se, com base em fontes árabes, que as tropas cristãs de reserva, comandadas por Pedro Núñez de Guzmán foram posicionadas a meio dos dois exércitos cristãos, com o objetivo de socorrerem aquele que fraquejasse primeiro (SEGURA GONZÁLEZ, 2016: 196). Terão sido elas (ou então teria sido a ala esquerda do exército castelhano, como referem outras fontes modernas) que prestaram socorro ao rei de Portugal, quase a perder, e que essa tenha sido a razão por que foi ele o primeiro a vencer, como recordam as fontes portuguesas.

5) Esta vitória primeira de Afonso IV e dos aliados castelhanos deve ter tido efeitos animadores no exército castelhano e desmoralizadores no marroquino. Se bem que muitos soldados, derrotado o exército granadino, tivessem ido em sua perseguição e outros dirigido-se para o arraial

⁴⁶ Acerca da estratégia militar ver MARTINS 2011: 239-268; *Gran Cronica II*, CCCXIII, p. 409-410.

granadino, pois o saque era irresistível, também é de crer que muitos tenham ido em socorro dos castelhanos e aberto uma nova frente de combate que causou perturbação nos inimigos. Parece ter sido neste momento - segundo a *Memória* - que foi capturado pelas tropas portuguesas o emir Abu-Umar, filho do Sultão, depois entregue aos castelhanos.

2. A figura profética de D. Afonso IV

Uma das particularidades do relato *In sancta et admirabili Victoria Cristianorum*, que muito o distinguem de todas as outras fontes do Salado é o destaque que dá à figura de D. Afonso IV, quer pelas qualidades de liderança, quer de fé, fazendo crer que o seu autor tivesse uma ligação ou à corte ou às capelas do rei na Sé de Lisboa. O *pius* rei de Portugal surge inspirado pelo Espírito de Deus e comparado à figura de um profeta do Antigo Testamento. Por isso, é o único capaz de tomar decisões sábias que vão conduzir à vitória e que habitualmente estão contra o parecer dos conselheiros. Inspirado pelo Espírito de Deus, D. Afonso IV é o intérprete da voz divina, um profeta que conduz o seu povo da opressão à libertação. A construção desta figura comparada a um profeta é mais uma indicação em favor da identificação do autor com um clérigo. Ao contrário da *Lide de Tarifa*, não é movido por motivos políticos e de defesa territorial, mas por motivos religiosos e de defesa do cristianismo, estando totalmente disponível para derramar o seu sangue por Cristo, como um cruzado.

Vejam-se os passos seguintes:

(1) à formosíssima Maria, que em nome do marido solicitou ajuda militar terrestres (e já antes lhe havia escrito a solicitar ajuda naval), respondeu “iluminado pela graça do Espírito Santo... inflamado pelo Espírito divino e ardendo em zelo da verdadeira fé” [Título I] que sim, iria defender a cristandade contra os inimigos do Cristo;

(2) “inflamado pelo Espírito divino e ardendo em zelo da verdadeira fé” [Título I], não segue a opinião do seu conselho que lhe sugeria não prosseguir com a expedição pela urgência de tempo;

(3) a Afonso XI, que veio a Juromenha certificar-se da ajuda portu-

guesa, por conselho de sua esposa, respondeu, proferindo o Credo (símbolo da fé dos cristãos, fixado pelos primeiros concílios ecuménicos), que tal como Cristo “estava preparado para sofrer generosamente a morte em defesa da verdadeira fé católica e para ir ao encontro dos pérfidos sarracenos” [Título I];

(4) em Sevilha, “inspirado pelo Espírito Santo” [Título I], vira o conselho de Afonso XI a seu favor na questão de Tarifa, ao propor que não se negociasse com o Sultão a entrega da cidade, mas que se combatesse: “estou preparado, tal como Cristo, a expor à morte o meu corpo por vós e a combater os Seus inimigos, de ânimo forte, em prol da fé católica” [Título I];

(5) ante as trevas que ocorreram nos dias anteriores à batalha e que desmoralizaram as tropas, ele animou-as, vendo no facto uma manifestação da presença de Deus e “o maná” que alimentará a fortaleza dos portugueses;

(6) preparou-se para o combate assistindo à missa da Santa Trindade, recebendo do seu capelão a sagrada comunhão e armando cavaleiros alguns nobres, que comparou a cruzados dispostos a derramar o seu sangue pela fé de Cristo.

De facto, a figura do rei está para a *Memória* como a figura do Prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira, está para a *Lide de Tarifa*. Esta exaltação está tão presente que nos leva a pensar que o autor seria alguém - quiçá um clérigo - próximo do rei. Por outro lado, o protagonismo que o rei de Portugal vai ter na historiografia da Salado posterior, a começar pela *Crónica de D. Afonso IV* e, por via desta, nos autores do séc. XVI e XVII (Cristóvão Rodrigues Acenheiro, Duarte Nunes de Leão, Fr. Rafael de Jesus, Pedro de Mariz, Manuel de Faria e Sousa) é, sem dúvida, uma herança desta *Memória*.

3. Espírito de cruzada e guerra santa

Ao contrário da *Lide de Tarifa*, a *Memória do Salado* não possui a arenga do rei Afonso IV aos seus vassallos, a elevar-lhes o moral e a

lembrar que num só dia não se perdesse tudo quanto os reis tão penosamente conquistaram e todas as benesses que outorgaram à sua nobreza. Em seu lugar surge a armação de cavaleiros (a quem o rei compara a cruzados que estavam dispostos a derramar o seu sangue por Cristo), o pregão do confessor do rei, à imagem do que fez Gedeão⁴⁷, e a eucaristia. É neles que os portugueses encontram motivação para a luta.

Por aqui se vê como são diferentes as motivações dos dois textos: motivações políticas e territoriais no primeiro e motivações religiosas na *Memória do Salado*; motivações religiosas, ideal de cruzada e espírito de guerra santa de um e de outro lado do campo de batalha. Invocam-se dois Deuses na preparação da batalha, luta-se pela defesa da pátria e da religião (*pro patria et fide mori*) e, quanto à vitória, que ganhe o credo verdadeiro, “pelo qual todos deveriam ser salvos” [Título I]. Esse ideal é tão desenvolvido que começa pelo próprio título: *sancta uictoria*.

Este espírito de cruzada na Península (e não na Terra Santa) foi largamente acarinhado pelo Papa Bento XII de Avinhão, o qual, apercebendo-se das intenções expansionistas do sultão de Marrocos na Península, intermediou a reconciliação entre Afonso XI e Afonso IV para poderem afrontar oportunamente o inimigo comum. A paz foi assinada em Setembro de 1338. Comprovam ainda o ideal de cruzada a forma como o rei português se fez acompanhar ao Salado (o mesmo se diga de D. Afonso XI de Castela⁴⁸): com eclesiásticos e mestres de Ordens Religiosas - bispo de Évora e arcebispo de Braga; mestre de Santiago, mestre de Avis, mestre de Cristo, mestre do Hospital e prior do Crato...

Destacamos os seguintes exemplos:

(1) O sultão Abu al-Hassan ‘Ali tirou do naufrágio da armada cristã por uma violenta tempestade e do aprisionamento fácil de muitos naufragos cristãos uma ilação de tipo religioso: a Lei de Maomé é melhor

⁴⁷ Juízes, 7, 3-4.

⁴⁸ Também Afonso XI se fez acompanhar com bispos, o arcebispo de Toledo e mestres das Ordens Religiosas... A bula da cruzada, *Exultamus in te*, que chegou muito pouco antes da batalha (ou apenas em março de 1340 segundo outras fontes), concedia regalias económicas em terças e décimas por certo tempo em condições análogas às da Palestina.

do que a Lei de Cristo e apresentou tal conclusão aos portugueses capturados para os impelir à conversão ao islamismo. Esta não é só uma guerra de reconquista, é também religiosa. Uns preferiram o martírio e são louvados, outros com medo dos castigos, converteram-se ao islamismo e são criticados.

(2) D. Maria, a sereníssima esposa de D. Afonso XI, veio a Portugal pedir socorro, como forma de salvar a Cristandade contra os “os pérfidos, terríveis e inumeráveis agarenos, ferozmente inimigos da cruz de Cristo” [Título I]. Fê-lo “a chorar” e invocando motivos religiosos para ser mais persuasiva. D. Afonso IV, inflamado pelo divino Espírito Santo e incitado pelo zelo da santa fé, anuiu ao pedido. Também em Juromenha, Afonso XI, que veio pedir celeridade na mobilização, disse que era uma expedição “em defesa dos remidos pelo sangue de Jesus Cristo e para exaltação da fé cristã” [Título I].

(3) À chegada dos portugueses a Sevilha, o povo, superiores eclesiásticos e clero saíram-lhe ao encontro em procissão e com as santas relíquias, por se propor libertar os cristãos dos inimigos da cruz de Cristo.

(4) Aos reis mouros que permaneciam barricados em duas colinas, para tirarem vantagem do terreno elevado, os embaixadores cristãos pediram que descessem para a planície e que, em igualdade de terreno, Deus desse a vitória à Lei verdadeira.

(5) O autor anónimo, que gosta de destacar o elemento religioso, põe em destaque a preparação espiritual dos combatentes para a batalha e o recebimento dos sacramentos da eucaristia e da penitência. Os nobres que foram armados cavaleiros foram comparados pelo rei a mártires prontos a derramarem o seu sangue por Cristo.

(6) Ordenadas as azes e tendo na vanguarda erguido um grande estandarte da cruz, invocou-se o nome de Cristo repetidas vezes. Depois, em marcha até ao local de luta e dispostos a vencer ou a morrer, o alferes real, ao mesmo tempo que segurava a pendão régio, cantava o salmo “Exurgat Deus et dissipentur inimici Crucis” [Título III].

(7) A refrega foi perigosa, mas, por fim, os ímpios foram implaca-

velmente abatidos pelo divino auxílio⁴⁹, que cingiu a sua espada à cintura, e dos seus três santos guerreiros.

(8) Nos dias a seguir à batalha (pois fazia da praxe guerreira que o vitorioso permanecesse no campo por três dias), nenhum cristão habitou as tendas de campanha e construções precárias que os sitiadores edificaram no cerco de Tarifa. Ainda que não se dê uma justificação, é razoável intuir que tal nojo se deveu a motivos religiosos.

(9) A forma desinteressada como D. Afonso IV votou a presa de guerra, alcançada no campo de batalha, parece sugerir – na opinião do autor anónimo - que *o Bravo* apenas era movido por interesses de defesa do cristianismo e por ter sido rogado pela querida e amada filha D. Maria⁵⁰.

Por conseguinte, para o autor anónimo, esta é mais uma guerra de religião do que de defesa territorial. A mesma ideia de ver no Salado um episódio de Guerra Santa, aliás o último, está presente nos historiadores contemporâneos, como é o caso de Carl ERDMANN (1940: 54 e 56): “O ponto culminante de evolução da ideia da cruzada contra os mouros, pelo menos no que diz respeito a Portugal. (...) A última das mais importantes lutas que os portugueses travaram com os mouros em terreno europeu. De-mais-disso, despontam já no horizonte os primeiros alvores dos descobrimentos.”

4. Xenofobia e anti-islamismo

Outra ideia que o autor da *Memória do Salado* nos transmite, nos seus ataques de fúria e que é uma questão permanente, é a hostilização e demonização do muçulmano. O anti-semitismo também é uma questão

⁴⁹ Cf. *Êxodo* 15.

⁵⁰ Além disso, pelo êxito que Afonso IV teve na batalha e pelo qual, possivelmente, herdou o epíteto de “o Bravo” (não na Idade Média, mas em período posterior, como assevera SOUSA 1987: 510, n. 23) viria a ser felicitado pelo Papa com as letras *Mente laeta*, e animado a prosseguir a guerra santa. Para o efeito, Bento XII concedeu-lhe a Bula *Gaudemus et exultamus* (30 de abril de 1341) e os dízimos dos bens eclesiásticos por dois anos, para levar a bom termo a guerra defensiva e ofensiva contra o sultão de Marrocos. Tal como nas cruzadas do oriente, ganhariam as indulgências da Terra Santa todos os que na luta tomassem parte ou contribuíssem para as despesas.

permanente, mas não se encontra aqui presente. Os motivos religiosos são aqueles que mais pesam para tal animosidade repleta de xenofobia e de ódio. Em meios laicos, porém (serve de exemplo a citada *Lide de Tarifa*), não se encontra habitualmente uma hostilização tão extremada do mouro; e mesmo nos meios eclesiásticos essa imagem negativa do mouro não era a opinião de todos.

A propósito dos meios laicos, é oportuno recordar como ao longo da Reconquista muitas vezes os mouros capturados pediram pela conservação da vida e foi-lhes concedida. Por exemplo, na conquista de Silves, descrita na *Crónica de D. Sancho I*, que teve a participação de cruzados, os muçulmanos conservaram as vidas e puderam partir para a terra de mouros, ainda que sem os bens móveis (PINA, 1977: c. XI, p. 42); de igual forma, na conquista de Alcácer do Sal, descrita na *Crónica de D. Afonso II*, também com o contributo dos cruzados, os mouros cativos “pediram has vidas, e fazendas, mas has vidas sómente lhes foram outorguadas com segurança... e assi seguros se sahiram, e foram para onde quiseram” (PINA, 1977: c. VIII, p. 98).

De igual forma, ao longo da Reconquista (ainda que haja exceções) os mouros capturados foram usados como elementos de colonização, coisa que seria impossível para este autor. É o caso de Mestre D. Paio Peres Correia. Aproveitou os mouros capturados na conquista de praças no Alentejo e Algarve para a colonização dessas cidades e para que as terras conquistadas não se transformassem em (*de*)*sertões*. P. ex., na reconquista de Silves, descrita na *Crónica de D. Afonso III*, o Mestre não quis combater o alcácer, onde os mouros, encurralados, se haviam refugiado, precisamente para serem usados como elementos de povoamento desses lugares, coisa com a qual muito se alegraram “e esta maneyra se diz que ho Mestre sempre teve nos Lugares do Algarve, que tomou cujos alcaceres nom combateu, e deu segurança ahos Mouros porque has Villas fossem milhor aproveytadas, e se nom despovorassem” (PINA, 1977: c. IX, p. 186). O mesmo se diga acerca do acordo estabelecido com os mouros na conquista de Faro (PINA, 1977: c. XI, p. 190-91).

De igual forma, os reis conquistadores colocaram os mouros de-

baixo da sua protecção, tal como fizeram aos judeus, para que não fossem perseguidos. É o caso de D. Afonso Henriques, que em 1170 concedeu foral aos mouros forros de Lisboa, Almada e Alcácer, para que ninguém pudesse fazer-lhes mal injustamente. O próprio rei designa-os por “os meus mouros”, que é um sinal de afeto (SARAIVA, 1984: 25-26).

Também os mercadores cristãos estabeleceram relações de comércio com os muçulmanos, em Portugal, em Castela, no reino de Granada ou Além-Mar; também alguns reis e nobres tinham amantes mouriscas, como é o caso de Afonso VI, avô de D. Afonso Henriques: de entre as duas amantes que teve, uma foi Zaida, filha de Abenabeth, rei de Sevilha, da qual gerou Sancho que morreu na batalha de Uclés; ou ainda os funcionários da corte: físicos, astrólogos e banqueiros que, sendo judeus ou mouros, eram estimados dos reis.

Por espírito de caridade cristã foi dada carta de alforria a muitos mouros escravos - embora a sociedade cristã tenda a reservar-lhes um lugar à parte, nas mourarias, e venha a impor-lhes um vestuário especial com insígnias, tal como aos judeus (MARQUES, 1988a: 96-107). Estas imposições surgiram justamente no reinado de D. Afonso IV, como constava de um fragmento do *Poema de Afonso Geraldês*, infelizmente perdido (MARTINS, 1980: 70-76) e que Fr. Francisco Brandão transcreveu na sua *Monarquia Lusitana* (Parte 6, Livro XVIII, p. 20):

E fez bem aos criados seus
E grão honra aos privados,
E fez a todos os judeus
Trazer signaes divisados.

E os mouros almexias
Que os pudessem conhecer;
Todas estas cortezias
Este rei mandou fazer.

Porém, no caso da prosa clerical e por consequência da “mentalidade de cruzada” (BARKAI, 1984: 245), o muçulmano era o infiel, o inimigo de eleição com quem não se podia pactuar e um sub-homem; como o diabo, era o mau companheiro de todos os momentos, aleivoso

e traidor; era ainda o portador do mal e, por isso, devia ser destruído, constituindo a sua morte mais um *malicídio* do que um homicídio (CARDINI, 1989: 65). Maomé surge sempre em referência ao Anticristo: é a Besta do Apocalipse, um monstro (GOFF, 1983: 184).

É este o pensamento do autor anónimo, pela forma depreciativa e anti-islâmica como o islão é tratado. Estamos muito longe de “os meus mouros” de que fala D. Afonso Henriques.

Embora haja cronistas eruditos que estabelecem uma distinção entre árabes e mouros e entre os Al-Andaluzes de Granada e os Benimerines do Norte de África⁵¹, o autor anónimo agrupa-os todos debaixo de uma única raça: sarracenos (14 referências), agarenos (12) e mouros (10), nomes que não têm, necessariamente, um valor negativo. Porém, por consequência da referida “mentalidade de cruzada”, são muitas vezes designados por epítetos pejorativos, alguns dos quais para os demonizar como pessoas.

Assim, se são “innumerabiles” (não é um topos da historiografia), de facto os cristãos foram sempre menos em todas as fases da Reconquista e “barbari” (sem qualquer relação com berberes), que nada tem de pejorativo, também são “nigerrimi”, uma cor que para o autor tem conotações negativas: tenebrosidade, perversidade e pecado. São de “faucibus atrocibus” (de ventas cruéis), “faucibus draconum” (de ventas de dragões, por o dragão ser o símbolo do mal, do pecado e da traição); são “perfidii, terribiles et innumerabiles” e habitantes “barbarae nationis”.

Outros epítetos servem para demonizar a religião islâmica e o seu profeta, líder de uma réproba e diabólica seita: “secta mahometana”, “secta improba”, “secta damnata” “secta damnati et incorrigibilis Mahometi”, “perfidus Mahometus”, “Mahometi deprauata secta”; e para demonizar os próprios muçulmanos por professarem o islamismo: “infidèles”, “pagones”, “caeci miserabiles” e “abominabiles” aos olhos de Deus

⁵¹ Os Al-Andaluzes de Granada eram, quanto à raça, alguns sírios, muitos eram berberes, e a maior parte eram autóctones: muladis (cristãos convertidos ao Islamismo) e moçárabes (cristãos que haviam continuado fiéis aos seus antepassados, pagnado a *dima*). Os Benimerines do Norte de África eram de raça berbere.

por serem pecadores.

O soberano dos muçulmanos é o “rex Benamarim, uocatus Alebohacen”, ou ainda “rex Marrochiorum” ou “rex Marrochitanus” ou “rex Maurorum”, que não tem qualquer carga negativa. No entanto, também é um “rex barbarus”, “perfidus”, “impius et incredulus” que, cheio de *superbia*, comanda um exército de detestáveis e furiosos inimigos, contra os fiéis, mártires e santos cristãos.

A satanização da raça e da fé do inimigo serve o propósito de justificar uma guerra de extermínio total, *ad nihilum*: os cristãos “mataram-nos como cães” [Título XI]; “secaram como o feno” [Título VI]. Por mais de uma vez, o autor alegra-se com a destruição de todos eles: combatentes e não combatentes (colonos, mulheres, crianças e velhos).

Esta imagem tão depreciativa dos Mouros, o mal que vem d’além-mar, tem paralelo na historiografia medieval, por exemplo, nos *Anais de D. Afonso Henriques*⁵² onde se percepção essa imagem do Mouro construída em meios clericais no fim do século XII⁵³. Se eles são “Saraceni”, que não implica uma conotação pejorativa, também são “pagãos”, “inimigos que vêm do além-mar”, “multidão infinita”, “um exército que ninguém pudera contar”, e outros elementos que visam marcar uma superioridade numérica. O lado dos muçulmanos é a encarnação do mal: possuem a maldade, a iniquidade, a falsidade, a crueldade e todos os outros atributos negativos. O que há a fazer contra estes poderosos inimigos que vêm para destruir a Cristandade é matar sem pena, exterminar o inimigo da fé (SOUSA, 1992: 152-53).

A mesma imagem negativa está presente nas crônicas da Reconquista, quer hispânicas quer francesas: na *Crónica de Albelda*, na *Crónica Profética*, na do imperador Afonso VII, nas obras históricas de Rodrigo Ximenes de Rada, na *Crónica Universal de Lucas de Tuy* e na *Primeira Crónica Geral de Espanha*. Os qualificativos com que estas

⁵² Ver *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptorum*, I, Lisboa, 1856, pp. 5-17 e *Fontes Medievais da História de Portugal, I, Anais e Crônicas*. Selecção, prefácio e notas de Alfredo PIMENTA. Lisboa: Sá da Costa, 1982, pp. 24-47.

⁵³ Ver o estudo de B. Vasconcelos e SOUSA (1992), “A imagem do Mouro nos *Anais de D. Afonso Henriques*”. In *A Imagem do Mundo na Idade Média, (Actas)*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, pp. 147-154.

crônicas cristãs apodam os muçulmanos como grupo baseiam-se principalmente em nomes que têm uma conotação negativa, tomados das Sagradas Escrituras ou da literatura sagrada cristã, por exemplo: agarenos, moabitas, assírios, babilônios, ismaelitas, amorritas, caldeus e sarracenos. Também são: “perfidi”, “infideles”, “maleuoli”, “homines gentiles”, “inimici fidei”, “inimici Dei”; e ainda: fraudulentos, traidores, impostores, cruéis, cobardes, impuros e pecadores, perversos e de cor preta. A religião que professam é a “nequitiæ Lex”, “mahometica superstitiosa secta”. O seu profeta é o “nefandus Mahomet, iniquissimus”. Tais denominações são parte da “imagem do espelho” do conflito cristão-muçulmano, que é um regresso ao conflito judeu-gentílico da época bíblica e que foi apresentada por Ron BARKAI (1984), em cuja obra nos baseá-mos.

A mesma imagem xenófoba relativamente ao Mouro está presente nos hinos do saltério de Coimbra que foram compostos pouco depois da vitória do Salado (entre o ano de 1340 e o de 1360), para comemorar a *Victoria Christianorum*, e aos quais já nos referimos.

5. Maravilhoso cristão

As referências ao maravilhoso cristão são específicas dos relatos portugueses: *Memória do Salado* e *Lide de Tarifa*, e quase não se encontram nas fontes espanholas⁵⁴, mas são de tipo diferente.

Na narrativa do cronista-refundidor, de cerca de 1380, o maravilhoso é devido à exposição e adoração da relíquia da Vera Cruz de Marmelar, que os cavaleiros da Ordem do Hospital levaram ao Salado. Terá sido exibida antes da batalha e em plena refrega, depois de ter andado perdida. Afixada no alto de um fuste, para poder ser observado ao longe, foi ela que *in extremis* deu ânimo aos portugueses que estavam no limite das suas forças, mudando o destino da batalha. Há ainda uma pequena referência, posta na boca de Alcarac, o comandante turco, à aparição de gigantes em apoio dos portugueses, que tem paralelo com a *Memória*:

⁵⁴ O autor do *Poema de Alfonso XI* [est. 1884, 1885, 1888] fala na manifestação poderosa de São Tiago na batalha do Salado, observada pelo rei de Granada. (RODRIGO YAÑEZ 1956: 365).

“E, ainda mais: sabede que os cavaleiros pareciam grandes gigantes, e os cavalos maiores que grandes camelos” (p. 254).

Pelo contrário, na *Memória*, texto coevo do Salado, não há qualquer referência ao “*lignum crucis*” do Marmelar e ao surgimento da Virgem, como numa outra tradição ligada a Évora⁵⁵. O maravilhoso acontece – asseveraram os cativos mouros - pela aparição de “cavaleiros enormes, que, pela estatura, pareciam gigantes, em auxílio dos cristãos” [Título VIII] e igualmente pela aparição dos três santos guerreiros: Tiago, Vicente e Jorge, que decidiram o combate a favor dos cristãos. Às manifestações do maravilhoso divino na formação da nacionalidade, como é o caso de Ourique, que afirma que a D. Afonso Henriques, antes da batalha, apareceu Cristo, o autor anónimo inclui o Salado, razão pela qual designa a “*victoria christianorum*” como “*admirabilis*”.

Porquê a aparição destes três santos guerreiros⁵⁶?

S. Tiago, primeiramente, porque foi o padroeiro da Reconquista peninsular, aparecendo permanentemente no momento decisivo das batalhas, nomeadamente na de Clavijo (séc. IX) e Fazimas, montado no seu cavalo branco e brandindo a espada à frente de um exército de anjos vestidos de branco (SARAIVA, 1993: 166 e 240). Como já dissemos, a aparição de São Tiago surge no *Poema de Alfonso XI* [est. 1884, 1885, 1888].

S. Vicente porque, sendo o padroeiro de Lisboa, era o invocado pelos portugueses nas batalhas da Reconquista. O seu culto em Portugal

⁵⁵ Uma tradição ligada ao Padre Francisco da Fonseca, in *Évora Gloriosa*, Roma, p. 61, fala da aparição milagrosa de Nossa Senhora na batalha do Salado: “Foy testemunha da mercè, que lhes fez a Santissima Virgem Protectora da nossa Cidade, aparecendo-lhe visivelmente no ar em torno de luzidas nuvens, e animando-os para a batalha.” Em agradecimento, D. Afonso IV fundou nesse ano de 1340, em Évora, na ermida dos Santos Mártires, a confraria de Nossa Senhora da Vitória. Uma pintura quinhentista de Évora, que foi pertença da igreja de S. Vicente de Évora, é testemunha do mesmo facto (MENDEIROS 1953: 172).

⁵⁶ A expressão “santos guerreiros” é um oxímoron e é mais típico do mundo bizantino (e da propaganda da corte imperial bizantina) do que do ocidental. Os seguintes santos guerreiros compõem o seu estado-maior: Demétrio, Teodoro, Jorge, Mercúrio, Procópio e Martinho de Tour. Ver RODRÍGUEZ PEINADO, Laura (2010) - “Los santos caballeros”, *Revista Digital de Iconografía Medieval*. Vol. II, n.º 3, pp. 53-62.

remonta já ao tempo da ocupação muçulmana (séc. X). A devoção dos monarcas portugueses por S. Vicente vem do tempo de D. Afonso Henriques, que, depois da conquista de Lisboa, trasladou para esta cidade as relíquias do Santo Diácono de Saragoça - trasladação acompanhada de uma série de maravilhas - e fez construir a Igreja de S. Vicente de Fora, cedendo algumas relíquias à cidade de Braga.

Supõe-se que o culto de S. Jorge, mártir e guerreiro, foi introduzido pelos cruzados ingleses que auxiliaram D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa (1147). Num calendário de Braga do terceiro quartel do séc. XII, já se menciona a festa de S. Jorge mártir, a 23 de Abril. Parece datar do reinado de D. Afonso IV a invocação deste santo guerreiro em grito de guerra pelas tropas nacionais. No reinado de D. Fernando (1381), terá contribuído para incremento da sua devoção a vinda de forças inglesas para auxiliar na guerra contra os castelhanos; e no reinado de Afonso V, a bandeira real terá como motivo iconográfico a representação de S. Jorge [cf. Registo notarial].

6. Questões filológicas: latim do séc. XIV

O autor do relato *In sancta et admirabili Victoria Christianorum*, apesar de usar na sua prosa narrativa um bom latim, de acordo com as normas em vigor no século XIV, apresenta muitos traços peculiares dignos de reflexão. Uma primeira observação, aliás comum à maioria dos autores medievais, é a sua tendência para o discurso analítico, que não deixa de ser uma influência da sua língua românica. Também a sintaxe desenvolvida, a ordem das palavras (por vezes directa), o emprego da coordenação em lugar da subordinação e a abundância de preposições - particularidades suas - eram características que se vinham acentuando desde o latim vulgar, o latim tardio e se desenvolveram com o dualismo linguístico dos escritores da Idade Média. Outras vezes, até parece que pensa em português, embora escreva em latim.

Porém, em matéria de gramática, o seu latim está correcto e não permite grandes observações. De igual forma, o seu estilo e vocabulário revelam traços da sua formação religiosa e doutrina cristã, quer quando cita o nome de Deus, quer quando recorre à *Vulgata*, sobretudo ao livro

dos *Salmos*. Consegue um bom latim, num estilo vivo, claro e mesmo elegante, com grande facilidade em exprimir o seu pensamento, de forma sintética e completa.

No entanto, algumas palavras, complementos ou frases, apesar de típicas do Latim Medieval, merecem o nosso comentário.

In nomine Domini. Amen: a *Memória* começa com esta invocação de teor cristão, muito comum em documentos notariais, religiosos e históricos e que significa ‘com a ajuda do Senhor. Assim seja’. É uma fórmula de tipo tradicional e de inspiração bíblica que faz uma profissão de fé na pessoa de Cristo. Pode surgir na variante “In nomini Dei” ou “In nomini Sanctae Trinitatis”. O *in* instrumental tem o significado de *cum*: “por meio de”, “graças a”. O relato contém duas vezes esta expressão: quer quando o notário dá início ao seu registo; quer quando o autor principia a sua *Memória*. O fim do relato termina com a palavra *Amen*, hebraísmo adoptado no grego e no latim dos cristãos com o valor de ‘assim seja’ (é o *fiat* latino).

Kal. e *Karissimo*: o latim dispunha de três velares: *c*, *k*, *g*. O *k* perdeu o seu uso em favor do *c*. Todavia subsistiram alguns vestígios como formas arcaizantes quando o *k* está antes de *a*. Na *Memória*, ele mantém-se apenas em duas palavras: *kalendas* e *karissimo*.

Moraritaretur: é um hápax do autor, composto a partir do verbo *morari* (‘demorar-se’) + *-tare*, sufixo frequentativo, cujo valor é indicar uma hesitação entre partir ou ficar.

Tentoria / temptoria: o desenvolvimento de uma consoante epentética de tipo *p*, no grupo *mt*, encontra-se na palavra *temptoria*, que o manuscrito contém três vezes, ao lado da forma mais correcta: *tentoria*.

Nuncios, nunciis e *mundície*: na pronúncia do vulgo, quando a um *ti* se segue uma vogal, dá-se uma assibilação (*ti*+ vogal = *ci*). É com este fenómeno fonético que as referidas palavras se encontram no manuscrito (e na publicação de F).

Belleparo: é um hápax do autor, composto a partir de dois elementos: *belle-* e o verbo *-paro*. É lícito perguntar se o primeiro elemento é

o advérbio *belle*, ‘belamente’, ‘bem’ ou antes uma forma de *bellum* ‘guerra’. Neste último caso, significaria ‘preparado para a guerra’. Todavia nós preferimos a primeira hipótese, porque é a mais natural no contexto: *belleparus, a, um*, ‘bem preparado’. Em todo o caso, o sentido mantém-se o mesmo, pois os cristãos preferiam um “campo aberto, plano e bem preparado para combater”.

Vexillum Infantis Aragoniae Domni Fernandi, Marquesii de Valentia; uexillum Domni Petri Castellae Infantis Illustris: na única cópia que possuímos, as maiúsculas não são usadas arbitrariamente, mas, por vezes, como manifestação de respeito. O que importa ao autor é o cargo exercido pelas eminências citadas.

Baronum / baronium: o autor, para o genitivo do plural do nome *baro, onis*, usa duas formas diferentes: *baronum* e *baronium*. Pode não ser um erro. As alterações morfológicas são muito raras neste texto. Uma delas é a contaminação do genitivo do plural de tema em consoante como se fosse tema misto e que, além de frequente, por vezes não é fácil de distinguir.

Acies: é a palavra usada para designar as formações no campo de batalha: quer as azes estendidas os mouros, quer a formação em “tropol” do exército cristão, quer uma outra qualquer unidade como o esquadrão. “suas acies parauerunt”: os latinos costumavam dizer *instruere aciem* e os medievais *poer as azes*. (cf. MARTINS, 2011: 250; *Gran Cronica II*, c. CCCXIII, p. 409-410).

Arabicus: é a língua falada pelos *Agareni, Sarraceni* ou *Mauri*.

Gunsaluus: nome de origem germânica com o primeiro elemento: *gunthi, gundja, gundi* ‘combate’, e um segundo elemento desconhecido. No texto aparece escrito de duas formas, *Gunsaluus*, de acordo com a sua origem germânica, e *Gonsaluus*, influenciado pelo português, pelo que nós normalizámos na primeira forma.

Nepos e *auunculus*: o primeiro significado de *nepos* é neto ou sobrinho, mas a palavra pode ter outras extensões. Deve aqui ser tomada como sobrinho-bisneto, já que se trata de um bisneto de um irmão do Mestre D. Paio. O mesmo se diga, relativamente aos ascendentes, da palavra *patruus*, tio, que por extensão pode ter o significado

de tio-avô ou de tio-bisavô. Relativamente a *auunculus*, tem aqui não o sentido de tio materno, mas de sogro.

Immensum: como advérbio, só a partir de Augusto é que foi usado com esse valor.

Inflixa: um erro de distração levou possivelmente o copista a escrever *infixi* a concordar com *grandia uulnera*. Note-se que aquela forma do v. *infligo*, *is*, *ere*, *infixi*, *infectum* tem, no latim medieval, o particípio passado *infixus*, *a*, *um*.

Horribiliter e *historia*: existe, de facto, ao longo de todo o texto, apenas duas confusões sobre o uso indevido do *h*, tendo daí resultado a escrita sem *h* das palavras *horribiliter* e *historia*.

Almofacem: é assim que é chamado pelo autor o filho do sultão de Marrocos, feito prisioneiro na hoste do rei de Portugal, e de nome Abu'Umar (*i.e.* 'pai de Umar'). Porém, na *Memória*, aparece escrito de duas formas: *Almofacem* e *Almafacem*, mas que nós uniformizámos na primeira forma, por estar mais de acordo com a historiografia portuguesa: Alibohamar, Albohamar e AliBoamar; e historiografia espanhola: Aboamar e Abohomar.

Maneribus: é uma palavra de uso medieval, *maneries*, *ei* (f.) e significa 'uso', 'modo', 'maneira'. Sendo estranha ao latim clássico, formou-se sobre *manuaria* e evoluiu para a maior parte das línguas românicas, daí o português 'maneira'.

Benamarim, *Gadamecil*, *Salado*...: há algumas palavras que o autor usa de forma indeclinável. São antropónimos: *Benamarim*, *Iesu*, *Fand*, *Alebohacen*, *Hatá*, *Correa*, *Senacherib* e *Almofacem*; hidrónimos: *Britabotellas*, *Gadamecil* e *Salado*; e topónimos: *Vaqueiros*, *Jurumenha*, *Gibraltar*, *Exarez*, *Uclés*, *Sujurameca* e *Aljezira*. Por seu lado, também usa lusitanismos: *dos Vaqueiros*, *Sujurameca*, *Forra*, *Benamarim*, *Hatá*, *Jurumenha*, *Uclés* e *Aljezira*; e da língua castelhana: *Salado*, *Britabotellas* e *Gadamecil*.

Portugallia: o nome de Portugal diz-se em latim medieval de três maneiras: *Portugalis*, *is*: [de *Portus*, *i+Cales*, *is*, ac. *Portugal(em)*] > Portugal; *Portugalus*, *i*: [ac. *Portugalu(m)*] >Portugalo (Italiano); *Portugalia*, *ae*: [ac. *Portugalia(m)*] >Portugalia, palavra oficial

em uso até ao século XVI, e em várias línguas mundiais para se dirigirem ao nosso país. Na *Memória* o nome de Portugal é designado por esta última forma, embora com duplo *ll*, *Portugallia*, que é uma forma prestigiante de ortografia⁵⁷. No entanto, o manuscrito contém duas vezes o nome de Portugal derivado da raiz *Portugalis, is*. Em *Portugale*: “III naues et duae galeae de Portugale”, que é o ablativo do singular; e em *Portugalensis*: “miles Portugalensis”.

É discutível quando começou a usar-se a forma *Lusitania*, não com o valor de ‘território da antiga província romana, cuja capital era Mérida, e que se estendia até ao rio Douro’, mas sim com o significado de ‘Portugal’. De igual forma, desconhece-se quando é que *Lusitania* desapareceu, substituída por *Portugalia*. A verdade é que *Lusitani* (‘os Portugueses’) é um conceito renascentista, e a palavra *Lusíadas* (‘os Portugueses’) foi criada por André de Resende em 1530⁵⁸.

Extitit: é o verbo *exsto, are*, que tem o significado de ‘elevar-se’, ‘sobressair’. Todavia esta palavra evoluiu no sentido de se tornar sinónimo de *esse*, é muito comum e é este o seu valor no relato: *extitit captus; promissum extitit; dignum extitit; receptus extitit; propitius extitit*.

Taliter quod: é uma locução conjuncional usada frequentemente. Significa ‘de tal maneira que’.

Quod: tem algumas vezes o valor de ‘a saber’: “nec illud tamquam notissimum omittamus, *quod*...”.

Accedens: este verbo tem dois sentidos predominantes: o mais generalizado é o de ‘aceder’, ‘concordar’, mas em português e noutras línguas românicas conserva também o significado de ‘aproximar-se de’, ‘ir para’, ‘subir a’, sendo este o valor no texto: “Ad cuius

⁵⁷ Fr. Fortunato transcreveu o nome de Portugal exactamente como o manuscrito o contém e tal como nós o transcrevemos, *Portugallia* (e *Portugallensis*), sem qualquer preocupação de correcção das geminadas.

⁵⁸ Américo da Costa RAMALHO (1975-1976) - “A palavra ‘Lusíadas’”, *Humanitas*, 27-28, pp. 3-15.

regnum *accedens*”.

Frontaria: esta palavra tem no texto o sentido de ‘fronteira’, e parece-nos que foi ela que deu esse vocábulo na língua portuguesa.

Praehabito signo Crucis: evoca a batalha de Ponte Míldio em 312. Tal como Constantino (271-337) foi avisado com a aparição de um sinal no céu, também o rei de Portugal tem diante de si a bandeira da cruz, pois ele é um libertador, não dos pagãos, mas dos heréticos mouros. *Signum* significa aqui ‘bandeira’.

Die lunae siue feria secunda: o autor usa ao mesmo tempo os dois tipos de designação dos dias da semana: a maneira pagã (em primeiro lugar) e a forma cristã. Os dias da semana, em latim, eram designados pelos nomes dos astros e deuses (terminologia pagã). Por exemplo, *dies Lunae* ‘dia da Lua’ (segunda-feira), *dies Martis* ‘dia de Marte’ (terça-feira)... Estes nomes pagãos dos dias da semana mantiveram-se em todas as línguas românicas, excepto no galego-português.

Na língua dos cristãos, especialmente na Liturgia, tinha-se adoptado o acto hebraico de designar os dias da semana pela ordem numérica mais *sabbatum*, *i* (o sétimo dia da Criação, dia de descanso, que deu o seu nome a toda a semana⁵⁹). Daí *Prima Sabbati* (domingo), *Secunda Sabbati* (segunda-feira)...

No entanto, na Liturgia, a forma *sabbati* foi substituída por *feria*, nome que em latim clássico significava (no plural) ‘dias consagrados ao repouso, festas, férias’. Observa J. Pedro MACHADO (*Dicionário etimológico...*, III, s.v.”feira”, p. 31), que esta modificação semântica se deveu ao facto de os dias de festas religiosas serem aproveitados para comércio nos locais daquelas manifestações. Supõe-se que a mudança de hábitos linguísticos se deveu à influência evangelizadora de S. Martinho de Dume, o qual fez uma campanha para que os Cristãos abolissem as superstições e cultos

⁵⁹ Razão por que o fariseu do Evangelho pôde dizer: “Ieiunio bis in sabbato” (*Lucas* 18, 12).

pagãos⁶⁰.

XXX die mensis Octobris: o autor usa a data do Calendário Gregoriano. Porém, o notário, muito mais tarde, em 1472, usa a data do Calendário Romano: “tertio Kal. Nouembris” (= *ante diem tertium Kal. Nouembris*). Esta data, convertida no primeiro Calendário, corresponde ao dia 30 de Outubro.

Era MCCCLXXVIII: *Era* devia dizer-se *Aera*, porque provém de *aes*, *aeris* ‘chumbo’. A origem desta palavra tem a ver com a contagem dos números pelos chamados “cálculos” (pequenas pedrinhas), para a qual eram utilizadas pequenas bolinhas de chumbo. Aqui, o ano de 1378 refere-se à Era de César, a qual, para ser convertida na Era Cristã, tem de se lhe subtrair o número 38. Assim, 1378 - 38 = 1340. O autor informa que é costume os povos da Hispânia preferirem a Era de César à Era cristã.

Portione: *portio*, *onis* (f.) (cf. *pars*, *partis*) significa ‘parte’, ‘porção’. É uma palavra proveniente de *p(r)o r(a)tio(ne)*, com a perda do *r* em *pro*, por dissimilação, e o emudecimento do *a* após *r* em *ratione*. Na época clássica *portio* apenas era usada na expressão *pro portione* ‘proporcionalmente’, ‘em proporção’, e só a partir de Plínio, o Antigo, é que passou a significar ‘porção’. Na *Memória* a expressão: “cum sua portione” refere-se à porção de homens que estavam confiados à guarda do rei Afonso XI, e que apenas entraram no combate contra Abu al-Hassan para o final, depois de os portugueses vencerem. São o “último do poder”, os “batalhoens da retaguarda”, de que fala Fr. Rafael de JESUS (1976: 477-78).

Strages: substantivo feminino, *strages*, *is*: ‘estrágos’, ‘ruína’. Só se torna frequente a partir de Augusto e é usual no latim medieval. É desta palavra que deriva o substantivo ‘estrágo’, com a devida prótese do *e*.

Christicolae: forma literária de ‘os que seguem a Cristo’.

Ab hora... tertia usque ad hora... uesperarum: para indicar o início e o termo da batalha, o autor usa as horas canónicas. Por influência

⁶⁰ Cf. Manuel de Paiva BOLÉO (1941), *Os Nomes dos Dias da Semana em Português (Influência moura ou cristã?)*. Coimbra.

romana, o dia começava pela *prima hora* (pelas 6h) e terminava com as Vésperas: final do dia com o pôr-do-sol, pelas seis da tarde. Eram horas intermédias a *tertia hora* (pelas 9h), a *sexta* (pelo meio-dia) e *noa* ou *nona* (pelas 15h). *Hora fere tertia* (pela hora tércia ou terça) corresponde sensivelmente às nove da manhã.

Galeae, naues, nauigium: para se referir à esquadra que participou na guarda do Estreito, o autor usa habitualmente as palavras: *galeae* (galés, barco de guerra) e *naues* (naus, mais usado como navio de transporte); uma só vez usou a palavra *nauigium*, que nós traduzimos por ‘navio’, pois não se especifica que tipo de nave é.

Osculantes: *osculum* é o beijo de respeito e saudação. É pelos meados do séc. XIV que o costume masculino de saudação com o *osculum* desaparece em favor do abraço.

Couardus: os nobres reagem vivamente às palavras de Fr. Francisco, que mandava os timoratos ou medrosos guardar o acampamento, porque a cobardia se opõe aos valores dos nobres e à ética cavaleiresca.

Vexillum: por este nome são designados os diferentes pendões ou insígnias que tanto identificavam os diferentes contingentes, como orientavam os soldados (cavaleiros, peões, arqueiros e besteiros) no campo de batalha. Também se acha o *uexillum crucis* de Bento XII que, como o próprio nome indica, era um estandarte que tinha gravada uma grande cruz.

Magnalia: significa ‘grandes coisas’, ‘maravilhas’. Foi introduzido na época cristã e é de uso frequente na *Vulgata*.

Dominus e *Domnus*: o latim tardio e medieval há duas formas da palavra *dominus*: a original, empregada sobretudo para designar a Deus, e a forma sincopada, *domnus*, frequente como título honorífico. Foi esta segunda forma que deu ‘Dom’ e ‘dono’.

Serenissimus, reuerendissimus, sanctissimus e *illustrissimus*: são formas de tratamento usadas por cortesia e delicadeza: *serenissimus, illustrissimus* e *domnus* fazem parte do formulário das dignidades reais; *sanctissimus* é dirigido aos Papas Sisto IV e Bento XII; *reuerendissimus*, dedicada ao arcebispo D. Jorge. Porém, *Dominus* e

Altissimus são destinadas a Jesus Cristo; e *Domnus* aos nobres.

Ad Soldanum... destinavit, ad regem... destinarunt: já na época imperial se podem encontrar frases tais como: “dare aliquem *in mulierem*”; “eligere aliquem *in regem*.” Nos textos da Idade Média, tal como na *Memória*, a prep. *ad* substitui o *in* nesta função de dativo: “caput et uexillum... *ad soldanum... destinavit*”; “*ad regem... suos nuntios solemniter destinarunt*”.

Vt dicitur, ut fertur: não é certo que o autor tenha sido testemunha visual dos eventos, mas isso não o impede de recorrer a informantes (provavelmente na cidade de Lisboa) para completar o seu relato. Há no texto várias marcas que apontam para as suas fontes orais, quer impessoais (“*ut dicitur*”, “*ut fertur*”: “tal como se diz”); quer de cativos mouros anónimos (“como depois publicamente referiram os mouros cativos”); quer de cavaleiros cristãos anónimos (“Como é referido por muitos que estiveram presentes no combate...”; “Também alguns cristãos asseguram que...”, “como alguns cavaleiros cristãos referiram e afirmaram que...”); quer de cristãos que sabiam árabe (“alguns católicos, que entendiam e falavam o árabe, ouviram dos próprios agarenos... que...”).

Visum fuerat, fuerunt... interfecti, ducti fuere: nos verbos depoentes, sistema do perfeito, e nos tempos compostos da forma passiva são usadas, sem diferença de significado na união com o participípio, *fuit, fuerunt, fuerat* e *fuisset*, por *est, sunt, erat* e *essent*. Por exemplo: *fuerunt... traditi, fracta fuit, fuerant insecuti, lacerati fuerant, contriti fuerunt, ostensae fuissent, uisum fuerat*. É uma clara influência da língua materna do autor.

Suasit quod, suadentes... quod, adiiciens... quod, respondit quod, dicentes quod: a proposição infinitiva depois dos *uerba dicendi, declarandi, sentiendi* é muitas vezes substituída por uma oração completiva conjuncional (*quod* + ind.). Com efeito, no latim arcaico (p. ex., Plauto) aparece a construção sintáctica de verbo sensitivo ou declarativo + *quod*; e já no latim clássico existe uma concorência deste *quod*, pedido por verbos de afecto e causa, com as orações completivas infinitivas. Tal fenómeno, próprio do latim

vulgar e desta *Memória*, passou às línguas românicas.

Destinauit: este verbo não tem aqui a sintaxe de *aliquid alicui* ou *ad aliquem*, mas a construção de duplo acusativo: “Rex Castellae regem praedictum... reginam Castellae... *destinauit*”.

Exiui: o verbo *exire* não tem na *Memória* a sintaxe regular de: simples ablativo, *ex* + abl. ou *de* + abl., mas a construção de simples acusativo, própria da prosa pós-augustana: “Non... Portugalliae regnum *exiui*”.

Ad bellandum: desde a Antiguidade o infinitivo final e o gerúndio/gerundivo, precedidos estes da prep. *ad*, entram em concorrência para exprimir o complemento de fim. Na língua corrente, é o infinitivo que é mais usual. Por exemplo: “paratus sum... *exponere*”. Porém, neste texto é mais comum o gerúndio com *ad*: *ad bellandum*; “non *ad pugnandum*, sed *ad habitandum*”; “*ad obsidendam*”. Também é usado o ablativo do gerúndio: “et propriam *asserendo*” e ainda o acusativo do gerundivo regido de *ad*: “*ad animos fidelium confortandos*”.

Comittabatur uexillum: o emprego de verbos depoentes com um complemento directo em lugar de um ablativo, já se encontra no latim arcaico e é bastante frequente após a época clássica, tal como neste texto: “comittabatur *uexillum*”; “persequerentur *infidos miserabiles Agarenos*”.

Impediendo, clamando, psallendo: o gerúndio ablativo, que no latim clássico exprime fim ou instrumento e modo, é frequentemente usado com valor de particípio presente para exprimir a concomitância: “et statim ad clamorem domni regis, immensum alta uoce *clamando*”; “quaedam nebula densa nimis... radios *impediendo* solares”; “Gunsaluus Gometii uocatus d’ Azevedo, ...cum propheta *psallendo*”; “fecit autem Dominus... magnalia per paucos innumerabiles *perimendo*”.

Ad inuicem: a forma *inter se* desaparece, substituída por *ad inuicem*: “tunc milites se *ad inuicem* osculantes dixerunt.”

Per regem, per religiosum: ao lado da forma habitual e correcta de construção do agente da passiva [(a/ab +) ablativo], o autor também usa

per + acusativo, como na sua língua materna: “missa *per religiosum uirum fratrem Franciscum... deuotissime celebrata*”; “*per regem Portugalliae expugnatas*”.

Tantus... quod: em vez do habitual *ut* + conjuntivo (*retrocesserit*), é habitual encontrar como oração subordinada consecutiva a construção de *quod* + indicativo: “sed *tantus* fuit fragor armorum..., *quod* ex parte regis Castellae bis magna pars gentium *retrocessit*”.

Nimis e *nimum*: estes dois advérbios unem-se com o grau normal dos adjectivos para formar o superlativo absoluto: “donec christiani fatigati *nimum* remanserunt”; “et cum uictualium et thesaurorum copia magna *nimis*”.

Miraculo... diuino, libro ecclesiastico: muitas vezes encontramos um adjectivo onde, no latim clássico, se esperaria um genitivo de especificação ou de pertença: *miraculo... diuino (Dei), libro ecclesiastico (ecclesiae), diuino (Dei) auxilio, Diuino (Dei) Spiritu, miles Portugalensis (Portugalis)*. Tal particularidade vem do latim cristão, no entanto Plauto também a usa: *patrio corpore (Mercator, 73)*.

Unus e *quidam*: o numeral cardinal *unus*, *a*, *um* e o pronome indefinido *quidam* adquirem, por vezes, a categoria de artigo indefinido: “induxit enim Dominus super Mauros *unam* afflictionis diem”; “cum *unus* christianus percuteret lancea uel ense Sarracenum”; “fuit *quidam* barbarus rex Benamarim, uocatus Alebohacen”.

Eis posuisset: o v. *ponere* pede, como forma transitiva, o complemento directo em acusativo. No entanto, embora de uso raro, não lhe é estranha a construção com dativo, como neste texto.

Cum, in, per, pro, ad, ab, de...: o emprego dos casos sofre uma notável variação pelo uso frequente das preposições. É uma relevante influência da língua materna sobre o latim que o autor escreve.

Complemento de meio: em vez do simples ablativo, *cum* + ablativo pode exercer a função de complemento circunstancial de meio: “tentauit...*cum sua furiosa potentia et barbara* obsidere”; “*cum martyrio* gloriam obtinere”. O mesmo se diga do complemento de causa: “qualiter dat uelociter *cum pauore nimio ac formidine* terga

fugae”.

In + ablativo: tal como no latim vulgar, o emprego desta preposição é alargado: “*in signum* uictoriae destinauit”; “*in adiutorium* adueniret”; “*uiueret in quiete*”; “*in equo* cui primitus insidebat”; “*in ipsos* strages innumeras faciendo”; “*qui gloriabantur in suorum multitudine* thesaurorum”.

Exprime meio: *in obsidione perseuerante praedicta; in hoc triumpho*.

Tempo quando: *in aurora; in hac quippe die*”.

Complemento de relação: “*miles quidam in armis strenuus*”.

Integrado em locuções adverbiais, em união com um adj. neutro: *in longum*.

Per + acusativo: concorre por vezes, como já referimos, com *a/ab* para indicar o agente da passiva.

Indica causa: “*per praecedentia tamen facta, uerissima et mirabilia*”.

Meio: *per hoc miraculum; per quam* salui deberent fieri uniuersi”.

Pro + ablativo: exprime meio: “*pro uiribus* impediretur”; “*se pro uiribus* defendentes”.

Ad + acusativo: vulgarismo: “*ad clamorem* domni regis”.

Em substituição do caso dativo: “*ad soldanum* de Babylonia... destinauit”; “*ad Dominum* uoce flebili clamauerunt”.

A/ab: une-se ao advérbio *longe*, em construção como na *Vulgata*: “*aspiens autem a longe* rex Castellae duas acies barbarorum”.

De + ablativo: indica causa: “*de regis aduentu* gaudentes et formidolosi *de furia* innumerabilium barbarorum et *de subuersione* patriae formidantes”; “*Rex Castellae de Sarracenorum multitudine* stupefactus”.

Origem (por *e/ex*): “*filius etiam regis de Sujurameca*”; “*et nauibus de Castella*”; “*VIII galeae de Castella, et III naues et duae galeae de Portugale*”.

Substitui o genitivo (construção que prevalece em português): “*castrum de Gibraltar*”; “*castrum d’Exarez*”; “*occisis CLXXXV millibus de exercitu suo*”.

Contra perfidos, terribiles et innumerabiles Agarenos: às características do estilo oracional latino deste autor pertencem as fórmulas de

dois, três ou quatro membros (figura da enumeração), por vezes dispostas de forma gradativa (tiradas ou não da Bíblia), que servem de desejo de exactidão total. De entre os muitos exemplos, forneço os seguintes: “Barones uero Portugalliae, milites ac regis et regni consilarii”; “incarnatus, natus et passus et resurgens”; “sed in campo lato, plano et belleparo”; “contra perfidos, terribiles et innumerabiles Agarenos”; “gaudentes et formidolosi”; “tam de nobilibus, quam de remigeris hominibus, quam de armis, quam de uictualibus”.

Praefatus: praedictus, dictus, supradictus, superdictus: os pronomes demonstrativos vêm muitas vezes substituídos por estes participios, que são remissões para nomes já ditos. E são, de facto, citados em número exagerado (55 vezes), de tal forma que o texto perde em qualidade pela superabundância. Por exemplo: “quo, in obsidione perseuerante *praedicta*, rex Castellae illustris *praefatus* cum esset anxia perplexitate captus de captione castris *praedicti*, nec non totius regni Castellae subuersione formidans, maxime quia *praefatus* barbarus rex...”.

De igual forma, o nome de Deus e de Jesus Cristo é continuamente citado (74 vezes), de que resulta uma certa monotonia narrativa e a provável (mas não certa) convicção de que o autor terá sido um eclesiástico. Veja-se o seguinte exemplo: “<Benedictus> dominus rex, qui uenit in nomine *Domini* ad liberandum, *Dei* uirtute, populum Christianum de faucibus draconum, hostium crucis *Christi*”. “Et quia, dum tribularentur, ad *Dominum* uoce flebili clamauerunt, ipsos *Dominus Iesus Christus* misericorditer et uelociter exaudiuit...”

IV - EDIÇÃO DO TEXTO LATINO E TRADUÇÃO

1. Descrição do códice CDXLVII/114 da B.N.P.

A tradição manuscrita do relato *In sancta et admirabili Victoria Christianorum* nos fundos portugueses está confinada a um único testemunho: o códice CDXLVII/114 da B.N.P (fundo alcobacense da BNP), fl. 354 (346)r - 363 (355)r. Pode ser consultado *on-line* em:

“<http://purl.pt/28580/1/>”.

Acha-se descrito em dois inventários: no *Inventário dos Códices Alcobacenses*, II, Lisboa, B.N.L., 1930, pp. 98-99; e em Thomas L. AMOS, *The Fundo Alcobaca of the Biblioteca Nacional, Lisbon*, Vol. I: Manuscripts 1-150, Collegeville, Minnesota: Hill Monastic Manuscript Library, 1988, pp. 154-155, que o descreve paleograficamente da seguinte forma:

Portugal, Alcobaca. 17c.

Paper. ◇ 198 x 141 mm. ◇ 565+iv. ◇ Numbered 1.555(565) by 17c hand (with mistakes) and 1-570(RPD) by 20c hand (with mistake). Corrected system. ◇ Written space: 181 x 101 mm. ◇ 29-32 lines. ◇ Long lines. ◇ No framing or ruling. ◇ No headlines. ◇ Collation not determinable. ◇ No quire signatures. ◇ 17c modern cursive script. ◇ One hand. ◇ Reproductions of seals. No decorated initials. ◇ Occasional marginalia. ◇ C. A. 114/(FELi); author's title page (FELii); and library stamps (FELii, iii, iv). ◇ No colophon. ◇ Index, p. 187; and Inventário, pp. 98-99. ◇ Ff 182-191 and 211-219 blank. ◇ Secundo folio: folio 4.

FPD Blank.

FELi C. A. 114/[Fundo number]

FELii Author's title page; notes by Abbot Manuel de Mendonça, OCist and chronicler (1773).

FELiii Blank (?).

FELiv Notes on contentes.

O Inventário dos Códices Alcobacenses completa a anterior descrição:

[fl.I] Secundus Codex Antiquitatum. Do Dr. Fr. António Brandão cronista-mor. *Por baixo dois termos relativos a um empréstimo deste cód., feito pelo abade geral de Alcobaça, Fr. Manuel de Mendonça, ao cronista-mor Fr. António Caldeira, dat. de 15 de Ja. 1773 e 4 de Jn. de 1774. - Na [fl. 27] começam as cópias, extractos e sumários de forais, ordenações, capítulos de cortes, inquirições, testamentos, bulas, tratados, etc. Muitos dos documentos referem-se à ordem de Cister.*

Sendo esta descrição excessivamente sintética, fornecemos uma relação mais detalhada do conteúdo do códice CDXLVII/114. Como é possível verificar, este códice é um repositório de apontamentos e documentos compilados de forma são sistemática: sumários de processos, de testamentos e de bulas; forais, cartas, testamentos, bulas, documentos diversos, muitos relativos ao Mosteiro de Alcobaça..., que o cronista achou historicamente relevantes. Exceptuando a *Memória do Salado*, que é documento original, todos os restantes acham-se reproduzidos noutras compilações. Nenhuma destas fontes foi comentada pelo historiador, nem há no códice algum documento historiográfico da lavra do próprio Fr. António Brandão, cronista e historiador.

Eis pois a sua descrição:

fl. 7 - 201 (numeração nova⁶¹): diversas cartas, escrituras, forais, doações, bulas e testamentos que vão do ano de 1067 até aos meados do séc. XV;

fl. 202 - 208: sobre a eleição em Coimbra d'el-rei D. João I;

fl. 220 - 245: sumários de processos e bulas.

Após o fólio 246 há uma série de testamentos régios:

fl. 246 - 330: testamentos de D. Sancho I e de D. Constança, do rei D. Dinis, D. Pedro, da rainha D. Brites, D. João I, D. Afonso V, D. João II e do infante D. Fernando.

A partir do fólio 331, começam a aparecer latas referências ao reinado de D. Afonso IV e esporádicas menções ao Salado. Assim,

fl. 331 - 334: a Bula da Cruzada do Salado;

⁶¹ O presente códice, tal como o manuscrito do relato, tem duas numerações: uma antiga e outra moderna. Por razões de conveniência, referir-nos-emos apenas à numeração nova.

fl. 334 - 335: sobre a tomada de uma vila no Algarve pelos Mouros e a concessão a D. Afonso IV dos dízimos de quatro anos para obras de reconstrução;

fl. 341 - 351: testamento da condessa de Bolonha.

Na esteira das referências alusivas a D. Afonso IV que vínhamos seguindo, chegámos ao fl. 352 (numeração nova), também com o número 344 (numeração antiga), onde tivemos a alegria de encontrar a rubrica que tão veementemente ansiávamos: “Sumário do testamento de D. Afonso IV e da rainha D. Brites que se conserva no Cartório da Sé de Lisboa, em um cartapácio de pergaminho [...] e que tem no fim uma relação larga da vitória do Salado.” Enfim, estava descoberto o manuscrito de que fala D. Fortunato de S. Boaventura e que serviu de base à sua e à nossa edição.

2. Normas de edição

Como já referimos, a Memória *In sancta et admirabili Victoria Christianorum*, proveniente de um único testemunho, o Alcobacense CDXLVII/114 [fl. 354r-363r], da autoria de Fr. António Brandão e actualmente na BNP (<http://purl.pt/28580/1/>), foi publicada por Fr. Fortunato de S. Boaventura nos seus *Commentariorum de Alcobacensi Manuscriptorum Bibliotheca Libri Tres* (Coimbra, 1827, pp. 586-604). Apesar da qualidade da sua publicação, pois o ms. é muito difícil de ler, nem sempre seguimos a sua lição. Algumas das divergências foram assinaladas no aparato crítico, tal como também registámos os resultados da nossa intervenção relativamente à lição do próprio manuscrito. Nesse caso, usámos as siglas M para nos referirmos à leitura do manuscrito e F à publicação de Fr. Fortunato.

No nosso trabalho de edição, procedemos ao desdobramento das abreviaturas e preferimos respeitar as características medievais do texto e não normalizar segundo o uso clássico, para não desfigurar o texto medieval. Assim sendo,

(1) respeitámos a dupla grafia de palavras como *nuncios*, *nunciis* e *mundicie* (grafia com assibiliação) e *nuntios*, *nuntiis* e *munditie*; tal como mantivemos a dupla grafia de *tentoria* (muito mais usada) e *temptoria*,

solemniter e *solemniter*, *circunstantes* e *circumstantes*, *uictualia* e *uitualia*;

(2) também mantivemos a dupla forma de *Aliazira* (em latim) e *Aljezira* (em português), tal como *Benamarim* e *Bennamarim*, *Gunsaluus* e *Gonsaluus*, *Almafacem* e *Almofacem*; mantivemos *Domnus*, *Domna* e *o y* em palavras que o registam.

(3) ante a inconstância do manuscrito em usar, em palavras como *circumspecto*, *quemdam*, *numquam*, *tamquam*, *solemniter*, *quorundam*, *circumstantes*, *eorumdem*, ora a nasal dental *n* ora a nasal labial *m*, nós respeitámos a grafia do manuscrito;

(4) sendo fiel ao manuscrito, também mantivemos *extimari* por *aestimari*, *stuta* por *astuta*, *lachrymando* por *lacrymando* ou *lacrimando*, *lachrymas* por *lacrymas* ou *lacrimas*, *Assiriorum* por *Assyrriorum*, *uitualia* por *uictualia*.

Todavia, perante a inconstância do copista em transcrever o ditongo *ae*, ora expresso por *ae* (*a* com vírgula superior), ora simplesmente reduzido a *e*, nós decidimos escrever sempre o ditongo *ae*; na palavra *miserrimis*, corrigimos a indevida falta de geminação do *r*; tal como em *horribiliter* e *historia* (mas só por uma vez) repusemos a indevida falta do *h*; também repusemos na forma correcta a palavra *deficiant* que no manuscrito surgia com a indevida geminação do *f*.

Além disso, preferimos o uso moderno das maiúsculas para os antropónimos e topónimos, tal como adoptámos uma pontuação considerada indispensável à boa compreensão do texto e de acordo com o uso moderno; o mesmo foi feito com o parágrafo. Tendo em vista uma tradução fluente, procurámos não desvirtuar o estilo do autor, respeitando os longos períodos e mantendo algumas repetições, as quais, embora pouco agradáveis, fazem parte do seu estilo.

Dotámos o texto de um aparato crítico, registando nele as nossas discordâncias relativamente ao manuscrito e, quando oportuno, as discordâncias relativamente à publicação de Fr. Fortunato de S. Boaventura (F). Em termos de avaliação da sua transcrição, cabe dizer que ele foi sobretudo purista. Como bom conhecedor do latim clássico, corrigiu o manuscrito *In sancta et admirabile Victoria Christianorum* (M), quer em

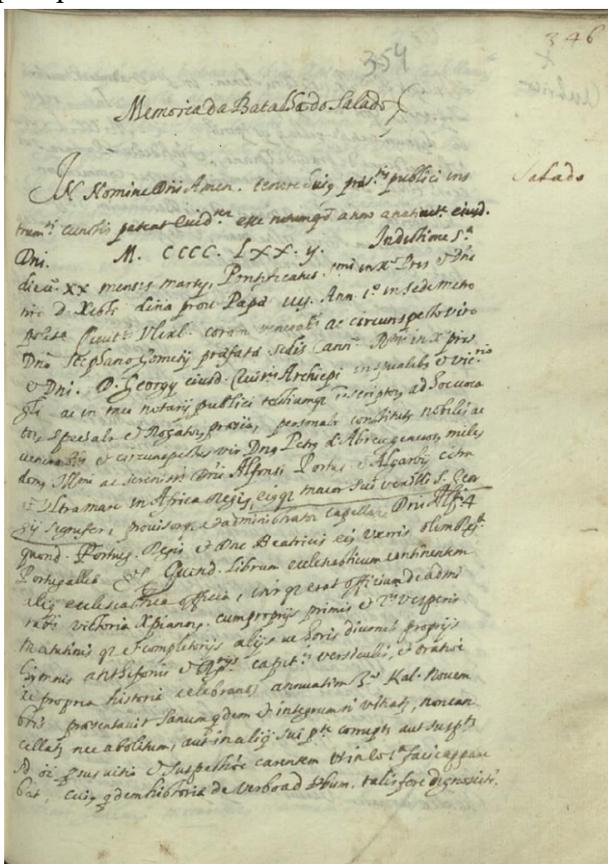
eventuais erros, quer em variantes medievais, mas também apresenta muitos erros de transcrição, sobretudo de falta de concordâncias que não colocámos em aparato crítico para não o sobrecarregar.

Acerca das normas de transcrição, *vide* ainda o ponto 6 do Cap. III.

3. Imagem do manuscrito

Imagem do códice CDXLVII/114 (fundo alcobacense da BNP), fl. 354 (346), da autoria de Fr. António Brandão, cronista-mor do reino, com o título *Memoria da Batalha do Salado*. Foi esta cópia que serviu de base à nossa edição e à publicação de Fr. Fortunato de S. Boaventura em 1827. Veja-se *on-line* em

“<http://purl.pt/28580/1/>”.



4. Texto latino e tradução anotada

/fl. 354r/ MEMÓRIA DA BATALHA DO SALADO.

*In nomine Domini. Amen*⁶².

Tenore huius praesentis publici instrumenti, cunctis pateat euidenter esse notum quod anno a natiuitate eiusdem Domini MCCCCLXXII, indictione 5^a, die uero XX mensis Martii, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri D. Xisti diuina Prouidentia Papae IIII

[Registo notarial]

Em nome do Senhor. Ámen.

Pelo teor deste público instrumento, aqui presente, saibam todos que é claramente conhecido que no ano do nascimento do mesmo Senhor de 1472, ano da quinta indicção¹¹⁴, e dia 20 do mês de Março, no primeiro ano do pontificado do santíssimo pai em Cristo e senhor nosso D. Sisto

⁶² Salado *in margine*

¹¹⁴ Significa um círculo de 15 anos, que se contam seguidos, voltando no seguinte a contar-se outra vez a Indicção 1.^a. Era de uso em Roma, e o seu cômputo empregava-se nas bulas pontifícias. Acredita-se que só foi introduzida no tempo de Constantino, mas nem todos os historiadores estão de acordo com a data em que principiou, variando o ponto de partida desde o ano 312 até 315. Três espécies de Indicção têm estado em curso: a Constantinopolitana, anterior à Justiniana, que principia no 1.º de Setembro; a Imperial, Constantiniana ou Cesariana, que parte de 24 de Setembro; a Romana ou Pontifical, que parte de 25 de Dezembro, e mais frequentemente do 1.º de Janeiro, e que prevalece à Cesariana. Todas, porém, seguem o mesmo período de 15 anos. O procedimento para achar a Indicção é somar a cifra 3 ao número do ano de que se trata e dividir a soma por 15. O resto expressa a Indicção do dito ano. P. ex., $1472+3=1475\div 15= 5$ (resto) Indicção. (João Pedro RIBEIRO (1811) - *Dissertações Cronológicas e Críticas*. Vol. II. Lisboa: Academia Real das Ciências, pp. 33-34; António José SARAIVA (1943) - “A data nos documentos medievais portugueses e asturo-leoneses”, *Revista Portuguesa de História*, II, Coimbra, p. 203).

anno primo, in Sede Metropolitana ciuitatis Vlixbonensis, coram uenerabili ac circumspetuo uiro Domno Stephano Gometii, praefatae Sedis canonico reuerendissimi in Christo patris et domini D. Georgii, eiusdem ciuitatis archiepiscopi, in spiritualibus et uicario generali, ac in mei, notarii publici, testiumque infra scriptorum ad hoc uocatorum specialiter et rogatorum praesentia, personaliter constitutus nobilis ac uenerabilis et circumspetus uir, Dominus Petrus d' Abreu, generosus, miles domus illustrissimi ac serenissimi Domni Alfonsi, Portugalliae et Algarbii, citra et ultra mare in Africa regis, eiusque

IV¹¹⁵, Papa por divina Providência, no [cartório] da Sé Metropolitana da cidade de Lisboa, perante o venerável e distinto varão D. Estevão Gomes, cónego da sobredita Sé do reuerendíssimo pai em Cristo e senhor D. Jorge, arcebispo da mesma cidade, capelão e vigário geral, e na presença de mim, notário público, e das testemunhas abaixo assinadas¹¹⁶, especialmente chamadas e solicitadas para este acto, D. Pedro de Abreu¹¹⁷ em pessoa, constituído nobre e venerável varão, de sangue ilustre, cavaleiro da casa do ilustríssimo e sereníssimo D. Afonso [V], rei de Portugal e do Algarve, daquém e d'além-mar em África, seu alferes-mor da bandeira de S. Jorge, provisor e administrador das capelas¹¹⁸ de D.

¹¹⁵ O Papa Sisto IV (1471-1484) foi pontífice italiano, natural de Savona e de nome Francisco de la Rovere. O seu pontificado foi marcado pela guerra contra os Turcos e pelas perturbações de Florença. O seu nome foi dado à célebre capela do Vaticano, capela “sistina”, por ser ele quem a mandou erigir.

¹¹⁶ A *Memória do Salado*, por ser uma cópia, não contém qualquer elemento de validação, nem a assinatura das testemunhas que assistiram ao registo notarial deste documento, nem a assinatura do próprio notário, as quais constariam do original que se perdeu. No entanto, é possível saber quem são porque são referenciadas na parte final.

¹¹⁷ Pedro Gomes de Abreu, fidalgo português do século XV, foi o quinto Senhor de Regalados e Valadares, do Conselho de D. Afonso V. Nas discórdias da menoridade deste rei, declarou-se pela rainha D. Leonor, viúva de D. Duarte, contra D. Pedro, duque de Coimbra.

¹¹⁸ Antes de morrer, o casal real ditou em testamento que fosse sepultado na capela-mor da Sé de Lisboa, tendo deixado para a sua manutenção muitas rendas, vilas, terras e jurisdições. Não estando concluída na altura da sua morte, foi primeiro enterado no coro e, depois da sua conclusão, trasladado para a capela-mor. As sepulturas reais situavam-se no lado esquerdo do altar-mor e ambos tinham estátuas jacentes

maior sui uexilli S. Georgii signifer, prouisorque et administrator capellarum Domni Alfonsi 4.º quondam Portugalliae regis et Domnae Beatricis eius uxoris olim reginae Portugalliae, quemdam⁶³ librum ecclesiasticum continentem aliqua ecclesiastica officia, inter quae erat officium de admirabili Victoria Christianorum, cum propriis primis et secundis Vesperis, Matutinisque et Completoriis, aliisque horis diurnis, propriis hymnis, antiphonis⁶⁴ et responsoriis, capitulis, uersiculis et oratione ac propria historia, celebrandum annuatim tertio kal. Nouembris, praesentauit, sanum quidem et integrum, non uitiatum, non cancellatum, nec abolitum aut in ali-

Afonso IV, outrora rei de Portugal, e de Dona Beatriz, sua esposa, no passado rainha de Portugal, apresentou um certo livro de igreja que continha alguns ofícios religiosos, entre os quais estava um ofício da admirável “Victoria Christianorum” com Primeiras e Segundas Vésperas próprias, com Matinas e Completas e com as outras horas diurnas, hinos próprios, antífonas e responsórios, capítulos, versículos e com a oração e a própria história¹¹⁹, para ser celebrado anualmente no terceiro dia antes das Calendas de Novembro (30 de Outubro) - livro que estava perfeito e completo, sem vício, sem riscos, sem partes anuladas ou corrompido em alguma das suas partes ou suspeito, mas completamente isento de toda a fraude ou suspeição, tal como nele se via ao primeiro olhar,

esculpidas sobre a arca tumular com simples legendas (acaso do séc. XIV) alusivas aos dois falecidos. Também havia pinturas sobre cada uma das sepulturas: uma delas representava a batalha do Salado, na outra figurava a formosíssima Maria a suplicar ajuda militar a seu pai. Como o terramoto de Lisboa de 1755 destruiu a Sé de Lisboa, os primitivos túmulos reais desapareceram, sendo substituídos pelos atuais, que se situam de ambos os lados da capela-mor. Os epitáfios estão datados de 1781.

⁶³ quindam M

⁶⁴ anthifonis M

¹¹⁹ Apesar de Pedro de Abreu trazer vários ofícios completos de festas e em particular da festa *Victoria Christianorum* do Breviário, celebrada a 30 de Outubro, não é o ofício deste dia que se encontra transcrito neste documento. Nem é a parte histórica que é desenvolvida nas três pequenas leituras próprias (*lectiones*) no segundo nocturno (*in II nocturno*) da festa. O que temos aqui, pelo contrário, é uma larga narrativa que abrange aspectos muito diversos dos que poderiam interessar ao carácter edificante das leituras canónicas.

qua sui parte corruptum aut suspectum, sed omni prorsus uitio et suspicionem carentem, ut in eo prima facie apparebat, cuius quidem historiae de uerbo ad uerbum⁶⁵ talis fore dignoscitur.

/fl. 354v/ Incipit Rubrica⁶⁶.
In nomine Domini. Amen.

IN SANCTA ET ADMIRABILIS VICTORIA CHRISTIANORVM.

Quoniam ex naturae fragilitate hominum memoria labilis reperitur, ideo dignum extitit gesta, quae iis temporibus, Era MCCCLXXVIII uidelicet, acciderunt, de proeliis christianorum et infidelium barbarorum, sub certis titulis, hac scriptura memoriae perpetuo commendare.

história esta que se vai transcrever tal qual palavra por palavra¹²⁰.

Começam os títulos.
Em nome do Senhor. Ámen.

A SANTA E ADMIRÁVEL
VITÓRIA DOS CRISTÃOS.

[Prólogo]

Porque a memória dos homens é fraca, dada a fragilidade da natureza, eis que achámos por bem, com esta escritura e sob certos títulos, guardar para sempre a memória dos feitos que nestes tempos aconteceram, isto é, na Era de 1378¹²¹, em combates entre os cristãos e os infieis bárbaros.

⁶⁵ uerbum] (tenor) *add F*

⁶⁶ + rubrica] *in margine*

¹²⁰ O texto que nós possuímos é, pois, uma cópia de Fr. António Brandão, feita sobre a transcrição que o notário João Rodrigues mandou fazer, em 1472, do texto autêntico apresentado por Pedro de Abreu, possivelmente uma cópia do século XIV. Não admira, pois, que o nosso manuscrito (B.N.P. 447/114) apresente algumas deficiências de leitura, como oportunamente se anotárá.

¹²¹ 1378 da Era de César ou 1340 *Anno Domini*. Com D. João I, a 22 de Agosto de 1422, passou a ser adoptada definitivamente, nos documentos portugueses, a data cristã.

Rubrica. De uictoria⁶⁷ regis Benamarim⁶⁸ contra reges et eorum barones in Africa ultra mare et de galearum ac nauium captione et interitu admirati Castellae.

Tempore Sanctissimi Papae Domni Benedicti XII, ac regnantibus in Hispaniae partibus illustrissimis principibus, in regione Portugalliae Alfonso 4.º ac in regno Castellae Alfonso XI, regibus eodem nomine nuncupatis, ab incarnatione Domini Nostri Iesu Christi MCCCXL et, iuxta morem Hispaniae nationis, Era

Título [I]. A vitória do rei de Benimerim¹²² contra os reis e os seus barões de além-mar, em África; a captura das galés e das naus e a morte do almirante de Castela.

No tempo de Sua Santidade o Papa Bento XII¹²³, reinando nos países da Hispânia os ilustríssimos príncipes: no reino de Portugal Afonso IV e no reino de Castela Afonso XI, reis designados pelo mesmo nome, no ano da Encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1340 e, conforme o costume do povo da Hispânia, na Era de César de 1378, existiu um certo rei

⁶⁷ De uictoria] De uictoria christianorum *add M*

⁶⁸ Em nosso entender, o automatismo da escrita do título geral da narração *In sancta et admirabili Victoria Christianorum*, levou o copista a repetir aqui a palavra *Christianorum*, quando o primeiro capítulo trata apenas *De uictoria regis Benamarim contra reges et eorum barones in Africa ultra mare...* Por esta razão, suprimimos da nossa tradução a repetida e aqui contraditória palavra *Christianorum*.

¹²² *Rex Benamarim* no texto em latim. (Cf. Bula “Gaudemus et exultamus”, in *Monumenta Henricina* (I, 1960, doc. 84: 182 e 183): *rex de Benamarin*). Não é, portanto, o nome do rei de Marrocos, que se chamava Abu al-Hassan ‘Ali (*Alebohacen* no texto latino), é antes o nome do reino que ele governava, Benimerim ou Marrocos. Por isso, nós preferimos traduzir a expressão em causa por “rei de Benimerim”. Porém, o autor também chama ao sultão Abu al-Hassan *Benamarim*.

¹²³ Bento XII, um cisterciense dos Pirenéus, de nome Jacques Fournier, foi Papa de Avinhão (1334-1342), reformador e avesso ao nepotismo. Em 1337, desejando promover a concórdia entre Afonso IV de Portugal e Afonso XI de Castela, enviou à Península, como legado, a Bernardo, bispo de Rodes. Em 1339 cometeu a D. Francisco, prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a reformação da Ordem Augustiniana em Portugal. Em 1341 concedeu a D. Afonso IV a bula da Cruzada *Gaudemus et exultamus* e a décima parte sobre todos os bens eclesiásticos do reino, por dois anos, sob condição de fazer guerra defensiva e ofensiva aos Mouros. Sucedeu-lhe Clemente VI.

Caesaris MCCCLXXVIII, fuit quidam barbarus rex Benamerim, uocatus Alebohacen, qui sua propria plura regna ac terras ultra mare in Africanis partibus occupauit, multis per eum regibus et magnatibus interfectis et captis ab ipso. Sed his omnibus non contentus, transire praesumpsit superbe ac fatue citra mare, uersus Europae terrae amenas partes, contra patriam christianorum, nempe secum ducens infan-

bárbaro de Benimerim¹²⁴, chamado Alebohacen¹²⁵, que ocupou os seus muitos próprios reinos e ainda terras de além-mar¹²⁶, nas partes de África, depois de muitos reis e magnates terem sido aprisionados por ele e por ele mortos¹²⁷. Mas como se isto não bastasse, teve a audácia de, orgulhosa e loucamente, passar para cá do mar, na direcção das partes amenas do continente europeu, contra a pátria dos cristãos, trazendo consigo, sem dúvida, muitos infantes filhos de reis e infinitos barões e cavaleiros, com um poder excessivo tanto de tropas de cavalaria como de infantaria da nação bárbara, armados, cujo número com dificuldade podia ser contado por alguém, e ainda com uma

¹²⁴ Os súbditos do rei *Alebohacen* são os benimerines ou merínidas, membros de uma dinastia berbere que reinou no Magrebe extremo ou Marrocos, desde os meados do século XIII até meados do XV, e que teve grande influência no desenvolvimento dos acontecimentos no Sul da Península Ibérica. Com efeito, os Berberes de Marrocos conseguiram formar três grandes impérios que dominavam também na nossa Península: o dos Almorávidas (séc. XI e XII), Almóadas (XII-XIII), e o dos Benimerines (séc. XIV).

¹²⁵ É Abu al-Hassan ‘Ali, sultão dos Benimerines (ou Merínidas) do Norte de África, cuja capital era Fez.

¹²⁶ O mar é visto como fronteira entre a Cristandade e a Barbárie.

¹²⁷ Após a morte de seu pai, Abu Saíd, Abu al-Hassan foi proclamado sultão em Taza. Não contente com os seus domínios, apoderou-se de outros reinos e foi o responsável por muitas mortes, de que destacamos: o tratado de paz com o seu irmão Abu Ali, que se tinha rebelado contra o Estado, e a marcha sobre Tremecém, capital dos Abdalwadidas, com o apoio dos Hafésidas (1332-33); suspensão do cerco de Tremecém, por motivo de nova revolta de seu irmão, que foi preso e executado; tomada de Gibraltar, em 1333, por Abu Malik, filho do sultão; tomada de Tremecém, em 1337, após um penoso assédio (1334-37), e queda do reino Abdalwadida. (Henri TERRASSE 1945: 51-62).

tes filios regum plures, infinitos-
que barones ac milites⁶⁹, cum ni-
mia potestate, tam equitum quam
peditum armatorum barbarae na-
tionis, quorum numerus uix a
quoque poterat extimari, et cum
uitualium et thesaurorum copia
magna nimis.

Rex autem Castellae illustris
armatam contra ipsos barbaros
super mare construxit, in loco
ubi mare Mediterraneum ab Ocea-
no separatur, quod dicitur Stric-
tum Septae. Sed hostium Domini

enormíssima quantidade de víveres e
tesouros.

Por seu lado, o ilustre rei de Cas-
tela colocou uma armada contra os
mesmos bárbaros sobre o mar, no lo-
cal onde o mar Mediterrâneo se se-
para do Oceano, a que se dá o nome
de Estreito de Ceuta. Mas a poderosa
e astuta maldade dos inimigos de
Nosso Senhor Jesus Cristo, com a
sua poderosa armada de galés¹²⁸, ilu-
diu os cristãos, de tal maneira que o
rei de Castela, com inábil estraté-
gia¹²⁹, fez avançar a sua armada em

⁶⁹ Uma nota marginal do ms. (356r) diz que os termos *barones* e *milites* devem ser entendidos como: ‘ricos-homens’ e ‘cavaleiros’ respectivamente. No entanto, nós preferimos traduzir o primeiro destes títulos nobiliárquicos por ‘barões’.

Os ricos-homens ou barões constituíam em Portugal, desde a fundação da Monarquia, a grande nobreza, num total de 10% dessa classe. Detinham as principais funções governativas, administrativas e militares e açambarcavam as mais extensas e rendosas propriedades fundiárias, aliadas a muitos outros tipos de rendimentos. Mantinham sob o seu senhorio contingentes de vassallos, que alimentavam e protegiam à maneira feudal, recebendo deles fidelidade. Porém, pelos meados do século XIV, já se não ligava à expressão ricos-homens a ideia de nenhum cargo público determinado, designando apenas a classe mais elevada da nobreza, sem dependência de quaisquer funções públicas. (Gama BARROS (1945) - *História da Administração Pública em Portugal, nos Séculos XII a XIV*. Vol. II. Lisboa: Livraria Sá da Costa, pp. 349-356).

A média nobreza era constituída pelos chamados “cavaleiros”. No século XIV, aparecem a seguir aos ricos-homens e baseiam a sua posição no sangue. Ao contrário do rico-homem, cujo senhor era o rei, o cavaleiro podia ser vassallo de ricos-homens. (A. H. de Oliveira MARQUES (1987) - *Nova História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Presença, pp. 247-248).

¹²⁸ Esta poderosa armada de galés contava com a armada do próprio Sultão e a de seus aliados: os reis de Tunes e de Bugia. Seriam, por isso, 140 barcos - segundo António CONDE (1840: 603); 100 navios - segundo IBN KHALDOUN (1956: 231); 260 velas - segundo a Crónica castelhana, contra 32 galés e seis navios dos cristãos (*apud* Huici MIRANDA, 1956: 338-339).

¹²⁹ Também a *Crónica de D. Afonso IV* (PINA 1977: c. LI, p. 428) fala não só no desequilíbrio de forças, como também na falta de perícia naval: “mas porque as Gales,

Nostri Iesu Christi potens iniquitas ac stuta, cum sua potenti galearum armata, christianos fefellit, taliter quod rex Castellae armatam uersus terram prope Aliaziram, Agarenorum /fl. 355r/ urbem, nequam arte protraxit. Ibique christianorum galeae Castellanorum ac naues confractae ac captae fuere terribiliter omnes⁷⁰ fere, admirato, nomine Alfonso Jufre Castellae, miserabiliter cum suis fere omnibus - proh dolor! – interfecto, cuius caput et uexillum rex Benamarim praefatus ad soldanum de Babylonia, ut fertur, in signum uictoriae destinauit, quod flendum, doloreque plenum erat fidelibus nimirum christianis. Cumque rex Benamarim dominaretur in parte Oceani supradicti, quod nunquam uisum fuerat quod Agareni

direcção a terra, junto a Algeciras, cidade dos agarenos. Aí as galés e naus dos cristãos castelhanos foram quase todos terrivelmente destruídos e capturados, tendo sido miseravelmente morto com quase todos os seus – ó dor! – o almirante Afonso Jufre [Tenório]¹³⁰, de Castela! O referido rei de Benimerim ofereceu a sua cabeça e o seu estandarte ao sultão da Babilónia¹³¹, segundo se diz, em sinal de vitória, o que, sem dúvida, era motivo de lágrimas e de muita dor por parte dos fiéis cristãos.

Nunca se vira que os Agarenos tivessem a hegemonia no mar e que tivessem aberto uma grande passagem para Algeciras, a referida cidade dos mouros, e para o castelo de Gibraltar, por onde o mencionado rei dos bárbaros conquistou e ocupou aquém-mar, ao reino de Castela, a terra contígua. Quando o rei de Benimerim passou a dominar na parte de cá do

& navios dos Christaões não ouuerão boa dospozição, ou acordo de se ajudar, & e favorecer hūas as outras”.

⁷⁰ omnes] ões *in margine*

¹³⁰ Alfonso Jufre Tenório (†4 de abril de 1340) foi o almirante do reino de Castela no tempo de Afonso XI. Em 1336, estando em guerra a sua nação com Portugal, derrotou a armada portuguesa, comandada pelo genovês Manuel Pessanha, ficando este prisioneiro com o seu filho. Em 1339, foi enviado por Afonso XI ao Estreito de Gibraltar, para impedir que os Benimerines invadissem a Hispânia. Apesar de a sua armada ser bastante mais fraca do que a inimiga, decidiu atacar a poderosa guarnição moura (4 de Abril de 1339), que facilmente o derrotou.

¹³¹ O sultão da Babilónia é Abu Sa'id, califa de Bagdad. A palavra “soldanum” encontra-se no códice com tinta sobreposta, o que torna a sua leitura muito problemática.

dominant in mari atque ad Aliaziram, urbem Maurorum praedictam, et castrum de Gibraltar passagium grande fecissent, qua terram⁷¹ dictus barbarorum rex, citra mare, regno Castellae contiguam obtinens occupatam, castrum siquidem regni Castellae nominatum Tariffa, quod per tres tantum distat leucas ab Aliazira praedicta, tentavit rex Maurorum cum sua furiosa potentia et barbara obsidere, quo, in obsidione perseverante praedicta, rex Castellae illustris praefatus cum esset anxia perplexitate captus de captione castrum praedicti, nec non totius regni Castellae subuersione formidans, maxime quia praefatus barbarus rex minas terribiles ac pestíferas specialiter contra Hispalim et Cordubam, christianorum ciuitates egregias, et contra uniuersam Hispaniam inferebat - suas habitas urbes.

Et propriam asserendo, a rege Portugalliae per mare auxilium postulauit. Qui subuenit eidem cum fortium munimine galearum, quae tam de nobilibus,

referido Oceano, tentou com o seu furioso e bárbaro poderio cercar a fortaleza do reino de Castela chamada Tarifa, que dista apenas três léguas¹³² da referida Algeciras, para que, através de um prolongado cerco, o ilustre e referido rei de Castela fosse tomado de inquieta perplexidade por causa da captura do predito castelo; e, ainda, temesse pela subversão de todo o reino de Castela, sobretudo porque o referido rei bárbaro lançava ameaças terríveis e fatais especialmente contra Sevilha e Córdoba, distintas cidades dos cristãos, e contra toda a Hispânia - cidades que eram da sua posse.

Então, para defender a sua própria terra, solicitou auxílio marítimo ao rei de Portugal. Este veio em seu socorro com uma esquadra de poderosas galés, as quais zarparam de Portugal, armadas tanto com nobres, como com remadores, com armas e víveres e dirigiram-se à praça-forte de Tarifa, com outras das melhores galés e naus de Castela, contra os pérfidos inimigos. Como a armada das galés se detivesse por alguns dias no mar e quando procurava impedir,

⁷¹ terram *correxít* F terra M

¹³² Medida itinerária, actualmente equivalente a 5 km (légua nova), mas que tinha 6179 m naquele tempo (légua velha).

quam de remigeris hominibus, quam de armis, quam de uictualibus armatae de Portugallia recesserunt; et uersus castrum Tariffae perrexerunt, cum galeis aliis principalibus et nauibus de Castella, contra perfidos inimicos. Cumque per dies aliquot in mari galearum morararetur armata, et ut ad exercitum /fl. 355v/ regis Benamarim de ultra mare subsidium adueniret, pro uiribus impediretur, maris tempestas subito ualida superuenit, taliter quod VIII galeae de Castella et III naues et duae galeae de Portugale, terrae appropinquantes prope Aliaziram, barbarorum urbem, naufragio perierint. Aliud uero nauigium et munimina galearum usque ad Carthageniam, Castellae urbem, quae prope Aragoniam consistit, nullum refugium habuerunt.

Multi autem christianorum periclitantium galearum et nauium, in terra Sarracenorum, in ripa maris, miserabiliter remanserunt. Nam eorum aliqui, se pro uiribus defendentes, fuerunt ab infidelibus atrociter interfecti, alii uero capti - qui ad regem Benamarim incredulum ducti

tanto quanto possível, que chegassem reforços de além-mar ao exército do rei de Benimerim, eis que de súbito sobreveio do mar uma violenta tempestade, de tal modo que oito galés de Castela e três naus e duas galés de Portugal, ao aproximarem da terra junto de Algeciras, cidade dos bárbaros, pereceram num naufrágio; e não obtiveram qualquer outra protecção, quer de navios quer de abrigo de galés, até Cartagena, cidade de Castela, que está situada perto de Aragão.

Com efeito, muitos dos cristãos das galés e das naus que naufragaram permaneceram miseravelmente na orla marítima, em terra de sarracenos. Alguns deles, defendendo-se na medida das suas forças, foram mortos cruelmente pelos infiéis e outros foram aprisionados e levados à presença do incrédulo rei de Benimerim. O rei ímpio induziu-os a que reconhecessem, por este milagre, como a Lei de Maomé é melhor do que a Lei de Cristo, porque, sem combate, as vagas do mar levaram os cristãos para as suas mãos.

Alguns deles, temendo mais a morte do corpo do que a da alma, preferiram, miseravelmente, por conselho do rei bárbaro, a seita depravada de Maomé. Outros cristãos, por

fuere. Eosque incredulus rex su-
asit quod intelligere poterant Le-
gem Mahometi Lege Christi, per
hoc miraculum, meliorem, quia
fluctus maris ad manus absque
bello suas duxerat christianos.

Et quidam⁷² ex ipsis, mortem
corporis potius quam animae for-
midantes, suasionem regis barbari,
Mahometi deprauiam sectam
miserabiliter elegerunt. Alii uero
christiani, fidem corde credentes
ac ore fideliter ac publice confi-
tentes, pro Ipso corporis mortem
eligere maluerunt, optantes reg-
nare cum Christo ut martyres in
aeternum: qui fuerunt crudeli tra-
diti morti statim. Ex hac occasi-
one, dictus Maurorum rex, suos
sequentes in secta damnata con-
firmans, et ad eam christianos
debiles ducere satagebat, uerita-
tis ignorans tramitem⁷³, uirtutem
Dei⁷⁴, Domini Iesu Christi, quae
fuit eidem postmodo, in bello

seu lado, crendo a fé em seu coração
e confessando-a, fiel e publicamente,
por palavras, acharam preferível es-
colher a morte do corpo por Ele, de-
sejando reinar com Cristo como már-
tyres para sempre: estes foram imedi-
atamente entregues a uma cruel
morte. A partir deste momento, o dito
rei dos mouros não só confirmava os
seus sequazes na seita condenada,
como também se esforçava por levar
para ela os débeis cristãos, ignorando
o caminho da verdade, a força de
Deus, do Senhor Jesus Cristo, a qual
lhe foi, logo depois, rapidamente ma-
nifestada na próxima batalha terres-
tre.

Nem omitamos aquele facto muito
conhecido de um cavaleiro português
chamado Lourenço Vasco da Fon-
seca¹³³, então vassalo do rei de Cas-
tela, homem de boa convivência e
vida, que encontrando-se numa galé
dos castelhanos, a qual à beira da

⁷² quidem M

⁷³ tramitem] (ac) add F

⁷⁴ Dei] et add F

¹³³ O nome deste cavaleiro é atestado no “*Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro”... (1980, vol. I, p. 305 e 399; vol. II, p. 128) e em J. Leitão MANSO (1930: 206). Neles se diz que foi cavaleiro e senhor da Honra de Paredes, filho segundo de Vasco Pires da Fonseca e que casou, em primeiras núpcias, com Dona Sancha Vasques de Moura. Embora a sua vida seja pouco conhecida, sabemos ainda que Lourenço Vasques da Fonseca viveu nos reinados de D. Afonso IV e que teve dois filhos: Vasco Lourenço da Fonseca (legitimado por el-rei D. Afonso IV) e Dona Lourença da Fonseca (mulher de Rodrigo Afonso Pimentel).

campestri proximo⁷⁵, celeriter patefacta.

Nec illud tanquam notissimum omittamus, quod quidam miles Portugalensis, Laurentius Valasci de Fonseca uocatus⁷⁶, tunc regis Castellae uassalus, bonae conuersionis et uitae in quadam Castellorum galea, quae in ripa maris totaliter fracta fuit, cum galeae aliae perierunt, /fl. 356r/ in parte galeae modica per totam fere noctem maris fluctibus agitatus, naufragium miraculo magno Dei misericordia sic euadens, receptus extitit in galea regis Portugalliae admirati cum aliis suis paucis hominibus, a naufragio terribili diuino auxilio liberatus.

Post haec autem, rex Castellae⁷⁷ regem praedictum, ipsius auunculum, reginam Castellae,

costa foi totalmente despedaçada, enquanto as outras galés foram destruídas, e sendo fustigado pelas ondas do mar durante quase toda a noite, achando-se num fragmento da galé, ainda assim, por misericórdia de Deus, se salvou do naufrágio, por grande milagre. Recolhido na galé do almirante do rei de Portugal¹³⁴, com poucos outros dos seus homens, salvou-se do terrível naufrágio pelo divino auxílio.

Então, depois disto, o rei de Castela movido por um sábio conselho, enviou ao dito rei, seu sogro, a rainha de Castela, a sua sereníssima esposa, a qual, a chorar¹³⁵, teve o cuidado de mostrar ao rei de Portugal as angustiosas necessidades do rei e do reino de Castela e de toda a Cristandade; suplicando-lhe, humilde e atentamente, que acorresse em auxílio do

⁷⁵ proxim M

⁷⁶ Fonseca nota *in margine*

⁷⁷ Castellae] ad add F

¹³⁴ O seu nome era Manuel Pessanha. Foi membro de uma família genovesa, que no princípio do século XIV se deslocou para Portugal, a convite do rei D. Dinis. Tendo morrido o primeiro detentor do título de almirante-mor (Nuno Fernandes Cogominho), a escolha recaiu em Manuel Pessanha, homem de grande experiência marítima e comercial. D. Dinis concedeu-lhe por contrato a hereditariedade do cargo na família Pessanha.

¹³⁵ Essa rainha de Castela (de quem nunca se diz o nome), que é esposa de D. Afonso XI e filha de D. Afonso IV de Portugal, é a “fermosíssima Maria”. (Cf. *Lusíadas* III, 102, 4 e 8). Diz uma lenda que a capela de Nossa Senhora da Boa Nova de Terena (freguesia de Terena, Alandroal) foi construída pela “fermosíssima Maria” em agradecimento pela ajuda militar prestada por seu pai.

serenissimam uxorem suam, consilio ductus salubri, destinavit, quae regi Portugalliae necessitates anxias regis ac regni Castellae ac totius patriae christianorum, lachrymando, indicare curavit, supplicans humiliter et attente ut regi et regno praefatis in adiutorium adueniret, contra perfidos, terribiles et innumerabiles Agarenos, crucis Christi ueraciter inimicos. Quo sermone intimo corde ac ignito percepto, Spiritus Sancti gratia illustratus, idem Portugalliae rex proposuit illuc ire, Diuino Spiritu inflammatus ac zelo accensus fidei orthodoxae.

Barones uero Portugalliae, milites⁷⁸ ac regis et regni consiliiarii suadentes eidem quod ipsum non decebat pergere taliter extra regnum, maxime cum gens Portugalliae non haberet nec habere

rei e reino referidos, contra os pérfidos, terríveis e inumeráveis agarenos, verdadeiramente inimigos da cruz de Cristo. Acolhida esta mensagem no seu íntimo e ardoroso coração, e iluminado pela graça do Espírito Santo, o mesmo rei de Portugal prometeu-lhe ir até lá¹³⁶, inflamado pelo Espírito divino e ardendo em zelo da verdadeira fé.

Com efeito, os barões de Portugal, cavaleiros, conselheiros do rei e do reino¹³⁷ aconselhavam-no a que não era conveniente que ele avançasse assim para fora do reino, principalmente porque o povo de Portugal não tinha nem podia ter, em tão breve espaço de tempo, <forças> preparadas para batalhas contra os pérfidos e inumeráveis sarracenos, inimigos da fé de Cristo, os quais estavam prontos para guerrear com as suas armas e gentes terríveis, muito pretos e sem conta.

⁷⁸ Ricos homens Cavaleiros *in margine*

¹³⁶ Dessa forma, o rei de Portugal cumpria a antiga obrigação de os monarcas portugueses ajudarem o reino de Castela na luta contra os mouros e que já antes se havia manifestado na batalha de Navas de Tolosa (1212) e na conquista de Sevilha, em 1248 (SOUSA 2005: 219).

¹³⁷ Como já referimos, os *barones* ou ricos-homens eram a alta nobreza, que detinham as principais funções governativas, administrativas e militares; os *milites* eram a média nobreza; o conselho régio (*regni consiliiarii*) tanto englobava membros da família real, como ricos-homens, como ainda membros da alta clero e letrados da corte.

posset in tam breui tempore <copias>⁷⁹ paratas⁸⁰ ad bella contra perfidos et innumerabiles Sarracenos, Christi fidei inimicos, qui prompti erant armaturis et gentibus terribilibus et nigerrimis et innumerabilibus ad bellandum.

Licet autem ei talia rationabiliter suaderent, ipsos tamen noluit auscultare nec aures eorum sermonibus adhibere, uerbo adiciens animoso - quod uerus Portugallensis ipsum corde ac opere sequeretur, contra hostes Domini Iesu Christi.

Postmodum autem rex Castellae, de Sarracenorum multitudine stupefactus et de terrarum Castellae subuersione formidans, personaliter Portugalliae regem adiuit praedictum, ad

Na verdade, ainda que razoavelmente o aconselhassem em tais coisas, todavia ele não os quis escutar nem prestar ouvidos às suas palavras, acrescentando com palavras corajosas - que um verdadeiro português o seguiria de coração e com obras contra os inimigos do Senhor Jesus Cristo.

Em seguida, então, o rei de Castela, estupefacto com a multidão dos sarracenos e tendo receio de uma sublevação das terras de Castela, foi pessoalmente ao encontro do referido rei de Portugal, aproximando-se do seu reino, ou seja, do castelo que se chama Juromenha¹³⁸, na margem do rio Guadiana, que divide Portugal de Castela, onde o rei de Castela pediu insistentemente ao rei de Portugal que viesse em seu socorro, contra os pérfidos e inumeráveis sarracenos

⁷⁹ Embora no manuscrito não haja qualquer sinal de omissão de palavra, o sentido exige que, segundo Fr. Fortunato de S. BOAVENTURA (1827, p. 591), se acrescente aqui uma palavra de tipo "*uires*", "*copias*" uel *aliquid simile*. Nós notámos que Rui de Pina, *Chronica d'el Rei D. Affonso IV*, [Cap. LVI, p. 437], em passo equivalente, usa *gentes*, no sentido de 'homens armados'. Donde nos parece que, atendendo ao participio passado *paratas*, o substantivo mais conveniente a subentender será *copias*. Trata-se de uma das poucas omissões de palavras do copista deste manuscrito.

⁸⁰ *paratas] copias paratas suggessit F om M*

¹³⁸ Vila do concelho de Alandroal, distrito e arquidiocese de Évora e margem direita do Guadiana. D. Dinis mandou reedificar-lhe as muralhas e castelo, e concedeu-lhe o primeiro foral, em 1312, que viria a ser renovado por D. Manuel. As muralhas de Juromenha, com as suas 17 torres (a de menagem tinha 31 metros de altura), eram de uma impressionante grandiosidade. Não obstante o seu passado glorioso e a sua posição dominante sobre o Guadiana, Juromenha está hoje quase totalmente abandonada.

cuius /fl. 356v/ regnum accedens, ad castrum uidelicet quod dicitur Jurumenha, in ripa fluminis d' Odiana, quod Portugalliam diuidit a Castella, ubi rex Castellae regem Portugalliae rogauit instanter ut in adiutorium ueniret, contra perfidos et innumerabiles Sarracenos et in defensionem redemptorum sanguine Iesu Christi et exaltationem fidei christianae, ut, superbia barbarorum uirtute prostrata diuina, fides uiueret in quiete. Rex autem Portugalliae, Sancti Spiritus igne succensus, regi Castellae sic ignito eloquio benigne respondit: quod Dominus Noster Iesus Christus, missus a Patre, uenerat in mundum per Spiritus Sancti missionem, in utero Beatae Virginis Mariae incarnatus, natus et passus et resurgens, ad coelos ascendens, Apostolos confortans Spiritus Sancti gratia⁸¹ [et] missione, uenturus tandem uiuos et mortuos iudicare et qui mortem ultroneus susceperat pro humano genere redimento; idem rex pro

e em defesa dos remidos pelo sangue de Jesus Cristo e para exaltação da fé cristã, para que, prostrada a soberba dos bárbaros pela força divina, a fé vivesse em paz. Então o rei de Portugal, inflamado pelo fogo do Espírito Santo, benignamente respondeu ao rei de Castela com um discurso assim inflamado: que Nosso Senhor Jesus Cristo, enviado pelo Pai, veio ao mundo por missão do Espírito Santo e tendo encarnado no seio da bem-aventurada Virgem Maria, nascido, padecido e ressuscitado, subido aos Céus e tendo, por graça e missão do Espírito Santo, reconfortados os Apóstolos, Ele que há-de vir por fim a julgar os vivos e os mortos e que, livremente, aceitou a morte para redimir o género humano; e que, de igual forma, ele próprio, rei, estava preparado para sofrer generosamente a morte em defesa da verdadeira fé católica e para ir ao encontro dos perversos sarracenos¹³⁹.

Tendo ouvido este belo discurso, imediatamente o rei de Castela avançou rapidamente, em marcha apresada, para a fronteira, em direcção a

⁸¹ gratia et] gratiae M gratia et F

¹³⁹ A promessa de Afonso IV ir ao Salado foi dada primeiro a D. Maria e depois renovada a D. Afonso XI. A vinda do rei castelhano a Juromenha não se deveu à resistência de seu sogro em conceder apoio militar, mas sim a agradecer e a solicitar celeridade na mobilização.

fide uera catholica mortem gratis erat subire paratus ac ire obuiam perfidis Sarracenis.

Quo laeto sermone audito, statim rex Castellae uersus Hispalim, cursu festino, ad frontariam celeriter remeauit, regina Castellae praefata in dicto castro regni Portugalliae remanente, quae, paucis post transactis diebus, a Portugalliae regno recessit, ipsam patre suo karissimo⁸², Portugalliae rege, ad Hispalim honorifice comitante.

Cumque rex Portugalliae ciuitatem praedictam intraret, rex Castellae et regni magnates ei honorifice obuiam exierunt, praelati quoque ac clerus cum Sanctis Reliquiis, de quibus memoria hominum uix existit quod alicui regi ostensae fuissent, et cum processione laudabili et deuota ipsum honorifice susceperunt. Simples uero homines ac uiri et foeminae ciuitatis, pueri parui et magni, diuites et pauperes, de regis aduentu gaudentes et formidolosi de furia innumerabilium

Sevilha, permanecendo a dita rainha de Castela na referida fortaleza do reino de Portugal, a qual, depois, passados poucos dias, partiu do reino de Portugal, acompanhando-a honorificamente até Sevilha o seu caríssimo pai, o rei de Portugal.

Ao entrar o rei de Portugal na cidade referida, Afonso XI de Castela e os magnates do reino saíram-lhe ao encontro com todas as honras e também os prelados e o clero, com as Santas Relíquias, acerca das quais não há memória de que tivessem sido mostradas a algum rei e, com uma louvável e devota procissão, receberam-no honorificamente. Por seu lado, as pessoas humildes e os homens e mulheres da cidade, crianças pequenas e grandes, os ricos e os pobres, alegres com a chegada do rei e temerosos da fúria de inumeráveis bárbaros e receando pela sublevação da pátria, em prantos clamavam dizendo: «<Bendito> o senhor rei, que vem em nome do Senhor para libertar, com a força de Deus, o povo cristão das fauces dos dragões, inimigos da cruz de Cristo.¹⁴⁰» E porque, durante a aflição, clamaram ao Senhor

⁸² Xpistianissimo et sanctissimo *in margine*

¹⁴⁰ A descrição da chegada do rei de Portugal a Sevilha, na companhia da sua cavalaria de escol, tem alguma semelhança com a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém [Mateus 21, 9; Cf. Salmo 118, 25 ss].

/fl. 357r/ barbarorum et de subuersione patriae formidantes, flentes clamabant dicentes: «<Benedictus>⁸³ dominus rex, qui uenit in nomine Domini ad liberandum, Dei uirtute, populum christianum de faucibus draconum, hostium crucis Christi.» Et quia, dum tribularentur, ad Dominum uoce flebili clamauerunt, ipsos Dominus Iesus Christus misericorditer et uelociter exaudiuit nec clamorem pauperum est oblitus, sed, propter gemitum pauperum, contra Mauros proponentes fideles faucibus crudeliter atrocibus deuorare, Dominus Iesus Christus breui momemto potentialiter exsurrexit.

Verum, cum dicti reges in Spalensi ciuitate dies aliquot morarentur, barones et regni magnates Castellae simul cum dominis regibus conuenerunt, plures ex ipsis sano - ut ipsis uidebatur - consilio asserentes castrum Tariffae praedictum regi barbaro ex conuentione hominum relinquendum, ut idem barbarus ad terram suam ultra mare rediret.

Cumque rex huic fere consilio

com voz chorosa, o Senhor Jesus Cristo ouviu-os rápida e misericordiosamente e não se esqueceu do clamor dos pobres, mas, atendendo aos seus gemido, o Senhor Jesus Cristo depressa se ergueu em força contra os mouros, que se propunham devorar cruelmente os fiéis com suas fauces atrozes.

De facto, como os ditos reis se demorassem por alguns dias na cidade de Sevilha, os barões e os magnates do reino de Castela reuniram-se juntamente com os senhores reis, afirmando muitos deles que era de prudente conselho - segundo lhes parecia -, obtido num ajuntamento de homens, que a predita fortaleza de Tarifa fosse deixada ao rei bárbaro, para que o mesmo bárbaro voltasse à sua terra de além-mar.

Tendo o rei de Castela quase concordado com este conselho, o referido rei de Portugal, inspirado pelo Espírito Santo, corajosamente respondeu: «Eu não atravessei o reino de Portugal para isto, para se perder castelo ou cidade da terra dos cristãos, mas estou preparado, tal como Cristo, a expor à morte o meu corpo por vós e a combater os Seus inimi-

⁸³ benedictus *addidimus cum F om M*

assentiret, rex Portugalliae supradictus Spiritus Sancti afflatu animose respondit: «Non propter hoc Portugalliae regnum exiui, ut de christianorum terra castrum uel ciuitas perderetur, sed paratus sum, sicut Christus, pro uobis meum exponere corpus morti et pro fide Catholica Ipsius inimicos Eius uirtute forti animo debellare.» Tunc rex Castellae et ipsius regni magnates attendentes quod rex Portugalliae Dei Spiritu ducebatur, robur in cordibus assumentes, salubri consilio acquieuerunt ipsius.

Egredientes autem reges praedicti ciuitatem Hispalensem et per castrum Exarez⁸⁴ nobile transeuntes, usque ad Turrem dos Vaqueiros uocatam et prope Penam de Ceruo, et usque ad ripam maris prope Tariffam cum suo exercitu accesserunt. Ibiq[ue] tentoria sua fixere prope ripam fluminis /fl. 357v/ uocati Salado

gos, de ânimo forte, em prol da fé católica e com a Sua graça.» Então o rei de Castela e os magnates do seu reino, vendo que o monarca de Portugal era conduzido pelo Espírito de Deus, ganhando fortaleza em seus corações, concordaram plenamente com o seu salutar conselho.

Então os ditos reis, saindo da cidade de Sevilha e passando pelo famoso castelo de Jerez [de la Frontera]¹⁴¹ até à chamada Torre dos Vaqueiros¹⁴² e perto da Penha do Cervo, chegaram com o seu exército até à orla marítima perto de Tarifa. Aí montaram o seu acampamento junto à ribanceira de um rio chamado Salado e junto da referida fortaleza de Tarifa, que distava cerca de uma légua do acampamento dos bárbaros. Daí enviaram solenemente os seus mensageiros ao rei dos bárbaros e tirano, dizendo-lhe que não ficava bem a um rei <tão> poderoso lutar no meio de rochedos e montes acidentados, mas sim bater-se em campo

⁸⁴ Xerez delos Cavalleros *in margine*

¹⁴¹ Uma nota marginal do nosso manuscrito diz que é Xerez delos Cavalleros (município da província de Badajoz). Mas tal informação não está correcta, porque é antes Jerez de la Frontera, município da província de Cádiz. *Castrum nobile* lhe chama o autor, porque, das torres árabes que tanto abundam nos restos de muralhas de cidades espanholas, as de Jerez de la Frontera ainda hoje são dos melhores exemplares

¹⁴² Lugar imediatamente antes da Penha do Cervo (colina junto ao mar e ponto mais avançado do exército cristão), onde os reis peninsulares chegaram no dia 27 de Outubro. Enquanto a retaguarda ficou junto à Torre dos Vaqueiros, a vanguarda avançava até junto à Penha.

et prope castrum Tariffae praedictum, quod per leucam a barbarorum tentoriis uix distabat. Ac inde ad regem barbarorum et tyrannum suos nuncios solenniter destinarunt, dicentes quod non decebat regem < tam >⁸⁵ potentem⁸⁶ inter rupes et montes infestos pugnare, sed in campo lato, plano et belleparo propugnare; ibique ostenderet mira Deus; qua Lege humanum genus seruare deberet et per quam salui deberent fieri uniuersi. Barbarus uero, nollens ad campum descendere ad bellandum, regum nunciis sic respondit quod sibi sufficebat Tariffae castrum obsessum tenere in opprobrium christianorum.

aberto, plano e bem preparado, onde Deus haveria de operar maravilhas, mostrando que Lei deveria guardar o género humano e pela qual todos deveriam ser salvos. Então o bárbaro, não querendo descer ao campo para guerrear, assim respondeu aos embaixadores dos reis: que, para vergonha dos cristãos, só ficaria satisfeito depois de se apropriar do castelo de Tarifa que tinha cercado.

Recebida esta resposta, imediatamente os referidos reis cristãos se aproximaram dele e, junto à margem do dito rio chamado Salado, ordenaram as suas azes¹⁴³, as quais tinham colocado entre si quase a uma légua de distância. O rei de Castela foi contra o rei de Benimerim e contra o seu poderio. Acompanhava o seu pendão

⁸⁵ O texto latino transmitido tem sentido por si mesmo: “non decebat regem potentem inter rupes et montes infestos pugnare.” Porém, no manuscrito, há aqui um espaço em branco entre *regem* e *potentem*, razão por que nós reconstruímos o texto com o advérbio “tam”. Para o efeito, notámos que a *Chronica d'el Rei D. Affonso IV*, de Rui de PINA [Cap. LVII, p. 441] diz no passo equivalente: “tinhaõ nomes de Reys *tam* grandes, & estavam *tão* riquos, & poderosos...”. Também a admirável estrofe 1350 do *Poema de Alfonso XI* refere: “!Um rey *atan* poderoso / E señor de *atal* conpañã / Non yaga como raposo / Encovado en la montaña!”

⁸⁶ potentem] tam potentem *suggesti*

¹⁴³ Os muculmanos edoptaram a técnica de disposição em azes e os cristãos em tropel; a formação dos granadinos contava ainda duas azes em cunha. As azes é uma compacta frente de cavalaria com os cavaleiros dispostos lado a lado e com três a quatro linhas de profundidade. Isto permitia alargar mais a frente de ataque (obrigando a reduzir a sua profundidade para apenas uma ou duas linhas) ou estreitar a frente de ataque através do reforço do número de fileiras, operação designada como “dobrar as azes” (MARTINS 2011: 250). Tropel é um sistema de frente estreita, mas de grande profundidade, adequado para romper e desorganizar as linhas adversárias, tirando partido da capacidade de choque da cavalaria pesada (MARTINS 2011: 250).

Quo responso percepto, statim reges christiani praedicti appropinquauerunt ad eum et, prope ripam fluminis supradicti uocati Salado, suas acies paraue-runt, quorum acies in longum per leucam fere tenebant. Rex Castellae contra regem Benamarim et contra ipsius potentiam uniuersam. Cuius uexillum comitabantur a dextris et a sinistris uexillum crucis Domini nostri Papae et uexillum infantis Aragoniae,

à direita e à esquerda o pendão da cruz do senhor nosso Papa¹⁴⁴ e o pendão do infante de Aragão, D. Fernando¹⁴⁵, marquês de Valência¹⁴⁶, sobrinho do rei de Castela e os de todos os outros barões de Castela.

Por seu lado o rei de Portugal foi contra o rei de Granada e contra toda a sua bárbara gente¹⁴⁷. Acompanhava o seu estandarte: o pendão de D. Pedro de Castela¹⁴⁸, ilustre infante primogénito e herdeiro do rei [Afonso XI] e neto do ilustre rei de Portugal [Afonso IV]; e o pendão de D. Lopo

¹⁴⁴ É o pendão da cruzada que chegou poucos dias antes da batalha.

¹⁴⁵ É D. Fernando (1329-66), marquês de Tortosa e filho ilegítimo d'el-rei D. Afonso IV de Aragão (†1336). Graças a sua mãe, Dona Leonor de Castela, obteve de seu pai em 1330 o marquesado de Tortosa (Tarragona) e outros lugares e vilas do reino de Valência... Em 1354 contraiu matrimónio com a infanta Dona Maria, filha de D. Pedro I de Portugal e de Dona Constança. As mercês e distinções que lhe dispensou seu pai, por influência da rainha que aspirava a colocá-lo no trono, fizeram com que Pedro IV de Aragão, primogénito e seu irmão paterno, ordenasse a detenção, morte e confiscação dos bens da figura que estamos estudando, D. Fernando, marquês de Valência, como diz o nosso autor.

¹⁴⁶ O infante D. Fernando de Aragão é chamado nas Crónicas “marquês de Tortosa” (a *Dertosa* latina), cidade da província de Tarragona, junto à foz do Ebro. Porém, aqui parece tratar-se do marquês de Valência, nome que restituímos, de acordo com a observação deixada no aparato crítico. A deterioração das cópias ao longo dos tempos, veio a deformar o nome *Valentia* numa palavra que já Fr. António Brandão não percebeu, e que Fr. Fortunato supôs ser *Tucentis uel Tucensis*, mas que na realidade é *Valentia*, assim reconstituída paleograficamente pelo Doutor J. Geraldês Freire.

¹⁴⁷ O autor dá a entender mais adiante que esta gente bárbara, que constituía uma segunda az, são tropas dos Benimerines que foram aqui incorporadas, para reforçar o exército granadino.

¹⁴⁸ É Pedro I de Castela, o *Cruel*, primogénito de Afonso XI e herdeiro do trono.

Domni Fernandi, marquesii de⁸⁷
Valentia⁸⁸, regis Castellae nepo-
tis, et ceterorum⁸⁹ baronium om-
nium de Castella.

Fernandes [Pacheco], senhor de Fer-
reira [de Aves]¹⁴⁹; D. [João] Afonso
[de Albuquerque]¹⁵⁰, bisneto do ilus-
tre D. Pedro [III]¹⁵¹, que foi rei de

⁸⁷ Na verdade, o manuscrito parece conter duas lacunas, e foi assim que o entendeu Fr. Fortunato: “Domni Fernandi Marquesii de Tucentis, Regis Castellae nepotis et ceterorum Baronum omnium de Castela.” (1827, p. 594). Porém, a nossa opinião e solução é a de que:

1.º Não há palavras omissas, pois os espaços estão preenchidos com traços, situação bem diferente das autênticas lacunas, em que o espaço da palavra omissa é deixado em branco.

2.º Também a historiografia não regista qualquer palavra, sobretudo na primeira posição.

⁸⁸ *post de lacunam supponit F Valentia conieci in ms. legitur uerbum incertum, fortasse Tuiensis seu potius Tulentie unde restitui Valentia F legit dubitanter Tucen-
tis uel Tucensis*

⁸⁹ *post ceterorum lacunam supponit F*

¹⁴⁹ É Lopo Fernandes Pacheco, fidalgo do tempo de D. Afonso IV. Foi o sétimo senhor (feudal) de Ferreira de Aves, do bispado de Viseu, meirinho-mor e rico-homem, chanceler da rainha Dona Brites, mordomo-mor e preceptor do infante D. Pedro e um dos assinalados guerreiros do seu tempo. Para encontrar uma solução pacífica à guerra travada entre os dois reis peninsulares - D. Afonso IV de Portugal e D. Afonso XI de Castela -, Lopo Fernandes Pacheco reuniu-se no lugar de Castro de Ladrões com o enviado de Afonso XI, Fernão Rodrigues de Vilalobos, e o enviado do Papa, D. Bernardo, bispo de Rodes.

Foi ainda D. Lopo Fernandes que, depois de ter participado na batalha do Salado, levou a Avinhão, da parte portuguesa, ao Papa Bento XII os pendões capturados dos reis mouros. Como agradecimento recebeu do Papa, entre outras dádivas, uma rosa de ouro com a qual quis ser sepultado. Do seu primeiro casamento, teve Diogo Lopes Pacheco, um dos executores de Inês de Castro. Faleceu em 1348 e está sepultado na Sé de Lisboa. (Veja-se LOURENÇO, Vanda (2006) - “Lope Fernandes Pacheco: um valido de D. Afonso IV”, *Estudios Humanísticos. Historia* 5 49-69; BARROCA, M. (2000) - *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, vol. 2/T. II, Lisboa, p. 1709).

¹⁵⁰ D. João Afonso de Albuquerque (c.1304-1354), filho de Afonso Sanches (filho primogénito e estimado de D. Dinis, ilegítimo, mas depois legitimado) e de D. Teresa Martins de Mneses, foi o 6.º senhor de Albuquerque, etc. Informa a *Gran Cronica*, II, p. 412 que era mordomo-mor do infante D. Pedro, primogénito do rei.

¹⁵¹ D. Pedro III, rei de Aragão (1239-1285). Foi cognominado de o *Grande*, daí o qualificativo do nosso autor: *Illustris D. Petri*. É que decidiu continuar a guerra contra os mouros de Valência, que levou a bom termo, apesar de os senhores catalães se sublevarem, por ele, rei, não ter querido confirmar, perante as Cortes, os usos e foros da terra. Mas foram vencidos. Foi importantíssima a sua acção em Itália, com consequências que chegaram aos tempos modernos e que permitiram a presença dos Espanhóis em Itália durante muitos séculos.

Rex uero Portugalliae contra regem Granatae et ipsius gentem barbaram uniuersam, cuius uexillum comittabatur: uexillum Domni Petri Castellae, infantis illustris regis primogeniti et haeredis ac Portugalliae regis illustris nepotis; ac Domni Lupi Fernandi domini de Ferrera uexillum; ac Domni Alfonsi, illustris Domni Petri olim regis Aragoniae nepotis, cum alio similato uexillo; ac aliorum baronum uexilla qui erant de Portugallia naturales et, quorundam morantium in Castella, qui erant sui naturales.

In temptoriis uero suis, in dicti fluminis /fl. 358r/ ripa, praefati principes ueri Catholici missas suas audierunt deuote et corporis Christi Eucharistiam⁹⁰ cum humilitate nimia et reuerentia deuotissime assumpserunt, credentes firmiter sacramenta omnia ecclesiastica reuerentes,

Aragão, com outro pendão semelhante; e os pendões de outros barões que eram naturais de Portugal¹⁵² e de alguns que, sendo seus naturais, moravam em Castela.

Com efeito, nos seus acampamentos, nas arribas do referido rio, os referidos príncipes, verdadeiros católicos, ouviram devotamente as suas missas e receberam, devotissimamente e com extrema humildade e reuerência, a Eucaristia do corpo de Cristo, acreditando firmemente e reuerenciando todos os sacramentos da Igreja, a saber: a água lustral da regeneração do Baptismo, pela qual o pecado original é perdoado às crianças; e os actuais¹⁵³ e veniais aos adultos pela Penitência da confissão, a purificação dos pecados; o da Confirmação (ou Crisma) no qual é dada a graça do Espírito Santo como fortaleza; a Eucaristia, pela qual a maldade é removida; o da Ordem pelo qual a ignorância é afugentada; o do

⁹⁰ See de Lisboa 2.^a in margine

¹⁵² Acompanham D. Afonso IV ao Salado as quatro ordens militares de Portugal e seus priores: Avis (Mestre Gonçalo Vasques), Cristo (Mestre Estêvão Gonçalves Leitão), Santiago (Mestre Garcia Peres Escacho) e São João do Hospital de Jerusalém, de quem era prior Álvaro Gonçalves Pereira. Entre outros bispos e senhores, para lá dos referidos no texto, contam-se D. Gonçalo Pereira, Arcebispo de Braga; Gonçalo Vasques de Moura, guarda-mor do rei e Gonçalo Gomes de Sousa.

¹⁵³ Pecado actual é o que se comete com uso da razão, por sua própria vontade e com pleno conhecimento, podendo ser mortal ou venial.

uidelicet: regenerationis Baptismi lauacrum, per quod in paruis originalia⁹¹ crimina⁹² remittuntur; et actualia et uenialia in adultis confessionis Poenitentia, mundicie peccatorum; Confirmationis in quam Sancti Spiritus gratia datur ad robur; Eucharistia per quam malitia remouetur; Ordinis per quam ignorantia effugatur; Matrimonii, quod⁹³ ad sobolis propagationem, fornicationis uitiatione, legitime cum uxore unica celebratur. Quae sacramenta dicti barbari, a ueritate fidei aberrantes, minime crediderunt, semetipsos fallentes errore perfidi Mahometi, qui, plures uxores simul uiuentes, concessit iisdem contra Matrimonii sacramentum et contra uera statuta Domini Iesu Christi et Apostolorum Eiusdem, nec confitentur sua peccata contra Poenitentiae sacramentum. Nunquam enim sanatur aegrotus, nisi uulnus medico spirituali propaletur. Cetera uero sacramenta nec seruant, nec

Matrimónio, o qual é celebrado legitimamente com uma única esposa, para propagação da descendência, evitando, assim, a fornicação¹⁵⁴. Os ditos bárbaros, afastando-se da verdade da fé, não acreditaram nestes sacramentos, enganando-se a si próprios com o erro do pérfido Maomé, o qual lhes concedeu viver simultaneamente com várias mulheres, contra a santidade do Matrimónio e contra os verdadeiros mandamentos do Senhor Jesus Cristo e dos Seus Apóstolos; e contra o sacramento da Penitência não confessam seus pecados. De facto, nunca um doente é sarado se não revelar a sua ferida ao médico espiritual. Além disso, os infieis, cegos miseráveis, nem observam os outros sacramentos nem neles acreditam.

Ora aí uns três dias antes do princípio da batalha, uma neblina muito densa sobreveio por cima de todo o exército dos cristãos, durante alguns dias, escurecendo o ar, impedindo os raios solares, de tal modo que os homens dificilmente se podiam ver a

⁹¹ originalia *correxi*

⁹² Tal como Fr. Fortunato de S. BOAVENTURA (1827, p. 595), também nós achamos que ou o autor, mas mais certamente um copista, se enganou na transcrição da verdadeira forma - *originalia crimina* e não *uenialia crimina*, como deixámos explícito no correspondente aparato crítico.

⁹³ quod *correxit* F quo M

¹⁵⁴ São seis sacramentos e não sete, pois falta a Unção dos doentes.

credunt caeci miserabiles infideles.

Ante autem belli ingressionem, fere forsitan per tres dies, quaedam nebula densa⁹⁴ nimis super uniuersum christianorum exercitum per dies aliquot superuenit, obscurans aerem, radios impediendo solares, taliter quod homines ad duos fere passus uix poterant se uidere, unde remansit totus exercitus pauefactus. Sed Portugalliae rex praedictus, uolens christianorum animos confortare, protulit ista uerba: «Haec nebula densa non est aliud nisi manna, quod Dominus Noster Iesus Christus misericordia sua mittit ad animos fidelium confortandos, eos ad bellandum uirtuoliter excitando», quae die recessit proelii, purificato /fl. 358v/ aere solis lumine⁹⁵ claritate.

Rubrica. De sermonibus et actibus quos rex Portugalliae

cerca de dois passos, pelo que todo o exército ficou cheio de medo. Mas o referido rei de Portugal, querendo confortar o ânimo dos cristãos, proferiu estas palavras: «Esta neblina cerrada não é outra coisa senão o maná, que o Nosso Senhor Jesus Cristo, pela sua misericórdia, manda para reconfortar o ânimo dos fiéis, encorajando-os a combater energicamente»¹⁵⁵, névoa que se dissipou no dia da batalha, depois de purificado o ar com a brilhante luz do sol.

Título [II]. As palavras e os actos que o rei de Portugal proferiu e executou perante os seus.

Então o referido ilustre rei de Portugal, na sua tenda, de madrugada, numa segunda-feira pela aurora, ouviu a missa da Santa Trindade¹⁵⁶, devota e rapidamente, porque assim o

⁹⁴ Na batalha do Albis uma nevoa encubriu os Cesarianos ate ao meio dia contra os Saxonios... a[no] 1547 *in margine*

⁹⁵ lumine] et *add* F

¹⁵⁵ Rui de PINA omitirá na sua *Crónica*, p. 445, a referência ao maná, como muitas outras referências à doutrina e à religião.

¹⁵⁶ Missa votiva *per hebdomadam* dedicada a um dos mistérios da fé do cristão, a Santíssima Trindade, e que, de acordo com o Missal Romano do tempo, se celebrava naquela segunda-feira do Tempo Comum. Esta é mais prova em como o dia da batalha ocorreu no dia 30 de outubro, segunda-feira.

proposuit et protulit erga suos.

Rex autem illustris Portugal-
liae supradictus, in temptorio
suo, mane, secunda feria in au-
roram, missam de Sancta Trinitate
deuote ac celeriter, quia taliter
oportebat, audiuit, cum Agareni
ad bellandum ad ripam praefati
fluminis appropinquarent; quae
quidem missa per religiosum
uirum, fratrem Franciscum Ordi-
nis Sancti Francisci, regis Portu-
galliae confessorem deuotum,
olim Portugalliae ministrum,
deuotissime celebrata. Eucharis-
tiam deuote ab ipso cum grandi
cordis contritione reuerenter ac-
cepit, asserens animose lo-
quendo quod laudes et gratias re-
ferebat altissimo Domino Iesu
Christo, ex eo quod ad tale tem-
pus et statum ipsum duxerat,
quod mortem laetans susciperet
pro Eodem, Eidem supplicans
Domino Iesu Christo ut defectus

exigia o momento, já que os agarenos se aproximavam da beira do referido rio para combater. Essa missa foi devotissimamente celebrada por um religioso varão, Fr. Francisco¹⁵⁷, da Ordem de S. Francisco, devoto confessor do rei de Portugal e, em tempos, ministro [provincial] de Portugal. O rei recebeu de suas mãos, devota e piedosamente, a sagrada comunhão, com grande contrição de coração, asseverando corajosamente ao falar que dava louvores e graças ao altíssimo Senhor Jesus Cristo, pelo facto de o ter conduzido a tal ocasião e circunstância, a ponto de poder aceitar com alegria por Ele a morte, suplicando ao mesmo Senhor Jesus Cristo que neste momento não quisesse pedir-lhe contas dos seus pecados e dos excessos que cometera¹⁵⁸.

Tendo pois o rei recebido o corpo de Jesus Cristo, os nobres que o rodeavam, com grande contrição e devoção, derramando copiosamente lágrimas de alegria, um grande número

¹⁵⁷ Sobre a vida de Fr. Francisco, ver ponto 1 do Cap. I.

¹⁵⁸ O autor tem consciência de que o passado de Afonso IV não foi perfeito, quer pela rebelião contra seu pai, D. Dinis, quando ainda era infante, quer pelo confisco e desterro do meio-irmão Afonso Sanches e da morte do meio-irmão João Afonso, quer ainda pela guerra prolongada contra o genro Afonso XI. Esta ideia está próxima do relato do *Livro de Linhagens* quando se diz: "...e tinha que Deus lhi fizera grã mercê em o chegar àquele tempo u podia fazer emenda de seus pecados por salvaçom de sa alma e receber morte por Jesus Cristo."

suos, quos commiserat, et excessus in tali nollet ei tempore imputare.

Recepto⁹⁶ igitur a rege corpore Iesu Christi, nobiles circumstantes cum nimia deuotionis contritione lachrymas laetitiae per oculos effundentes, ab ipso Portugalliae rege milites fieri plurimi optarunt⁹⁷ atque ab eodem militiae insignia perceperunt, uerbum hoc rege proferente praedicto: «Isti, qui hoc tempore milites sunt effecti, sanguinem fundere cupiunt pro Domino Nostro Iesu Christo, sicut Ipse pro redemptione nostra proprium spargere sanguinem minime dubitauit.» His quoque peractis, confessor praedictus alta uoce clamauit: «Nullus mortem formidans timidus uel couardus bellum aggredi uel intrare prae-

desejaram ser armados cavaleiros pelo próprio rei de Portugal e dele mesmo receberam as insígnias militares¹⁵⁹. Então, o dito rei proferiu estas palavras: «Estes, que nesta hora são armados cavaleiros, desejam derramar o seu sangue por Nosso Senhor Jesus Cristo, assim como ele não hesitou em derramar o seu próprio sangue pela nossa redenção.» Tendo assim falado, também o confessor referido exclamou em alta voz: «Que nenhum timorato ou cobarde, por receio da morte, presuma aproximar-se ou entrar na batalha, mas, pelo contrário, fique a guardar, em atenta vigília, os acampamentos do exército.¹⁶⁰» Então os cavaleiros beijando-se¹⁶¹ mutuamente disseram: «Não queremos que a nós se aplique tal desmérito.»

Então, ordenadas as tropas, e tendo sido invocado o nome de

⁹⁶ receipto M

⁹⁷ obtarunt M

¹⁵⁹ A armação de cavaleiro podia ocorrer antes ou depois da batalha. No Salado, como informa a *Memória*, foi antes; em Ceuta foi depois da conquista da cidade. Esta solenidade permitia a estes nobres ascender à categoria de cavaleiro (*miles*) e, ao estatuto, seguiam-se o prestígio e as vantagens económicas conferidas; permitia-lhes também comandar tropas em combate.

¹⁶⁰ O rei fez como Gedeão (*Juízes* 7, 3-4) - mandou lançar pelo seu confessor o pregão de que os cavaleiros cobardes ou medrosos guardassem o “arrayal”, mas, ao contrário dos homens de Gedeão, nenhum nobre quis ficar com tal rótulo.

¹⁶¹ É pelos meados do séc. XIV que o costume masculino de saudação com o *osculum* desaparece em favor do abraço.

sumat, sed contra exercitus tentoria sollicita uigilia custodire.» Tunc milites se ad inuicem osculantes dixerunt: «Non decet nos sub tali titulo remanere.»

Bello uero parato, et inuocato /fl. 359r/ nomine Domini Nostri Iesu Christi et persaepe inuocato, rex Portugalliae cum suis fluuium praedictum profundum uocatum Salado transiuit. Ipsum uix gentes transire poterant peditando.

Rubrica. Qualiter et ubi rex Portugalliae bello pugnare incipit et postmodum rex Castellae. Et de prosecutione infidelium per fideles.

Et propugnare incipit, praehabito signo Crucis, die lunae siue

Nosso Senhor Jesus Cristo e constantemente invocado, o rei de Portugal com os seus passou o referido e profundo rio, chamado Salado. Com dificuldade as pessoas podiam transpô-lo a vau¹⁶².

Título [III]. De que modo e quando o rei de Portugal começou a lutar na batalha e logo depois o rei de Castela. A perseguição dos infiéis pelos fiéis.

Tendo diante de si a imagem da cruz, ele começou a lutar no dia da lua, ou seja, na segunda-feira, o dia 30 do mês de Outubro da Era de 1378, corajosamente, contra os mouros. Levava a sua bandeira um certo cavaleiro valente em armas, chamado Gonçalo Gomes d' Azevedo, que foi sobrinho-bisneto de D. Paio Correia¹⁶³, em outro tempo Mestre

¹⁶² A dificuldade em transpor o pequeno rio Salado não esteve na oposição das tropas granadinas, já que estes, no alto de uma colina, não guardavam a passagem do rio, mas por nesta altura do ano ele levar bastante água. Pelo contrário, a jusante, as tropas castelhanas encontraram dura oposição dos mouros para transpor o vau do rio.

¹⁶³ D. Paio Peres Correia foi um notável fidalgo do século XIII. Desempenhou o cargo de chefe peninsular da Ordem de Santiago e notabilizou-se como guerreiro e político. Em 1242, de simples provincial, passou a chefiar a Ordem de Santiago em Castela como Mestre de Uclés, retirando para aquele país, onde existia o principal da dita milícia. É uma figura relevante da Reconquista, em especial no que respeita ao Algarve. Foi talvez pelo facto de pertencer à Ordem de Santiago que apoiou as pretensões de Castela relativamente ao Algarve. Morreu em 10/2/1275, segundo a inscrição setecentista da sua sepultura. Jaz na igreja de St.ª Maria do Castelo de Tavira.

feria secunda, XXX die mensis Octobris, Era MCCCLXXVIII, forti animo contra Mauros. Cuius uexillum portabat miles quidam in armis strenuus, Gunsaluus Gometii uocatus d' Azevedo, qui nepos fuit Domni Pelagii Correa, olim Magistri Sancti Iacobi de Uclés, cum propheta psalendo: «Exurgat Deus, et dissipentur inimici Crucis, et qui oderunt Eum et odiunt fugiant a facie Iesu Christi et deficient⁹⁸ sicut fumus, et uniuersi pereant Sarraceni sicut cera fluit a facie grandis ignis.»

Et cum aliquandiu pugna⁹⁹ duraret, Fand, rex Granatae, cum

de Santiago de Uclés, cantando como profeta o salmo: «Levante-se Deus, e os inimigos da Cruz sejam aniquilados, e os que O odiaram e odeiam fujam da face de Jesus Cristo e dissipem-se como o fumo, e morram todos os sarracenos, como a cera se derrete diante dum grande fogo»¹⁶⁴.

Quando a batalha já se tinha prolongado por bastante tempo, Fand¹⁶⁵, o rei de Granada, logo se pôs em fuga com a sua bandeira e os seus sequazes: ficando prostrados por terra um número infinito de bárbaros, cavaleiros e peões, mortos com o poderoso auxílio de Deus - eles que tinham vindo a correr e pensavam que iam derramar o sangue dos cristãos. De

Cf. quadra que Fr. Francisco BRANDÃO cita na *Monarquia Lusitana* (Parte 5, Livro XVI: 26), como pertença das rimas em redondilha de Afonso Geraldês (hoje desaparecidas), um possível combatente do Salado: “Gonçalo Gomes d’ Azevedo / Alferes delrey de Portugal / Entrava aos Mouros sem medo / Como fidalgo leal.”

Também o *Poema de Afonso XI* fala deste alferes, no mesmo espaço de uma estrofe, mas - parece-nos - de um modo menos elaborado, sem a graciosidade e polidez do Poema perdido: “Todos ivam muy sin miedo / Para conplir su perdón: / Gonçal Gómez de Azevedo / Llevaba el su pendón.” (RODRIGO YAÑEZ 1956: 276, v. 1328).

Sobre a comparação entre os dois Poemas veja-se: Mercedes VAQUERO 1987: 56-69.

⁹⁸ defficient M

⁹⁹ Exactamente neste lugar, a publicação de Fr. Fortunato (1827, p. 597) assinala a existência de uma lacuna: “Et cum aliquandiu pugna duraret, Fand, Rex Granatae ...” Porém, nós não concordamos com a sua opção, porque um traço horizontal no ms. anula aquele espaço.

¹⁶⁴ *Salmo* 68, 2-3, adaptado, porém, à situação concreta.

¹⁶⁵ O nome verdadeiro deste rei de Granada é Yusuf-Abul Hagiag (1333-54). Desconhecemos por que é que o autor lhe chama Fand. Este autor, ao errar os nomes dos reis mouros e desconhecer as classes sociais islâmicas, mostra o seu total desconhecimento da língua árabe e da cultura islâmica.

suo uexillo et suis sequacibus, dedit illico terga fugae: infinitis barbaris, equitibus et peditibus in terram prostratis et diuino auxilio potentialiter interfectis, qui ueloces uenerant et credebant sanguinem effundere christianorum. In hac quippe die, qua Dominum Iesum Christum inuocauerunt deuoti fideles, ipsos uelociter exaudiuit.

Rubrica. De uerbis regis Benamarim erga suos directis.

Rex autem Marrochiorum seu Benamarim praefatus, aspiciens /fl. 359v/ regem Granatae a facie regis Portugalliae fugientem, uerbum dirigens in eius opprobrium erga suos, uerbo protulit geminato: «Videte, uidete ille rex ebriosus Granatae, a Portugalliae rege deuictus, qualiter dat uelociter cum pauore nimio ac formidine terga fugae», suos barbaros quantum poterat incitans ad bellandum.

Rubrica. Qualiter rex Castellae nobilibus Castellanis et

facto, neste dia, em que os fiéis devotos invocaram o Senhor Jesus Cristo, ele imediatamente os ouviu¹⁶⁶.

Título [III]. As palavras do rei de Benimerim dirigidas aos seus.

Então o dito rei dos Marroquinos ou de Benimerim, ao ver o rei de Granada a fugir diante do rei de Portugal, dirigindo aos seus um grito em seu escárnio, disse repetindo a palavra: «Olhai, olhai o bêbedo rei de Granada, vencido pelo rei de Portugal, como ele velozmente se põe em fuga com imenso medo e terror!», incitando quanto podia os seus bárbaros a combater.

Título [V]. Como falou o rei de Castela aos seus nobres castelhanos e leoneses.

Então, o rei de Castela vendo de longe os dois exércitos dos bárbaros e vendo o do rei de Granada e partidários combatidos e derrotados pelas forças do rei de Portugal, começou a bater-se com a sua (porção) tropa contra o rei dos Marroquinos ou de Benimerim. Mas foi tanto o fragor

¹⁶⁶ Cf. *Ps.* 79, 3.

Legionensibus est affatus.

Aspiciens autem a longe rex Castellae duas acies barbarorum, regis Granatae uidelicet et eius sequacium, per regem Portugal-liae expugnatas et uiribus prosternatas, incepit contra regem Marrochitanum seu Benamarim cum sua portione propugnare. Sed tantus fuit fragor armorum et sonitus eorumdem, accitus¹⁰⁰ terribilis hinc inde, quod ex parte regis Castellae bis magna pars gentium retrocessit. Tunc ipse rex suis nobilibus est affatus: «Oportet me hodie Domino triumphante uictoriam habere in terris contra inimicos Domini Iesu Christi uel in coelestibus pro defensione fidei Catholicae cum martyrio gloriam obtinere.» Et statim ad clamorem domni regis, immensum alta uoce clamando: «Castella, Castella,

das armas e o estrépito das mesmas, a vozeria terrível de um e do outro lado, que um grande número das gentes do exército do rei de Castela por duas vezes recuou¹⁶⁷. Então, o rei em pessoa falou assim aos seus nobres: «É fundamental que eu hoje alcance na terra a vitória, com o triunfo do Senhor, contra os inimigos do Senhor Jesus Cristo; caso contrário, que alcance com o martírio a glória nos céus em defesa da fé católica.» Imediatamente, ao alto brado do dito rei, que em alta voz bradava: «Castela, Castela, Leão, Leão», tendo os cristãos recobrado as forças, pela graça do Senhor Jesus Cristo, com animosa fortaleza irromperam contra os referidos agarenos. Então, muitos valentes cavaleiros que estavam à volta do próprio rei, a saber: castelhanos, aragoneses e catalães que acompanhavam o pendão do senhor marquês [de Valência], o referido ilustre infante

¹⁰⁰ accitus] acictus M

¹⁶⁷ O fragor no campo de batalha era enorme: os gritos de milhares de homens e relinchos de cavalos, o choque das armas na *mêlée*, a percussão de armas ofensivas contra os escudos de metal, o ruído de tambores e trombetas, quer para animar os combatentes, quer para transmitir instruções...

Quanto ao facto de o exército de Castela ter recuado por duas vezes, não é uma forma de falar, para expressar as dificuldades por que passou, mas corresponde à verdade. Efetivamente, a dado momento as tropas de Castela ficaram em dificuldade e o próprio cavalo de Afonso XI foi atingido com uma seta. A batalha parecia estar perdida. (MARTINS 2011: 261).

Leon, Leon», uiribus per christi-
anos resumptis, in dictos Agare-
nos uirtute Domini Iesu Christi
animosa christiani fortitudine ir-
ruerunt. Tunc multi strenui mili-
tes qui erant regi circumstantes
eidem, uidelicet: Castellani, Ara-
gonenses et Cathalani qui Domni
marchesii, praefati infantis Ara-
goniae illustris, comitabantur
uexillum et Dominus Gunsaluus
Garsia, baro de Aragonia oriun-
dus, et Portugallenses aliqui, re-
gis Castellae uassali, uiriliter
propugnarunt contra inimicos
Domini Nostri Iesu Christi, tali-
ter quod rex incredulus Benama-
rim dedit, post conflictum terri-
bilem, terga fugae in equo cui
primitus insidebat, /fl. 360r/ quo
labore et armorum pondere fati-
gato, sibi quandam equam cur-
rentem uelociter obtulerunt, in
qua usque ad Aliaziram urbem
currendo euasit.

Eosque dictos reges christiani
fere per duas leucas et amplius
fugauerunt usque ad fluuium uo-
catum Britabotellas, in cuius ripa

de Aragão, e D. Gonçalo Garcia¹⁶⁸,
barão oriundo de Aragão, e alguns
portugueses, vassalos do rei de Cas-
tela, lutaram valorosamente contra os
inimigos de Nosso Senhor Jesus
Cristo, de tal maneira que o ímpio rei
de Benimerim, após o terrível con-
flito, se pôs em fuga no cavalo em
que desde o início montava e, quando
cansado pelo esforço e pelo peso das
armas, ofereceram-lhe uma égua que
corria muito rápida, na qual se esca-
pou a galope até à cidade de Algeci-
ras.

Os cristãos perseguiram os ditos
reis pelo espaço de duas léguas, até
talvez mais, até ao rio chamado Bri-
tabotellas¹⁶⁹, em cuja ribanceira es-
tava montado o acampamento do rei
de Granada e o seu exército; e depois
mais além, até um rio chamado Gua-
dalmesí, a uma légua de Algeciras ou
talvez menos, provocando neles inú-
meras mortes. Dessa forma, poucos
fiéis venceram completamente mui-
tos milhares de infiéis pelo poder do
céu, até que os cristãos ficaram extre-
mamente fatigados, a ponto de nem

¹⁶⁸ Gonçalo Garcia foi conselheiro do rei de Aragão. Temendo que os ataques do sultão de Marrocos se dirigissem igualmente contra Valência, propôs que Castela armasse a maior frota de galés e navios que lhe fosse possível e que Aragão a ajudasse a guardar o Estreito com a metade daquele número. Tal pacto foi firmado a 2 de Abril de 1339. (Huici MIRANDA 1956: 333-34).

¹⁶⁹ Actual Rio de la Veja.

regis Granatae tentoria et eius exercitus erant fixa; et ultra, usque ad fluuium uocatum Gadamecil, ad unam leucam uel minus forsitan de Aliazira, in ipsos strages innumeras faciendo. Sicque pauci fideles multa millia uirtute coelesti infidelium deuicerunt, donec christiani fatigati nimium remanserunt, taliter <ut>¹⁰¹ nec equi nec pedites poterant se mouere.

Induxit enim Dominus super Mauros unam afflictionis diem, perpetuam christianis, et contritione duplici tam corporis quam animi. Infideles contriti fuerunt uirtute diuina subito pariter et afflicti, praedicta die unica momentanea, uidelicet: ab hora fere tertia usque ad horam continuam uesperarum, innumerabiles Sarraceni.

Rubrica. De fuga infidelium barbarorum et prosecutione mirabili christianorum.

Cum autem christiani persequerentur infidos miserabiles

os cavalos nem os peões se poderem mover.

De facto, o Senhor levou aos mouros um dia de desespero, que se tornou memorável para os cristãos, por uma dupla contrição, tanto de corpo como de alma. Os infiéis - inumeráveis sarracenos - foram, num ápice, esmagados e ao mesmo tempo abatidos pela graça divina, em parte daquele único referido dia, ou seja: mais ou menos da hora tertia até à hora das Vésperas sem interrupção¹⁷⁰.

Título [VI]. A fuga dos infiéis bárbaros e a admirável perseguição dos cristãos.

Então, quando os cristãos perseguiram os infiéis miseráveis agarenos por barrancos e montes perigosos, os cavalos dos cristãos passavam sobre eles tão facilmente como se avançassem em terreno muito plano; e os cristãos não regressaram enquanto os inimigos da cruz de Cristo não foram exterminados. De facto, aqui não só os sarracenos, mas também os seus

¹⁰¹ ut om M

¹⁷⁰ Ou seja, entre as nove da manhã, aproximadamente, e o pôr-do-sol. Dentro deste arco de tempo, teve lugar a batalha e a perseguição. O autor usa aqui, como habitualmente, as horas canónicas.

Agarenos per rupes et montes infestos, ita christianorum equi redibant per ipsos ac si per terram planissimam graderentur; nec christiani conuersi fuerunt donec Crucis Christi deficerent inimici. Hic enim et Sarraceni, cameli et equi eorum lacerati fuerunt, ut uidebatur ictibus inhumanis; nam ita Maurorum grandia uulnera christicolis apparebant, quod uix per homines inflixa¹⁰² credebantur.

Cum autem per montes et ripas redibant /fl. 360v/ Christicolae, per quos Sarracenos fuerant insecuti, uix poterant christiani equitando redire. Immo ipsos oportebat de equis descendere ac eos ducere per habennas, quod sine miraculo fieri nequiuit diuino.

Fecit autem Dominus in hoc triumpho terribilia interitu paganorum, magnalia per paucos innumerabiles perimendo et in sanctorum adiutorio mirabilia operatus, similia fere quando super Pharaonem et eius exercitum reduxit Dominus aquas maris. Et sic uindictam retribuit Dominus

camelos e cavalos foram destroçados, o que parecia por golpes não humanos; pois os golpes nos mouros pareciam aos cristãos tão grandes que dificilmente se poderia acreditar que tivessem sido infligidos por homens.

Quando os cristãos regressavam por montes e rabinas, através dos quais eles tinham perseguido os sarracenos, era com dificuldade que os cristãos podiam regressar a cavalo. Pelo contrário, era preciso que eles se apeassem dos cavalos e que os levassem à rédea, pelo que [a facilidade na perseguição] não pôde acontecer sem um milagre de Deus.

Na verdade, o Senhor fez neste triunfo coisas terríveis para ruína dos pagãos, fez grandes coisas destruindo inúmeros por poucos e realizou maravilhas em defesa dos santos, quase semelhantes às que o Senhor praticou quando galgou as águas do mar sobre o Faraó e o seu exército. Dessa forma, o Senhor Jesus Cristo aplicou o castigo contra os inimigos, os incrédulos Sarracenos, que rapidamente secaram como o feno¹⁷¹; também o Senhor Jesus Cristo se tornou favorável ao seu povo cristão. Mas

¹⁰² inflixi M

¹⁷¹ Proposição contida na *Vulgata* (Ps. 36, 2). No salmo refere-se à sorte dos ímpios, na *Memória* ao destino que tiveram os mouros, inimigos da Cruz de Cristo.

Iesus Christus in hostes incredulos Sarracenos, qui tanquam fenum uelociter aruerunt; et propitius extitit Dominus Iesus Christus suo populo christiano. Sed ibi Pharaonem et ipsius exercitum extinxit Dominus diuino et mirabili opere, non¹⁰³ humano; sed hic exterminauit eos opere humano Dominus Iesus Christus uirtute sua manibus christianorum.

Rubrica. De uxore Benamarim Forra uocata, principis barbari, cum aliis nobilibus foeminis barbaris inhumaniter interfecta.

Vxor et maior principis incre-

enquanto no passo bíblico o Senhor abateu o Faraó e o seu exército com um divino e admirável poder, sem a intervenção de homens, aqui o Senhor Jesus Cristo, pela sua força, exterminou-os com poder humano - as mãos dos cristãos.

Título [VII]. Acerca da esposa do príncipe bárbaro de Benamarim, chamada Forra, assassinada desumanamente com outras mulheres bárbaras.

A esposa principal do incrédulo príncipe de Benimerim e filha do rei de Tunes, que se chamava Forra¹⁷² - ao que consta -, mãe do infante de nome Amohali¹⁷³, o que tomou o castelo de Gibraltar e que pouco tempo antes fora morto pelos

¹⁰³ non *correxit* F : sed M

¹⁷² É Fátima Tunecia, mulher do sultão Abu al-Hassan e filha do rei Bucar de Tunes, que tinha a alcunha de Forra (adj. feminino) que quer dizer 'livre', por ser a principal das mulheres livres do sultão. Note-se que os mouros que, após a Reconquista, passaram a viver entre nós com relativa liberdade, tinham o nome de *mouros forros* ou *livres*. ZURARA usa esta mesma palavra na *Crónica da Tomada de Ceuta*, Cap. XXXIV.

¹⁷³ É Abu Malik, o mais estimado filho do rei de Marrocos e que, possivelmente, iria ser o futuro herdeiro do trono de Benimerim. Como feitos militares que alcançou, há a registar a conquista de Gibraltar, em 1333, e alguns sucessos relativos em 1339, quando reconquistou algumas praças no Sul da Espanha, antes que seu pai transpusesse o Estreito de Gibraltar. No entanto, a sua temeridade levou-o à morte junto ao rio Barbate, numa madrugada em que os cristãos o surpreenderam, antes que pudesse fugir. Tal facto instigou o sultão Abu al-Hassan 'Ali a vingar-se, e, para o efeito, começou a enviar mais contingentes armados à Península. (*Chronica d'el-Rei D. Affonso IV*, pp. 421-427).

duli Benamarim, regis Tunici filia, quae Forra - ut dicitur - uocabatur, infantis Amohalii nomine, qui castrum de Gibraltar cepit, genitrix, qui paulo ante fuerat in bello campestri prope castrum d' Exarez a Christicolis interfectus, ibi fuit in tentorio suo cum aliis pluribus uxoribus, quas tenebat reproba Lege sua, et ceteris pluribus foeminis nobilibus incredulis horribiliter interfecta, dilaniata membratim, a gentibus tamen simplicibus et innobilibus, praeter regum fidelium uoluntatem, quibus placuisset ipsam captam et uiuam cernere potis quam defunctam.

Sic et enim impii et /fl. 361r/ miserabiles Agareni fugae terga dederunt et potentia Dei dissipati fuerunt nec se armis defendere ualuerunt, quia intus pauor et foras gladius eorum corpora deuas-tarunt, iuuenem simul ac uirginem cum homine senescente, a

cristãos em batalha campal perto do castelo de Jerez [de la Fronteira], ela encontrava-se ali, no arraial real, com muitas outras esposas, que o sultão, de acordo com a sua maldita Lei, possuía, e foi horripelmente assassinada e dilacerada membro a membro, com muitas outras mulheres nobres incrédulas¹⁷⁴. Todavia foi morta por gentes simples e sem nobreza, contra a vontade dos reis cristãos, a quem mais agradaria vê-la aprisionada e viva do que morta.

Assim, efectivamente, os ímpios e miseráveis agarenos puseram-se em fuga e foram desfeitos pelo poder de Deus e nem se puderam defender pelas armas, porque por dentro o pavor e por fora a espada devastaram os seus corpos, quer fossem jovens, quer donzelas, quer ainda gente idosa, igualmente por soldados vulgares e sem nobreza, contra as vontades dos reis cristãos.

¹⁷⁴ Os reis mouros e a sua nobreza, seguindo o costume persa, faziam-se acompanhar em campo de batalha pelos familiares, haréns e tesouros. Daí que, em caso de vitória, o saque do acampamento despertasse grande cobiça entre as tropas cristãs, como aconteceu. O autor anónimo demora-se mais no saque do acampamento de Abu al-Hassan e sua nobreza, que era verdadeiramente extraordinário, e na sua perseguição do que na batalha propriamente dita. O lamento dos reis e nobres pela sua morte não parece ter sido por motivos de humanidade, mas interesseiros, como refere Rui de PINA (*Crónica*, p. 452): “aos Reys Christãos muyto pezou pelo grande presso do seu resgate, de captiuos ou dinheiro”.

gente similiter simplicibus et in-nobilibus, praeter regum fide-lium uoluntates.

Sagittae quoque christiano-rum inebriatae fuerunt sanguine paganorum, et fidelium gladii et enses carnes lacerauerunt ipso-rum in campo aspero et montu-oso. Ferae bestiae corroserunt ip-sorum corpora, et in terra uolu-ces et in mari pisces morsu ama-rissimo deuorauerunt.

Rubrica. Qualiter Sarrace-nis apparuerunt milites, ut gi-gantes in bello, et de ira Dei, quae cecidit super eos.

Quidam praeterea¹⁰⁴ Catho-lici, intelle[g]entes¹⁰⁵ arabicum et loquentes, ab ipsis Agarenis captiuis et miserrimis audierunt quod in bello uiderunt plures mi-lites magnos, qui statura uide-bantur gigantes in auxilium christianorum. Quidam et chris-tiani asserunt Beatos Iacobum et Vincentium et Sanctum Geor-gium interfuisse ibidem in bello.

Também as setas dos cristãos fo-ram embebidas no sangue dos pa-gãos, e os sabres e espadas dos fiéis dilaceraram as suas carnes no agreste e acidentado terreno. Os animais sel-vagens tragaram os seus cadáveres, e devoraram-nos em terra as aves e no mar os peixes com dentadas amarís-simas¹⁷⁵.

Título [VIII]. De como aparece-ram aos sarracenos cavaleiros, quais gigantes na batalha, e acerca da ira de Deus que se abateu sobre eles.

Além disso, alguns católicos que entendiam e falavam o árabe ouvi-ram dos próprios agarenos, cativos e infelicíssimos, que na batalha viram muitos cavaleiros descomunais, que, pela estatura, pareciam gigantes em auxílio dos cristãos. De igual forma, alguns cristãos asseveram que os

¹⁰⁴ + praeterea *in margine*

¹⁰⁵ intelle[g]entes *correx*] intelligentes M intelligentes F

¹⁷⁵ O autor está a referir-se aos combatentes mouros que foram encurralados contra o mar e morreram afogados.

Et cum unus christianus percute-
ret lancea uel ense Sarracenum,
statim ueniebant uiginti fere lan-
ceae christianorum - ut uidebatur
eisdem - ipsum horribiliter per-
cutientes, licet prius neminem
uiderent sequentem eumdem.
Effudit enim Dominus Iesus
Christus super infidos iram¹⁰⁶
suam et eos furore suo terribiliter
comprehendit. Et factae fuerunt
habitationes eorum desertae,
quas fabricauerant et construxe-
rant in obsidione Tariffae, nec
remansit in eorum tabernaculis
habitor. Ibi que Deus, Dominus
Noster Iesus Christus, potentiam

bem-aventurados Tiago¹⁷⁶, Vi-
cente¹⁷⁷ e S. Jorge¹⁷⁸ marcaram pre-
sença aí, na batalha; e quando um
cristão trespassava com a sua lança
ou espada um sarraceno, imediata-
mente surgiam cerca de vinte lanças
de cristãos - assim lhes parecia - va-
rando-o horrivelmente, embora ante-
riormente não vissem ninguém a se-
gui-lo. É que o Senhor Jesus Cristo
lançou a sua ira sobre os infiéis e es-
magou-os terrivelmente com o seu
furore. Suas moradas ficaram deser-
tas¹⁷⁹, as que eles construíram e edi-
ficaram no cerco a Tarifa, e nenhum
morador se quis instalar nas suas ten-
das¹⁸⁰. Nesse lugar, Deus, o Nosso

¹⁰⁶ iram legit F aiam dubitanter M

¹⁷⁶ Tiago, o Maior, Apóstolo (25 de Julho). Segundo a tradição, terá com os seus discípulos evangelizado a a Península Ibérica e os seus restos mortais sido transportados para Compostela, onde viria a surgir um dos maiores santuários da Idade Média. Padroeiro da Reconquista peninsular, terá aparecido nos céus apoiando e incitando os Cristãos em várias batalhas contra os Mouros.

¹⁷⁷ Vicente de Saragoça (22 de Janeiro). Diácono nascido em Saragoça, Aragão, que foi martirizado no tempo do imperador Diocleciano, início do século IV. Conta a sua *Paixão* que o seu corpo foi trasladado de Valência até Lisboa, em 1173, num barco acompanhado de dois corvos. Estes terão acompanhado o corpo do Santo até à Sé de Lisboa, granando. A cidade adoptou, por isso, o barco e os dois corvos para as suas armas.

¹⁷⁸ S. Jorge (23 de Abril). Terá sido um militar sob o imperador Diocleciano. Uma vez convertido e baptizado ao cristianismo, não se conformou com as estruturas iníquas do Império e desligou-se da milícia para colocar a sua força na defesa da religião cristã. O seu culto foi muito popular no Egípto; em Constantinopla foi o protector do exército imperial. Por volta do ano mil, o seu culto passou para o Ocidente e tornou-se fervoroso no tempo das cruzadas. É o padroeiro da Inglaterra.

¹⁷⁹ Cf. *Ps.* 68, 26.

¹⁸⁰ Fazia parte da praxe de guerra que o vitorioso permanecesse no campo de batalha por três dias. A origem deste costume remonta à regulação da apropriação de bens no antigo direito germânico: o adquirente de uma terra devia aí instalar-se por

inimicorum suorum confregit ac enses, arcus, scuta, gladios et acutissima tela eorum suo furore contriuit. Excitauit enim Dominus potentiam suam, ut saluos /fl. 361v/ faceret christianos, accinxitque gladium suum potentissime super femur, ut inimicus Catholicae Ecclesiae dissiparetur. Qui gloriabantur in suorum multitudine thesaurorum et in sua fallaci fortitudine confidentes ac consilia, quae cogitauerant stabilire, minime potuerunt, fueruntque Domino disponente in Inferno positi, sicut oues quae fuerunt abominabiles coram Deo ex reprobata sua secta.

Rubrica. De captione infantis filii regis Benamarim, Almofacem, filii regis Sujurameca, Hatá uocati.

Capti autem fuerunt in bello filii regis Benamarim, Almofacem uocatus, potens in

Senhor Jesus Cristo, destruiu o poder dos seus inimigos e, com o seu furor, esmagou as suas espadas, os arcos, escudos, sabres e os afiadíssimos dardos. Na verdade, o Senhor ergueu o seu poder, para salvar os cristãos e cingiu poderosamente a sua espada à cintura¹⁸¹, para destruir o inimigo da Igreja Católica. Os que se vangloriavam da grande quantidade de seus tesouros e que confiavam na sua falaz fortaleza de modo algum conseguiram concretizar os planos que haviam excogitado; e, por disposição do Senhor, foram lançados no Inferno, como ovelhas¹⁸² que se tornaram abomináveis diante de Deus, por causa da sua maldita seita.

Título [VIII]. A captura do infante filho do rei de Benimerim, Almofacem, e do filho do rei de Sujurameca, chamado Hatá.

De facto, na batalha, foram aprisionados dois filhos de reis: o de Beni-

três dias (*sessio triduana*) (CONTAMINE 1980: 425). Durante esse tempo – informa o autor - nenhum cristão habitou as tendas de campanha e construções precárias que os sitiadores edificaram no cerco de Tarifa. Tal nojo deveu-se a motivos religiosos.

¹⁸¹ Proposição que tem a sua fonte em *Ps.* 44, 4: “Accingere gladio tuo super femur tuum, potentissime”. numa interpelação que o autor sagrado faz ao rei, é referida na *Memória* ao poder de Deus na batalha do Salado.

¹⁸² Proposição tem a sua fonte em *Ps.* 48, 15 e dirigida em ambos os textos aos que se comprazem na vaidade das riquezas.

armis, qui regi traditus fuit Castellae, licet in acie regis Portugalliae captus esset. Filius etiam regis de Sujurameca, uocatus Hatá, extitit captus ibidem, in regis Portugalliae aciebus, quem secum ad regnum Portugalliae duxit captiuum. Quinque quoque uexilla Sarracenorum, quae fuerant capta in bello, pendentia nunc sunt in Vlixbonensi Ecclesia Cathedrali¹⁰⁷ in signum uictoriae ac triumphi.

Rubrica. De tentoriis infidelium et de thesauris inuentis in ipsis.

Tentoria siquidem quae prope¹⁰⁸ praedictum castrum Tariffae Agarenorum fixa manebant christiani totaliter occuparunt, infinitis auri et argenti thesauris repertis in ipsis, pannis quoque aureis, lineis, laneis et

merim, chamado Almofacem, valeroso em armas¹⁸³, que foi entregue ao rei de Castela embora tivesse sido capturado na az do rei de Portugal; também foi aprisionado no mesmo lugar, nas azes do rei de Portugal, o filho do rei de Sujurameca, chamado Hatá¹⁸⁴, que trouxe consigo refém para o reino de Portugal. Também trouxe cinco estandartes dos sarracenos, que foram tomados no combate, agora pendentes na igreja Catedral de Lisboa, como sinal de vitória e de triunfo.

Título [X]. Os acampamentos dos infieis e os tesouros neles encontrados.

Com efeito, os cristãos apoderaram-se na totalidade das tendas dos agarenos que continuavam erguidas junto da referida fortaleza de Tarifa, tendo encontrado neles infinitos tesouros de ouro e prata e também panos tecidos a ouro, a linho, a lã e de

¹⁰⁷ cathedrali *correx*i cathredali M F

¹⁰⁸ prope M

¹⁸³ O nome verdadeiro deste infante é Abu-‘Umar Tasufin, prisioneiro até 1346, que, depois de ter sofrido um ataque de loucura, foi devolvido a seu pai. “Potens in armis” porque, no momento em que combatentes mouros bateram em retirada, ele lançou-se no meio dos inimigos, na vanguarda das suas gentes, e aí foi feito prisioneiro. (Ibn Khaldoun 1956: 233). Cf. *Poema de Alfonso XI*, v. 1794: “De uno vos diré bien: / *Infante muy esforçado*, / Fijo del rey Albohaçén, / Abohomar fue llamado.”

¹⁸⁴ De nome verdadeiro ‘Ali b. ‘Umar, era filho do rei de Sijilmassa (Sujurameca nas crónicas).

aliis diuersis maneribus contextis. Vasa quippe aurea et argentea ibidem fuerunt, in uariis artificiiis fabricata, reperta, praeter alia spolia infinita et multimoda ornamenta, quae uix numerari ualuerunt. Et uiri diuitiarum, in bello preempti et alii fugae tergadantes, nihil in suis manibus inueniunt - hostes terribiles Crucis Christi! /fl. 362r/

Corpora tandem hostium, perfidorum inimicorum fidei christianae, perforata permanserunt in campo, uirtute diuina et Sanctorum Iacobi Apostoli et Vincentii et Georgii martyrum meritis, uenientium in adiutorium christianis.¹⁰⁹ <...> interfecti - ut fertur a pluribus qui praesentes fuerunt in bello -, quod fuerunt innumerabiles, ut aliqui christiani milites retulerunt et asserentes quod

outros diversos feitos. Foram encontrados também aí vasos de ouro e de prata, trabalhados em várias formas artísticas, além de outros infinitos despojos de guerra e ornamentos variegados, que com dificuldade puderam ser enumerados¹⁸⁵. Os homens das riquezas, os que morreram em combate e os que se puseram em fuga, de tudo ficaram despojados - inimigos terríveis da cruz de Cristo!

Por fim, os corpos dos adversários, pérfidos inimigos da fé cristã, ficaram trespassados no terreno pelo poder de Deus e pelos méritos do apóstolo S. Tiago e dos mártires S. Vicente e S. Jorge, que vieram em socorro dos cristãos. <...>, tal como é referido por muitos que estiveram presentes no combate, porque foram inumeráveis os mortos, como alguns

¹⁰⁹ D. Fr. Fortunato (1827, p. 602) supõe aqui a existência de uma lacuna, e, de facto, o manuscrito contém um espaço em branco próprio das lacunas. No entanto, a *Chronica d'el Rei D. Affonso IV* (crónica que, pelas muitas semelhanças com a nossa narrativa, nos tem servido no acto de reconstrução de lacunas) não incluiu no seu texto a manifestação dos três santos, eis porque não nos é possível reconstruir com exactidão o espaço assinalado.

¹⁸⁵ Hilda GRASSOTI (1968: 119-132) fala como a notícia sobre a descida do preço do ouro nos mercados da Europa ocidental a surpreendeu, achando que era mais uma hipérbole andaluza; e como foi à procura da verdade, constatando, para sua surpresa, como essa descida correspondia à verdade. Os estudiosos, na sua dificuldade em explicar o facto, falavam em “Ex oriente lux”. No entanto, desta vez, a luz chegava da Andaluzia. Fontes árabes (IBN MARZUQ, 1977: 377-382; cf. SEGURA GONZÁLEZ 2016: 199) referem que o Alcorão de Abu al-Hassan, pilhado no seu acampamento, veio para Portugal e foi mais tarde resgatado pelo sultão por elevado preço.

rex Benamarim incredulus superdictus, scire affectans per ciuitates et castra ultra mare, sollicitate fecit inquiri. Et inuenit quod 450 millia homines citra mare remanserunt in bello mortui uel captiui. Sarraceni quoque, qui per editum uel iussum Maurorum principis supradicti ultra mare bona sua uendiderunt, quibusque promissum extitit per eundem, utque eis posuisset citra mare, in propria christianorum, perpetuo donarentur, fere centum milia extiterunt, qui non ad pugnandum, sed ad habitandum citra mare solummodo transierunt, ut captiui Mauri postea publice retulerunt.

Nunquam enim in Scripturis aliquibus inuenitur Legis ueteris nec nouae quod tot in bello aliquo periissent; sed Senacherib, rex Assiriorum, cum uenisset ad obsidendam ciuitatem Ierusalem, fuisset nocte fugatus ab Angelo exterminante, occisis

cavaleiros cristãos referiram, asseverando que o incrédulo supradito rei de Benimerim se esforçou por informar-se e fazer cuidadosamente o inquérito ao longo das cidades e castelos de além-mar. Concluiu que ficaram aquém-mar 450 mil indivíduos, mortos na guerra ou cativos. Também foram cerca de 100 mil os sarracenos que, por édito ou mandato do supradito príncipe dos mouros, venderam os seus bens além-mar e aos quais foi prometido pelo mesmo rei que, logo que fossem colocados aquém-mar, nas propriedades dos cristãos, estas ser-lhes-iam dadas para sempre, a eles que passaram não para combater, mas somente para colonizar aquém-mar, como depois publicamente referiram os mouros cativos¹⁸⁶.

De facto, nunca se encontra em qualquer parte da Escritura, nem da antiga nem da nova Lei, que tivessem perecido tantos em algum combate; mas que o rei dos Assírios, Senaquerib¹⁸⁷, quando veio para cercar a cidade de Jerusalém, foi durante a

¹⁸⁶ A *Memória* é uma das raras fontes que destaca, e muito bem, esta guerra como guerra de conquista e colonização.

¹⁸⁷ Senaquerib foi rei da Assíria de 705 a 681 a.C. O seu reinado foi todo preenchido com guerras de conquista e de represália com os reinos vizinhos. Na segunda vez que cercou Jerusalém para a destruir, o seu exército foi violentamente atacado e

CLXXXVIII¹¹⁰ milibus de exercitu suo, quod absque humanis uiribus factum fuit sed hoc diuino auxilio manibus christianorum, et plures quam illi in hac perierunt. Camelli quoque et aliae bestiae infinitae et capti et occupati fuerunt. Vitualia insuper Agarenorum innumerabilia in tentoriis et exercitu remanserunt.

Rubrica. De foeminarum Maurorum interitu, in exercitu postmodum repertarum.

/fl. 362v/ Demum, quod flendum erat miserabilibus Sarracenis, uxores eorum in exercitu post repertas, quas contra praeceptum Legis Domini Nostri Iesu Christi plures tenebant, iuxta sectam improbam damnati et <perfidii>¹¹¹ Mahometi¹¹². Ut

noite afugentado pelo anjo exterminador, tendo sido mortos 188 mil do seu exército, o que se realizou sem as forças humanas; mas isto aconteceu com o auxílio divino às mãos dos cristãos, e pereceram nesta ocasião mais do que aqueles. Também foram capturados e possuídos os camelos e outras infindas alimárias. Além disso inumeráveis mantimentos¹⁸⁸ dos agarenos ficaram nos acampamentos e entre as suas tropas.

Título [XI]. O assassínio das mulheres mouras, depois encontradas [mortas] entre o exército.

Por fim, o que os miseráveis sarracenos muito lamentavam, as suas mulheres, depois encontradas [mortas] entre o exército, as quais eles tinham muitas, contra o preceito da Lei do Senhor Nosso Jesus Cristo, mas segundo a maldita seita do con-

posto em fuga pelos Judeus, que libertaram a sua cidade e atribuíram a vitória inesperada a um anjo exterminador enviado por Javé. Milagre que os historiadores medievais repetem, tal como o autor do presente relato.

¹¹⁰ CLXXXV F

¹¹¹ <perfidii> *conieci ex lacuna in manuscripto*

¹¹² Com toda a evidência se nota que no manuscrito falta um epíteto de Maomé em genitivo, facto também apontado por BOAVENTURA (1827, p. 603). É provavelmente *perfidii* ‘do pérfido’.

¹⁸⁸ A *Memória* é das poucas fontes a falar na grande quantidade de víveres encontrados no acampamento inimigo. Apesar desta abundância, os reis cristãos não avançaram sobre Algeciras para a conquistar. Como os cristãos – informa o autor - tiveram

canes interfecerunt catholici christiani, filios et filias, paruos et magnos, iuuenes et senes totaliter destruentes, ut nullum demitteretur germen de secta damnati et incorrigibilis Mahometi, qui dereliquerunt Deum, factorem suum, recedentes a¹¹³ salutari suo Domino Iesu Christo. Ad nihilum enim deduxit Dominus Iesus Christus infidos Agarenos tribulantes nos, christicolas Domini Iesu Christi; et confusi sunt, quoniam Deus spreuit eos. Licet enim olim miranda canerent sed non credenda poëtae, per praecedentia tamen facta uerissima et mirabilia, in hoc contenta opusculo, conuerti deberent uniuersae gentes ad fidem Domini Iesu Christi. Ipse enim est Deus, qui facit mirabilia magna solus, qui cum Patre et Spiritu Sancto uiuit et regnat per omnia saecula saeculorum. Amen.

denado e <pérfido> Maomé. Os católicos cristãos mataram-nas como cães, abatendo totalmente filhos e filhas, pequenos e grandes, jovens e velhos, para não restar nenhuma descendência da seita do maligno e incorrigível Maomé, eles que abandonaram Deus, seu criador, afastando-se do seu salvador Senhor Jesus Cristo. Na verdade, o Senhor Jesus Cristo reduziu a nada os infieis agarenos que nos oprimiam, a nós os fieis cristãos do Senhor Jesus Cristo; e foram confundidos porque Deus os desprezou¹⁸⁹. Ainda que, de facto, no passado os seus poetas cantassem maravilhas, mas não dignas de crédito¹⁹⁰, em razão dos factos precedentes contidos neste opúsculo, que são inteiramente verdadeiros e dignos da admiração, todas os povos deveriam converter-se à Fé do Senhor Jesus Cristo. Pois Ele é Deus, só Ele é que faz grandes maravilhas e é Ele que com o Pai e o Espírito Santo vive

nojo de habitar as tendas dos muçulmanos, é possível que tenham tido a mesma náusea para com os víveres encontrados nos acampamentos.

¹¹³ a) Deo *add* F

¹⁸⁹ Proposição que tem a sua fonte em *Ps.* 52, 6: “Confusi sunt, quoniam Deus spreuit eos”, dirigida em ambos os textos aos ímpios que renegaram a Deus.

¹⁹⁰ O autor reconhece o esplendor da literatura (poesia) hispano-árabe no passado, mas a animosidade que nutre pelo muçulmano leva-o a desvalorizar a sua importância, dizendo que eram efabulações. Nada diz acerca da filosofia, medicina, arquitectura e da transmissão ao Ocidente de algumas das obras gregas.

Quo libro ecclesiastico sic praesentato, prout dictum est, praefatus Petrus de Abreu dixit praedicto uicario quod, cum ipse se iuuare superdicta historia in Romana Curia ac in diuersis aliis locis et temporibus intendebat, ad quas praedictum librum ecclesiasticum mittere seu destinare non poterat. Iccirco petebat ab eo quod, interposita sua auctoritate ordinaria, mandaret sibi illius copiam et transumptum in publica forma tradi. Et praefatus uicarius, uisis et attentis his quae per dictum Petrum d' Abreu exposita erant, inspecta praefata historia in dicto officio praenominati libri fore uera et bona, sua auctoritate et decretis interposuit atque mandauit mihi, notario infra scripto, quod dictae historiae copiam et transumptum praedicto Petro d' Abreu sub meo publico signo traderem, ad hoc ut inibi adducat extra sibi /fl. 363r/ fides, tanquam proprio originali, adhiberi ualeat.

Acta fuerunt haec Olissipone, anno, mense et die sub dictione et pontificatu quoque supradictis. Praesentibus ibidem uenerabilibus uiris, Dominis Ioanne de

e reina por todos os séculos dos séculos. Ámen.

Tendo assim sido apresentado este livro de Igreja, conforme ficou dito, o referido Pedro de Abreu disse ao mencionado vigário [Estevão Gomes] que, como ele pretendia com a referida história ser útil à Cúria Romana e a outras instituições, quaisquer que elas fossem, a quem se via incapaz de enviar ou remeter o dito livro de Igreja, eis que lhe pedia que, fazendo valer a sua autoridade de prelado da Sé, lhe mandasse entregar uma cópia e traslado do livro na pública forma. O referido vigário tendo visto e examinado o que lhe tinha sido exposto pelo dito Pedro de Abreu, depois de verificar que a história contada no dito officio do livro acima nomeado era verdadeira e salutar, por sua autoridade e deliberação superior determinou e mandou-me, a mim, notário abaixo referido, que entregasse uma cópia e traslado da dita história ao referido Pedro de Abreu, autenticada com o meu selo público, para o efeito de daqui a poder levar para o exterior e poder-se lhe conferir autenticidade como ao próprio original.

Realizou-se isto em Lisboa, no ano, mês e dia sob a autoridade e

Freitas, scutifero, et Fernando Roderici, Canonico Septensi, et Velasco Egidii, familiari dicti Domni Petri d' Abreu, testibus ad praemissa uocatis specialiter et rogatis.

Et ego Ioannes Roderici, Presbyter Vlisiponensis, publica auctoritate notarius, quia praemissis omnibus et singulis dum sic agerentur, dicerentur et fierent una cum praenominatis testibus praesens fui; eaque sic fieri uidi et audiui ac in nota subscripsi, ex quo hoc praesens publicum instrumentum, manu alterius fideliter scriptum, exinde confeci; et de mandato praefati uicarii in hanc publicam formam redegi, signoque et nomine meis solitis et consuetis signaui; et subscripsi in fidem et testimonium et singulorum praemissorum, rogatus et requisitus.

pontificado já referidos, estando aí presentes os veneráveis varões, os senhores D. João de Freitas, escudeiro; e D. Fernando Rodrigues, cônego de Ceuta; e D. Vasco Gil, familiar do dito D. Pedro d' Abreu, testemunhas especialmente chamadas e solicitadas para o acto.

E eu, João Rodrigues, presbítero de Lisboa, notário por autoridade pública, que estive presente a todos e cada um dos actos acima referidos, enquanto eram praticados, ditos e realizados como referido, juntamente com as testemunhas acima nomeadas; e dessa forma os vi realizar e os ouvi e deles tomei nota, pelo que depois completei este presente público instrumento, fielmente escrito pela mão de outrem; e por mandado do predito vigário relatei nesta pública forma e assinei com o meu selo e nome costumados e habituais; e, rogado e solicitado, notariei para dar boa-fé e testemunho de todos os actos mencionados.

CONCLUSÃO

A *Memória da Batalha do Salado* ou *In sancta et admirabili Victoria Christianorum*, contida no *codex* CDXLVII/114 da B.N.P. (código da autoria do cronista-mor do reino, Fr. António Brandão - século XVII), é um relato histórico composto logo a seguir à batalha e terminado ao longo do ano de 1341, pelo que é não só uma das fontes mais antigas do Salado, como também das mais desenvolvidas. De autor anónimo (não é certo que fosse clérigo), talvez fosse alguém ligado à corte de D. Afonso IV ou, mais certo, às capelas do rei na Sé de Lisboa, à qual este relato andou sempre associado. Pomos completamente de parte a autoria de Fr. Francisco, confessor do rei, que o acompanhou ao Salado e que para ele celebrou Missa na manhã do dia da batalha, mas é provável que o confessor, dada a relevância que tem no relato, tenha sido fonte principal.

Sempre ligado à Sé de Lisboa, este texto alcançou uma dimensão celebrativa ou litúrgica quando foi associado às celebrações do ofício divino na referida Sé (dia 30 de outubro), conhecido nos meios eclesiais como *Victoria Christianorum*, tendo presumivelmente a função ou de elucidar os clérigos da Sé sobre os eventos históricos do Salado ou de aí ser lido no aniversário da batalha. Em 1472, no reinado de D. Afonso V, o relato conservava-se na Sé de Lisboa, mas já em mau estado de conservação, ao lado das orações do ofício de 30 de outubro (hinos, antífonas, responsórios e demais orações), com os quais formara uma unidade. Por isso, D. Pedro de Abreu, administrador das capelas de D. Afonso V, convicto do seu valor histórico, mandou extrair cópia e traslado na pública-forma, tanto para atestar a sua autenticidade, como para o difundir no cartório da Sé de Lisboa e noutros arquivos. Chegou, por isso, ao conhecimento de Rui de Pina, que o usou como fonte – aliás fonte principal - para os eventos do Salado na sua *Crónica de D. Afonso IV* (PINA, 1977: c. LI-LIX, p. 427-454).

Sob o ponto de vista linguístico, estamos na presença de um texto de autor nacional em bom latim do séc. XIV; literariamente, o autor segue uma organização cronológica, ordenada, clara e elegante.

Ideologicamente, o texto está imbuído do espírito de cruzada e de guerra santa e é texto apologético da fé católica; também exalta, não o “lignum crucis” do Marmelar, mas a participação *in loco* de três santos guerreiros: Tiago, Vicente e S. Jorge. S. Tiago, por ter sido o padroeiro da Reconquista peninsular; S. Vicente, padroeiro de Lisboa, porque era o invocado pelos portugueses nas batalhas da Reconquista; S. Jorge, porque data precisamente desta altura (e este relato parece comprová-lo) a invocação do seu nome, pelas tropas nacionais, em grito de guerra.

Nele o mouro é hostilizado e demonizado (visto como um sub-homem, na sua fisionomia, fé e costumes, enfim, civilização) por questões religiosas, regozijando-se o seu autor com a destruição de combatentes e não combatentes: colonos, velhos, crianças e mulheres.

Pelo destaque que dá ao rei D. Afonso IV, líder nato e pio rei que, como um profeta, luta em defesa do cristianismo, faz-se na *Memória do Salado* a associação entre política e religião. O destaque que na historiografia da Salado posterior (com Rui de Pina, Cristóvão Rodrigues Azenheiro, Duarte Nunes de Leão, Fr. Rafael de Jesus, Pedro de Mariz e Manuel de Faria e Sousa) vai ter o rei de Portugal é, sem dúvida, uma influência desta *Memória*.

Sob o ponto de vista histórico, a *Memória do Salado* descreve os eventos do lado português antes e durante a batalha, seleccionando os eventos mais relevantes. Dada a proximidade dos factos, o autor recorreu a fontes orais portuguesas. O protagonismo dos acontecimentos é liderado pelo *pius* rei de Portugal, sob o comando de quem, sempre inspirado pelo Espírito de Deus, os portugueses alcançaram a vitória. O relato do autor anónimo é verdadeiro e até serve para esclarecer pequenas dúvidas de que não havia uniformidade historiográfica.

Desses dados destacamos:

(1) A *Memória* é a única fonte a destacar a participação da “poderosa esquadra” portuguesa na guarda do Estreito, a qual haveria de sofrer um grande revés em outubro de 1439, aquando de uma tempestade.

(2) A *Memória do Salado* (tal como a *Gran Cronica II*, p. 322 e 362-363) dá o devido destaque a D. Maria como embaixadora de D. Afonso XI para os assuntos e relações peninsulares. Foi por seu intermédio que a prestigiosa armada do rei de Portugal participou na guarda do Estreito, tendo para isso solicitado ajuda a seu pai por carta (*Gran Cronica II*, c. CCLXXXIII, p. 322); mais tarde (última semana de setembro), tendo vindo a Évora como embaixadora, pediu a seu pai a urgência do exército português em auxílio dos castelhanos, solicitação que foi atendida. A ideia de que o seu pedido foi feito a chorar, para ser mais persuasiva, é uma contribuição desta *Memória*.

(3) A intimidação dos barões e conselheiros de Portugal para que não se avançasse para a guerra por não ser possível em pouco tempo organizar uma expedição de qualidade, e a recusa do rei português alegando motivos de defesa da pátria e da religião. É possível que este parecer negativo dos conselheiros se devesse também à recente e prolongada guerra com Castela, que por certo gerou ódios e animosidades entre as duas coroas.

(4) A vitória do rei português ocorreu quando ainda decorria o combate das tropas castelhanas com o sultão de Marrocos, facto que incutiu Afonso XI a entrar na refrega com a sua guarda, num terrível conflito contra Abu al-Hassan¹⁹¹.

(5) A afirmação de que dois príncipes mouros, Almofacem e Hatá, foram capturados na frente do rei de Portugal, embora tivessem sido entregues a Afonso XI. Pelo contrário, a crónica castelhana acha que foram aprisionados pelo exército castelhano. Recorde-se que o exército do emir de Granada foi reforçado com tropas Benimerines.

(6) O autor lembra por mais de uma vez – e muito bem – que esta não é uma guerra de saque, mas de conquista e de colonização, pois muitos dos africanos que passaram o Estreito eram colonos, famílias inteiras que pretendiam instalar-se definitivamente nos territórios conquistados.

¹⁹¹ Para interpretação diferente vd. *Gran Cronica de Alfonso XI*, c. CCCXX[X], p. 432.

BIBLIOGRAFIA

A- FONTES DA BATALHA DO SALADO

AL-MAKKARÍ, Ahmed Ibn Mohammed (1834) - *The History of the Mohammed Dynasties in Spain* (trad. de Pascual de Gayangos). Londres, p. 356.

ANTÓNIO CONDE (1840) - José, *Historia de la Dominación de los Árabes en España, sacada de varios manuscritos y memorias arábigas*. Paris: Baudry-Libreria Europea.

BOAVENTURA, D. Frei Fortunato de S. (1827) - *Commentariorum de Alcobacensi Manuscriptorum Bibliotheca Libri Tres*. Vol. I. Coimbra, pp. 586-604. Disponível *on-line* em:

“<https://books.google.pt/books?id=SUDAAQAAMAAJ&pg>”

Códice Alcobacense CDXLVII/114 da Biblioteca Nacional, fl. 354 (346)r-363 (355)r, séc. XVII, B.N.P. Disponível *on-line* em: “<http://purl.pt/28580/1/>”

DIEGO CATALÁN (ed.) (1976) - *Gran Crónica de Alfonso XI*. Vol. II. Madrid: Ed. Gredos, cap. CCXXXIX-CCCXXXV, pp. 239-449.

IBN KHALDOUN (1956) - *Histoire des Berbères* (trad. par Le Baron de Slane). Vol. IV. Paris: Lib. Orientaliste Paul Geuthner, pp. 225-232.

JESUS, Fr. Rafael de (1976) - *Monarquia Lusitana*. Lisboa: I.N.C.M., Parte V (Livro 16) e Parte VII (Livro 9, cap. I-XIII).

MATTOSO José (ed.) (1980) - *Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série*. Vol. II/I. Lisboa: Academia das Ciências, pp. 241-256.

PINA, Ruy de (1977) - “Chronica d’el-Rei D. Affonso IV”. In M. Lopes de ALMEIDA, *Crónicas de Rui de Pina*. Porto: Lello & Irmão.

RODRIGO YAÑEZ (1956) - *El Poema de Alfonso XI* (ed. de YOTEN CATE). Madrid: C.S.I.C.

TAROUCA Carlos da Silva (ed.) (1952) - *Crónicas dos Sete Primeiros reis de Portugal*. Vol II. Lisboa: Academia Portuguesa da História, cap. LII-LXII, pp. 299-349.

B. BIBLIOGRAFIA HISTÓRICA E LITERÁRIA

ALFONSI, Luigi (1972) - *La Letteratura Latina Medievale*. Florença – Milão: Sansoni - Accademia.

ALMEIDA, Fortunato de (1930) - *História da Igreja em Portugal*. Porto, Lisboa: Livraria Civilização.

AMADO, Teresa (1993) - “A cada um a sua Batalha de Tarifa”. In *Literatura Medieval. Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Lisboa: Edições Cosmos, pp. 303-307.

AMADOR DE LOS RÍOS, Rodrigo (1893) - “Trofeo de la batalla del Salado. Cartas al la Excma. Sra. Duquesa de Osuna”, *Ilustración Española y Americana*, 10, pp. 169-173.

AMADOR DE LOS RÍOS, Rodrigo (1893) - “Trofeo de la batalla del Salado. Cartas al la Excma. Sra. Duquesa de Osuna”, *Ilustración Española y Americana*, 11, pp. 192-193.

AMARAL, Augusto Ferreira do (2010) - “A batalha do Salado”, *Filermo* 13, pp. 57-82.

AMOS, Thomas L. (1988) - *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional, Lisbon* (3 vol.); Vol. I: Manuscripts 1-150. Collegeville, Minesota: Hill Monastic Manuscript Library.

BARBOUR, Nevill (1971) - “The significance of the word *Maurus* with its derivatives *Moro* and *Moor*, and of other terms used by medieval writers in latin to describe the inhabitants of Muslim Spain”. In *Actas do IV Congresso de Estudos Islâmicos*. Leiden: E. J. Brill, pp. 253-266.

BARKAI, Ron (1984) - *Cristianos y Musulmanos en la España Medieval (El enemigo em el espejo)*. Madrid: Ediciones Rialp.

BARROCA, Mário Jorge (2000) - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Corpus epigráfico medieval português*. Volume II - Tomo 2. Lisboa: FCG, FCT.

BARROS, Henrique da Gama (1945) - *História da Administração Pública em Portugal, nos Séculos XII a XIV*. Vol. II e III. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

BASSOLS DE CLIMENT, Mariano (1987) - *Sintaxis Latina*. Vol. II. Madrid: C.S.I.C.

BELLIDO MORILLAS, J. María & PALOMARES EXPÓSITO, José (2011) - “Para las fuentes latinas de la batalla de El Salado”. In José MARTÍNEZ GÁZQUEZ; Oscar de la CRUZ PALMA y Cándida FERRERO HERNÁNDEZ (coord.). *Estudios de Latín Medieval Hispánico: Actas del V Congreso Hispánico de Latín Medieval*. Florença: Sismel, pp. 901-909.

Biblioteca Nacional de Lisboa (1930) - *Inventário dos Códices Alcobacenses*. Vol. III. Lisboa, p. 99.

BOISSELLIER, Stéphane (2014) – “Ideologia da guerra ou ideologia dos guerreiros? Mais algumas interpretações do relato da batalha do Salado (1340) no Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro”. *Revista Diálogos Mediterrânicos* 7, pp. 84-103.

BRANDÃO, Fr. Francisco (1976) - *Monarquia Lusitana*. Lisboa: I.N.C.M. (Parte V, Livro XVI).

BRAZ, José Gomes (1947) - “A historiografia, como género literário”, *Brotéria*. Vol. XLIV, fasc. 2, pp. 167-175.

BREVIARIVM ROMANVM, Ex. decr. sacrosancti Conc. Trid. restitutum, Pars autumnalis, Olisipone, 1800, pp. CCLXXXII-CCLXXXIX.

CAMPOS, Mário de (1945) - “A última batalha peninsular contra os Mouros”, *Boletim da Sociedade de Geografia*, 3, pp. 29-33.

CARDINI, Franco (1989) - “O guerreiro e o cavaleiro”. In *O Homem Medieval* (dir. de Jacques le Goff). Lisboa: Presença, pp. 57-80.

CARDOSO, Jorge (1666) - *Agiologio Lusitano*. Vol. III. Lisboa.

CASAS FONTÁN, Antonio Y Ana Moure (1987) - *Antología del Latín Medieval, Introducción y textos*. Madrid: Editorial Gredos, Biblioteca Románica Hispánica.

Centro de Estudos Históricos da UNL (ed) (1982) - *Cortes Portuguesas, Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: I.N.I.C.

Centro de Estudos Históricos da UNL (ed.) (1992) - *Chancelaria de D. Afonso IV*. Vol. II. Lisboa: I.N.I.C.

CONDE DE ORGAZ (2010) - “La batalla del Salado y el dominio del mar”, *Filermo* 13, pp. 51-55.

CONTAMINE, Philippe (1980) - *La guerre au Moyen Age*. Paris: Presses Universitaires de France.

CORBIN, Solange (1947) - “Fetes portugaises. Commémoration de la victoire chrétienne de 1340” (rio Salado)”, *Bulletin Hispanique*, XLIX, n.º 2, pp. 205-218. Disponível *on-line* em:

“http://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1947_num_49_2_3090”

CORBIN, Solange (1952) - *Essai sur la Musique Religieuse Portugaise au Moyen Age* (1100-1385). Paris.

COSTA, Paula Pinto (2015) - “Álvaro Gonçalves Pereira: um homem entre a oração e a construção patrimonial como estratégia de consolidação familiar”. *População e Sociedade*. Vol. 23, pp. 45-71.

COSTA, Paula Pinto & SOUSA, Renata Cristina de (2017) - “A visibilidade do sagrado: relíquias cristãs na Idade Média. Curitiba: Prismas.

CREMASCHI, G. (1959) - *Guida allo Studio del Latino Medievale*. Padova.

CUARTERO LARREA, M. (1941) - “El Salado”, *Ejército* 13, pp. 33-42.

CURTIUS, Ernest Robert (1981) - *Literatura Europea y Edad Media Latina*. Vol. 2. México, Madrid, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

DALES, Richard C. (1992) - *The Intellectual Life of Western Europe in the Middle Ages*. Leiden, New York, Koln: E.J.Brill.

DOFOURQ, E. (1970-71) - “Les relations de la Peninsule Iberique et l’Afrique du nord au XIV siècle”, in *Anuarios de Estudios Medievales*. Tomo VII, pp. 39-63.

DUHAMEL, L. (1883) - *Une embassade à la cour pontificale. Épisode de l’histoire du palais des papes*. Avignon.

ERDMANN, Carl (1940) - *A Ideia de Cruzada em Portugal*. Coimbra: Instituto de Alemão da Faculdade de Letras.

ESPERANÇA, Fr. Manuel da (1666) - *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco da Província de Portugal*. Vol. II. Lisboa.

FERNANDES, Fátima R. (2011) - “O poder do relato na Idade Média portuguesa: a batalha do Salado de 1340”, *Revista Mosaico*, 4 (1), p. 75-91.

FERNÁNDEZ VILLATAR, Rodrigo (1892) - “La bandera del Saldado”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 21, pp. 464-74.

GARCIA DE CORTAZAS, J. (1981) - *La Epoca Medieval*. Madrid.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel (1987) - “Las relaciones internacionales de Alfonso IV de Portugal y Alfonso XI de Castilla en Andalucía (La participación portuguesa en la gran batalla del Estrecho, 1325-1350)”. In *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Vol. I, pp. 201-216.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel (2008) - *Portugal, Aragón, Castilla. Alianzas dinásticas y relaciones diplomáticas (1297-1357)*. Sevilla: Universidad de Sevilla.

GOFF, Jacques Le (1983) - *A Civilização do Ocidente Medieval*. Vol. I. Lisboa: Estampa.

GOFF, Jacques Le (1984) - “Memória”, in *Enciclopédia Einaudi*. Vol. I. Lisboa: I.N.C.M.

GOFF, Jacques Le (1988) - *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Estampa.

GOÑI GAZTAMBIDE, J. (1958) - *Historia de la bula de la cruzada en España*. Vitoria.

GRASSOTI, Hilda (1968) - “Para la historia del botín y de las parias en León y Castilla”, *Cuadernos de Historia de España*, XXXIX-XL, pp. 85-132.

GUREVITCH, Aron I. (1990) - *As Categorias da Cultura Medieval*. Lisboa: Caminho.

HILLS, George (1976) - *El Peñon de la Discordia. Historia de Gibraltar*. Madrid: Librería Editorial San Martín.

HUICI MIRANDA, Ambrósio (1956) - *Las grandes batallas de la reconquista durante las Invasiones Africanas (Almoravides, Almohades y Benimerines)*. Madrid: CSIC, pp. 331-387.

IBN MARZUQ (1977) - *El Musnad: hechos memoriables de Abu l-Hasan, sultán de los benimerines*. (Estudio, traducción, anotación e índices anotados por María J. Viguera). Madrid: Instituto Hispano-Árabe de Cultura.

KRUS, Luís (1994) - *A concepção nobiliárquica no espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa.

KRUS, Luís (1994) - *Passado Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa, (Estudos)*. Cascais: Redondo.

KRUS, Luís (1994) - *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*. Redondo.

LALANDA, Maria M. de Sá Nogueira (1989) - “A política externa de D. Afonso IV (1325-1357)”, *Arquipélago, História*, XI, pp. 107-151.

LIMA, Augusto C. Pires de (1921) - “A batalha do Salado”. In *Revista de Guimarães*, 31 (1-2), pp. 30-32.

LOMAX, Derek W. (1984) - *La Reconquista*. Barcelona: Editorial Crítica.

LÓPEZ FERNÁNDEZ, Manuel (2007) - “Del desastre de Getares a la vitoria del Salado: la crítica situación de la zona del Estrecho en 1340”. In *Espacio, Tiempo y Forma*. Tomo 20, pp. 135-162.

LÓPEZ FERNÁNDEZ, Manuel (2009a) - “La batalla del Salado y sus momentos decisivos”, *Ejército de Tierra Español* 817, pp. 106-113.

LÓPEZ FERNÁNDEZ, Manuel (2009b) - “Unos apuntes sobre el botín del Salado”, *Aljaranda* 71, pp. 10-16.

LOURENÇO, Vanda (2006) - “Lope Fernandes Pacheco: um valido de D. Afonso IV”, *Estudios Humanísticos. Historia* 5, pp. 49-69.

LUCENA DE PAREDES, Luis Seco de (1954) - “La fecha de la batalla del Salado”, *Al-Andalus*, XIX, pp. 228-231.

MAHAUT, Marie-Claude (1978) - “Le rôle pacificateur du Pape Benoît XII dans le conflit de la Castille avec Portugal (1337-1340)”. In *La Guerre et la Paix au Moyen Age. Actes du 101^a Congrès National des Sociétés Savantes*. Lille, pp. 225-239.

MANSO, Jacinto Leitão (1930) - *Famílias de Portugal*. Vol. XI. Lisboa.

MANZANO RODRÍGUEZ, M. Ángel (1992) - *La intervención de los Benimerines en la Península Ibérica*. Madrid: CSIC.

MARIZ, Pedro de (1758) - *Diálogos de Vária História*. Lisboa [Coimbra, 1.^a ed. 1594].

MARQUES, A. H. de Oliveira (1987) - *Nova História de Portugal*,

Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Vol. IV. Lisboa: Ed. Presença.

MARQUES, A.H. de Oliveira (1956) - “A pragmática de 1340”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 22, 2.^a série, n.º 2, pp. 130-153.

MARQUES, A.H. de Oliveira (1974) - *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.

MARQUES, A.H. de Oliveira (1988) - “A persistência do elemento muçulmano na História de Portugal após a ‘Reconquista’. O exemplo da cidade de Lisboa”. In A. H. de Oliveira Marques, *Novos Ensaios da História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Presença, pp. 96-107.

MARQUES, A.H. de Oliveira (1988) - *Ensaio de Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Palas Editores, pp. 11-53.

MARQUES, A.H. de Oliveira (1988) - *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Estampa.

MARQUES, João Francisco (1993) - “Franciscanos e Dominicanos confessores dos reis portugueses das duas primeiras dinastias, espiritualidade e política”, *Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas*, Anexo V - *A espiritualidade e corte em Portugal, séculos XVI-XVIII*. Porto, pp. 53-60.

MARQUES, João Martins da Silva (1940) - “Referências à batalha de Ourique em documentos dos séculos XIV e XV”. In *Congresso do Mundo Português. Publicações*. Vol. II, pp. 101-107. (Obs: este autor confundiu a batalha de Ourique com a do Salado, em relação a duas referências).

MARTINS, M. Gomes (2011) - *De Ourique a Aljubarrota. A guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, pp. 239-268.

MARTINS, Mário (1980) - “Frei Álvaro Pais e o poeta Afonso Geraldês”. In *Estudos de Cultura Medieval*. Vol. II. Lisboa: Brotéria, pp. 70-76.

MATTOSO, José (1988) - *A escrita da História, teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa.

McGUIRE, Martin R. P.; DRESSLER, H. (1977) - *Introduction to Medieval Latin Studies*. Washington: The Catholic University of America Press.

MENDEIROS, Cónego José (1953) - “O Santo Lenho da Sé de

Évora”, *A Cidade de Évora*, n.º 33-34, ano X, Julho-Dezembro, pp. 259-298.

MONTEIRO, J. G. (2003) - “As campanhas que fizeram a história”. In *Nova História Militar de Portugal*. Vol. I (dir. por M. Themudo Barata e N. Severiano Teixeira). Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 248-249.

MONTEIRO, João G. (1998) - *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial.

Monumenta Henricina (ed. da Comissão executiva das comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique). Vol. I. Coimbra, 1960, doc. n.º 84, 85, 86 e 87.

MOREIRA, Filipe A. (2013) - *A crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*. Lisboa: FCG, FCT.

MUÑOZ BOLAÑOS, Roberto (2012) - “El Salado 1340. El fin del problema del Estrecho”, *Revista Universitaria de Historia Militar* 2, pp. 153-184.

MUÑOZ BOLAÑOS, Roberto (2016) - “La campaña naval del Estrecho (1340-1344): el fin de la amenaza norte-africana”, *Revista Universitaria de Historia Militar* 5, n.º 9, pp. 114-133.

NASCIMENTO, Aires Augusto (ed.) (2007) - *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*. Lisboa: Vega.

NETO, Serafim da Silva (1977) - *História do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico - Indústria e Comércio.

NORBERG, Dag (1968) - *Manuel Pratique de Latin Médiéval*. Paris: Éditions A. & J. Picard & Cte.

NUÑEZ JIMÉNEZ, C. (2002) - “La batalla del Salado”, *Aljaranda*, 44, pp. 4-6.

OLIVEIRA, Miguel de (2001) - *História Eclesiástica de Portugal*. Mem Martins: Europa-América.

PAGARÁ, Ana (2006) - *Igreja Vera Cruz de Marmelar*. Portel: Câmara Municipal de Portel.

PALADINI, V.; M. DE MARCO (1970) - *Lingua e Letteratura Mediolatina*. Bolonha: R. Pàtron.

PAYEN, Jean Charles (1983) - “L’*homo uiator* et le Croisé: la mort et salut dans la tradition du douzain”. In *Death in the Middle Ages* (ed.

by Herman Braet and Werner Verbeke). Lovaina: Leuven University Press, pp. 205-221.

PÉREZ CASTRO, M. (1972) - “La batalla del Salado”, *Revista de España* 25, pp. 554-565.

PÉREZ-BUSTAMANTE, Rogelio (1977) - “Benedicto XII y la cruzada del Salado”. In *Homenaje al Prof. Dom Justo Pérez de Urbel*. Vol. II. Abadía de Silos, pp. 178-203.

PIMENTA, Alfredo (1982) - *Fontes Medievais da História de Portugal*. Vol. I. *Anais e Crónicas*. Lisboa: Sá da Costa.

RAMALHO, Américo da Costa (1975-1976). “A palavra ‘Lusíadas’”, *Humanitas* 27-28, pp. 3-15.

RAMOS, Manuel F. (1997) - “A Memória *In sancta et admirabili Victoria Christianorum* como fonte da *Crónica d’el Rei D. Afonso IV*”. In *O Género do Texto Medieval*. Lisboa: Edições Cosmos, pp. 157-172.

RAU, Virgínia (1985) - “Relações diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso IV”. In *Estudos de História Medieval*. Lisboa: Ed. Presença, pp. 66-80.

REILLY, Bernanrd (1992) - *Cristãos e muçulmanos. A luta pela Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Teorema.

RICARD, M. Robert (1947) - “Les lectures spirituelles de l’Infant Ferdinand de Portugal”, *Revue du Moyen-Age Latin*, janvier-avril, p. 45.

RICARD, Robert (1956) - “La relation portugaise de la Bataille du Salado (1340)”, *Hespéris*, 43, pp. 7-27.

RODRÍGUEZ PEINADO, Laura (2010) - “Los santos caballeros”, *Revista Digital de Iconografía Medieval*. Vol. II, n.º 3, pp. 53-62.

RODRÍGUEZ-PICAVEA, Enrique (2010) - “Diplomacia, propaganda y guerra santa en el siglo XIV: la embajada castellana a Aviñón y la elaboración del discurso ideológico”, *Anuario de Estudios Medievales*, 40-42, pp. 765-789.

ROJAS GABRIEL, M. (2005) - “La batalla en la Edad Media y su contexto estratégico. El choque del Salado (1340), reexaminado”. In *Tarifa en la Edad Media* (ed. de m. González Jiménez). Tarifa: Ayuntamiento de Tarifa, pp. 147-172.

ROSAS, Lúcia & COSTA, Paula Pinto (2014) – “Vera Cruz de Marmelar: a intervenção de Afonso Peres Farinha”. *População e Sociedade* 22, pp. 177-192.

RUIZ GARCIA, Elisa (1988) - *Manual de codicología*. Salamanca: Fundación German Sanchez-Rui-Pérez.

SANTOS, Aida (1993) - “Estratégias de encarecimento na narrativa da Batalha do Salado”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Línguas e Literaturas*. Vol. X, II série, pp. 63-92.

SARAIVA, António José (1971) - “O autor da narrativa da batalha do Salado e a refundição do livro do conde D. Pedro”, *Boletim de Filologia*, 22, pp. 1-16.

SARAIVA, António José (1993) - *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva.

SARAIVA, António José (s/d) - *A épica medieval portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa.

SEGURA GONZÁLEZ, Wenceslao (2005) - “La batalla del Salado según Gil de Albornoz”, *Aljaranda*, 58, pp. 9-15. Disponível *on-line* em: “<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2028601>”

SEGURA GONZÁLEZ, Wenceslao (2005) - “La batalla del Salado”. In *Tarifa en la Edad Media* (ed. de Manuel González Jiménez). Tarifa: Ayuntamiento de Tarifa, pp. 173-200.

SEGURA GONZÁLEZ, Wenceslao (2007) - “Los pendones de la batalla del Salado”, *Aljaranda*, 66, pp. 9-16.

SEGURA GONZÁLEZ, Wenceslao (2010) - “El desarrollo de la batalla del Salado (año 1340)”. *Al Qantir* 9, pp. 1-29.

SEGURA GONZÁLEZ, Wenceslao (2012) - “La huella de la batalla del Salado en Portugal”, *Al Qantir* 12, pp. 65-85. Disponível *on-line* em:

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3890576.pdf>

SEGURA GONZÁLEZ, Wenceslao (2013) - “La fecha y la hora de la batalla del Salado”, *Al Qantir*, 15, pp. 73-100.

SEGURA GONZÁLEZ, Wenceslao (2013) - “La adivinación en la batalla del Salado”, *Al Qantir*, 15, pp. 101-128. Disponível *on line* em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4696064>

SEGURA GONZÁLEZ, Wenceslao (2013) - “La batalla de Tarifa en las historias musulmanas”, *Al Qantir*, 15, pp. 129-155.

SEGURA GONZÁLEZ, Wenceslao (2016) - “El botín portugués en la batalla de Tarifa o del Salado”. *ALMORAIMA. Revista de Estudios Campogibraltareños*, 45, octubre, pp. 193-201. Disponível *on-line* em: <http://www.academia.edu/11016833>

SELVAGEM, Carlos (1991) - *Portugal Militar*. Lisboa: I.N.C.M.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1979) - *História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Verbo.

SILVEIRA, João F. de Albuquerque Cabral da (2009) - “A vitória do Salado”, *Filermo* 12.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (1987) - “Vencer ou morrer. A batalha do Salado”. In *Actas do colóquio A Memória da Nação*. Lisboa, pp. 505-514.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (1989) - “O sangue, a cruz e a coroa - a memória do Salado em Portugal”, *Penélope*, 2, pp. 27-48.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (1992) - “A imagem do Mouro nos *Anais de D. Afonso Henriques*”. In *A Imagem do Mundo na Idade Média*, (*Actas*). Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, pp. 147-154.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2005) - *D. Afonso IV (1291-1357)*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2006) - “A construção da memória sobre a batalha do Salado em Portugal”. In *La Península Ibérica entre el Mediterráneo y el Atlántico. Siglos XIII-XV*. Diputación de Cádiz y Sociedad Española de Estudios Medievales, pp. 341-350.

STRECKER, K.; PALMER, Robert (1965) - *Introduction to Medieval Latin*. Berlin: Weidmannsche Verlagsbuchhandlung.

TERRASSE, Henri (1945) - *Histoire du Maroc des Origines à l'Établissement du Protectorat Français*. Vol. I. Paris.

TORREMOCHA SILVA, Antonio (2006) – “La batalla del Salado. Castilla y Portugal frente al Islam”. *Andalucía en la historia*. Vol. 14, pp. 38-45.

UGOLINI, Francesco A. (1941) – “Avvenimenti, figure e costumi

di Spagna in una cronaca italiana del trecento”. In *Italia e Spagna*, Istituto Nazionale per le Relazioni Culturali con l’Estero, pp. 119-120. (contém a carta em Latim do cardeal Albornoz)

VÄÄNÄNEN, Veikko (1975) - *Introducción al Latim Vulgar* (versão espanhola de Manuel Carrión). Madrid: Gredos.

VAQUERO, Mercedes (1987) - “The *Poema da Batalha do Salado*: some new stanzas and the *Poema*’s relation to castilian and Latin texts”, *Portuguese Studies*, 3, pp. 56-69.

VICTORIO, J. (1991) (ed.). *Poema de Alfonso XI*. Madrid: Ediciones Cátedra.

VIDAL CASTRO, Francisco (2005) - “Mártires musulmanes en la frontera nazarí: la batalla del Salado o de Tarifa (1340)”, *V Jornadas de Historia en la Abadía de Alcalá la Real*, Diputación Provincial de Jaén, pp. 753-764.

VILLAMARÍM, Helena de Carlos (1995) - “Mitos fundacionales de la Península Ibérica: entre la historiografía medieval y la del temprano Humanismo”, *Euphrosyne*, XXIII, p. 247-258.

VISCONDE DE SANTARÉM (1842-1864) - *Quadro Elementar* (...). Vols. I, III, IX. Paris: J. P. Aillaud.

ÍNDICES REMISSIVOS

Índice de palavras

- Abenabeth - 49
Abreu, D. Lourenço Gomes de - 16
Abreu, Pedro de - 9, 10, 14, 16, 33, 73, 75, 114, 115, 117
Abreu, Pedro Gomes de - 74
Abu al-Hassan - 27, 28, 36, 37, 39, 40, 42, 45, 47, 57, 60, 76, 78, 101, 105, 107, 111, 119
Abu Malik (Amohali) - 37, 78, 105
Abu-‘Umar Tasufin - Ver Almofacem
Abu Sa’id – ver sultão da Babilónia
Acenheiro - 44, 118
Afonso IV – 5, 7-9, 12-14, 16-28, 30, 33, 36, 38-47, 49, 53, 54, 69, 73, 76, 83, 87, 91-93, 96, 117, 118
Afonso V – 14, 54, 68, 74, 117
Afonso VI – 49
Afonso VII - 51
Afonso XI – 26, 27, 38-42, 44-46, 60, 76, 79, 83, 87, 92, 93, 96, 101, 119
Agarenos – 18, 20, 22, 46, 50, 52, 56, 62, 63, 66, 79, 84, 95, 101, 103, 106, 107, 110, 112, 113
Agostinho (Santo) - 34
Al-Andaluzes de Granada – 50,
Albornoz, Gil - ver Arcebispo de Toledo
Albuquerque, João Afonso – 92, 93
Alcácer do Sal – 48, 49
Alcarac – 28, 29, 53
Alcobaça – 5, 11, 13, 67, 68
Alebohacen (vd. Abu al-Hassan ‘Ali)
Algarve – 17, 38, 48, 69, 73, 99
Algeciras – 37, 39, 41, 79-81, 102, 113
Ali b. ‘Umar - Ver Hatá.
Almada - 49
Almofacem/Abu-‘Umar Tasufin - 41, 57, 70, 109, 119
Andaluzia – 111
Anjos – 20, 53
Anjo exterminador - 112
Anticristo – 50 –
Aragão – 37, 81, 90, 92, 101, 108
Arcebispo de Braga – 16, 17, 45, 93
Arcebispo de Braga (D. Gaspar) - 17
Arcebispo de Toledo (Gil Alborno) – 24, 45
Azevedo, Gonçalo Gomes de – 27, 40, 63, 98
B. N. P. – 8, 10, 11, 67, 69, 71
Babilónia – 79
Barbate – 105
Barros, Gama - 77
Beatriz/Brites (D.) – 8, 9, 13, 73
Benimerin(es) – 37, 40, 42, 50, 77-79, 91, 119
Bento XII - 15, 24, 45, 47, 61, 62, 76, 93
Berber(es) – 50, 77
Besta do Apocalipse - 50
Bispo de Évora (D. Martinho) – 15, 45
Bispo de Frascati - 24
Bispo de Rodes – 76, 93
Bispos – 45, 93
Boaventura, Fr. Fortunato de S. – 5, 10, 11, 16, 69, 70, 71
Brandão, António (Fr.) – 5, 8, 9, 10, 11, 33, 34, 68, 69, 71, 75, 91, 117
Brandão, Francisco (Fr.) – 10, 33, 49, 99
Britabotellas – 57, 102

- Bula(s) da Cruzada – 16, 42, 45, 47, 68, 76
- Cádiz – 18, 38, 90
- Camões/*Lusíadas* – 83
- Cardoso, Jorge – 17, 30
- Cartagena- 81
- Carvoeiro, Gonçalo Esteves - 40
- Ceuta – 9, 78, 96, 115
- Clavijo - 53
- Coimbra – 5, 68
- Conde de Nevers - 35
- Conde D. Pedro – 6, 7, 23, 25, 30, 82
- Condessa de Bolonha - 69
- Constança (D.) – 68, 91
- Constantino – 59
- Constantinopla - 108
- Córdoba - 39
- Correia, Paio Peres – 40, 48, 98, 99
- Cortes de Santarém (1340) - 38
- Dinis (D.) – 13, 68, 83, 85, 93, 96
- Espírito Santo – 19, 25, 36, 43, 44, 46, 84, 86, 88, 89, 93, 114, 118
- Estreito (de Gibraltar) – 26, 37, 38, 41, 61, 78, 79, 101, 105, 118, 119
- Eucaristia – 13, 30, 45, 46, 92, 93
- Évora – 13, 15, 17, 23, 26, 38, 40, 45, 53, 85
- Fand – (ver vd. Yusuf I)
- Faraó - 104
- Farinha, Afonso Pires - 30
- Fátima Tunecia – vd. Forra
- Fazimas – 53
- Fernando (infante D.) – 17, 68
- Fernando (rei D.) - 54
- Fernando, Marquês de Tortosa/ inf. de Aragão – 90, 91
- Fez - 78
- Fonseca, Lourenço Vasco da - 38, 82, 83
- Fonseca, Padre Francisco da – 53
- Fonseca, Vasco Pires da - 82
- Forra (Fátima Tuneceia) – 41, 57, 105
- Francisco, Fr. (confessor) – 12, 13, 14, 27, 37, 40, 61, 95, 117
- Freitas, D. João de (escudeiro) – 9, 115
- Funchal - 17
- Garcia, D. Gonçalo - 101
- Gedeão – 45, 97
- Geraldes, Afonso – 7, 23-25, 49, 99
- Gibraltar – Ver Estreito
- Gil, D. Vasco – 9, 115
- Gomes, Estêvão – 9, 73, 114
- Granada – 18, 27
- Guadalmesí/Gadamecil – 41, 57, 102
- Guarda - 17
- Guzmán, Pedro Núñez de - 42
- Hafésidas - 78
- Hatá/‘Ali b. ‘Umar – 41, 43, 57, 109, 119,
- Henriques, Afonso – 31, 49, 50, 53, 54
- Hospitalários – 28, 30
- Inês de Castro - 93
- Isabel (Santa) - 13
- Islamismo – 21, 26, 46, 47, 50
- Jerez de la Frontera – 39, 89, 90, 105
- Jerusalém – 87, 93, 112
- Jesus Cristo – 12, 14, 18-22, 46, 56, 62, 66, 76, 78, 82, 85, 86, 88, 94-99, 101, 104, 108, 113, 114
- Jesus, Fr. Rafael de – 44, 60, 118
- João I – 68, 76
- João II - 68
- Jorge (Arcebispo de Lisboa) – 62, 73
- Jorge (S.) – 8, 26, 34, 41, 53, 54, 73, 107, 108, 111, 118
- Juromenha – 26, 39, 44, 46, 85, 87
- Lamego - 17
- Leão – 13, 101
- Leão, Duarte Nunes de – 15, 44, 118
- Leoneses – 79, 100
- Lide/batalha de Tarifa – 6-8, 23, 25, 27, 28, 30, 32, 35, 40, 43, 44, 48, 52
- Lignum crucis* – ver Vera Cruz
- Lisboa – 10, 30, 49, 54, 62, 74, 108
- Livro de Linhagens* – 6, 7, 23, 24, 30, 31, 82, 96
- Lopes, Fernão – 9, 24

Magrebe – 77
 Manuel, rei D. – 24, 85
 Maomé – 18, 20, 22, 46, 50, 81, 82, 94, 113
 Mar Mediterrâneo - 78
 Maria (formosíssima) – 26, 38, 39, 43, 46, 47, 74, 83, 87, 119
 Mariz, Pedro de – 18, 44, 118
 Marmelar – 30, 52, 53, 118
 Marquês de Tortosa/ Valência/ Aragão – ver D. Fernando
 Marrocos – 77
 Martinho, D. – ver bispo de Évora
 Martinho de Tour – 53
 Martinho (S.) de Dume - 60
 Mendonça, Manuel – 67, 68
 Mestre de Avis – 45
 Mestre de Cristo – 45
 Mestre de Santiago – 45
 Mestre do Hospital – 45
 Missa da Santa Trindade – 13,40, 44, 95
 Navas de Tolosa – 17, 84
 Pacheco, Lopo Fernandes – 15, 40, 92, 93
 Pedro I (D.) - 68, 91
 Pedro (primogénito de Castela) – 92, 93
 Pedro III (rei de Aragão) – 92, 93
 Pedro IV (de Aragão) - 91
 Pedro, Conde (D.) – 6, 7, 23, 25, 30, 82
 Penha do Cervo – 39, 89, 90
 Pereira, Álvaro Gonçalves – 7, 30, 44, 93
 Pereira, D. Gonçalo (arcebispo de Braga) - 16, 17, 45, 93
 Pessanha, Manuel – 38, 79, 83
 Pirenéus – 42, 76
 Poitiers, Fortunato de - 22
 Ponte Míldio – 59
 Porto - 17
Portugallia – 57, 58, 63-64, 66, 73, 76, 80, 8389, 92, 95-98, 100, 109
 Pragmática de 1340 - (vd. Cortes de Santarém)
 Prior do Crato – 45, 93
 Prior do Hospital – 7, 23, 28-30, 44, 93
 Rebelo, António - 5
 Reconquista – 31, 39, 46, 48, 50, 51, 53, 54, 99, 105, 107, 118
 Rei de Castela (vd. Afonso XI)
 Rei de Granada - (vd. Yusuf I)
 Rei de Portugal - (vd. Afonso IV)
 Rei dos Mouros - (vd. Abu al-Hassan ‘Ali)
 Ricos-Homens – 77, 84, 85
 Rodrigo, D. – 31
 Rodrigues, Cristóvão – 44, 118
 Rodrigues, D. Fernando (cónego de Ceuta) – 9, 115
 Rodrigues, João (notário) – 9, 75, 115
 S. Vicente de Fora - 54
 Sanches, Afonso – 93, 96
 Sancho I (D.) – 68
 S.^{ta} Cruz de Coimbra – 13, 76
 Santarém - 38
 Santiago – 13, 14, 45, 93, 98, 99
 Santos guerreiros - 8, 26, 34, 41, 47, 53, 107, 108, 111, 118
 São Tiago – 52, 53
 Sarracenos – 15, 16, 36, 44, 50, 52, 81, 84, 85, 86, 98, 102-104, 106, 109
 Sé Catedral de Lisboa – 7-10, 13-17, 33,43, 69, 73, 74, 93, 108, 110, 115, 117, 118
 Sé de Coimbra – 17, 18, 34, 52
 Senaquerib - 112
 Sevilha – 15, 26, 27, 39, 44, 46, 49, 80, 84, 86-89
 Sisto IV – 62, 73
 Sousa, Manuel de Faria e – 44, 118
 Sujurameca/ Sijilmassa – 41, 57, 65, 109, 110
 Sultão da Babilónia / Abu Sa`id - 79
 Sultão de Marrocos - (vd. Abu al-Hassan ‘Ali)
 Tarifa – 21, 27, 37, 39, 40, 42, 44, 47, 80, 88-90, 108, 110

Tenório, Afonso Jufre – 37, 79
Toledo – 18, 45
Torre dos Vaqueiros – 39, 57, 89, 90
Tremecém - 78
Tunes – 78, 105
Uclés – 49, 57, 98, 99
Valência – 90, 91, 93, 101, 108
Vera Cruz do Marmelar – 8, 28, 30, 40,
52, 53, 118

Vicente (São) – 8,26, 34, 41, 53, 54,
107, 108, 111, 118
Virgem Maria – 19, 53, 86
Yusuf I/ Yusuf-Abul Hagiag/ Fand- 27,
37, 40, 49, 52, 57, 91, 98-100, 119
Zabulão – 21, 22
Zaida - 49
Zurara – 31, 105

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	7
I – AUTORIA, DATA E FUNÇÃO	12
1. Autor: português, mas anónimo, porventura clérigo	12
2. Data: texto coevo, quiçá 1341	14
3. Função: memória celebrativa da <i>Victoria Christianorum</i>	16
II – FONTES DO SALDO	23
1. Fontes do Salado	23
2. A <i>Memória</i> como fonte da <i>Crónica de D. Afonso IV</i>	25
3. <i>Memória do Salado</i> versus <i>Lide de Tarifa</i>	27
III – PLANO HISTÓRICO-LITERÁRIO E IDEOLÓGICO	33
1. Género de texto, organização e conteúdo	33
2. A figura profética de D. Afonso IV	43
3. Espírito de cruzada e guerra santa	45
4. Xenofobia e anti-islamismo	47
5. Maravilhoso cristão	52
6. Questões filológicas: latim do séc. XIV	54
IV - EDIÇÃO DO TEXTO LATINO E TRADUÇÃO	67
1. Descrição do códice CDXLVII/114 da B.N.P.	67
2. Normas de edição	69
3. Imagem do manuscrito	71
4. Texto latino e tradução anotada	72
CONCLUSÃO	117
BIBLIOGRAFIA	120
Fontes	120
Bibliografia histórica e literária	121
ÍNDICES REMISSIVOS	132
Índice de palavras	132
Índice geral	136

FIM